



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Gabriel Marques Camargo

**Ressignificações da antiga cidade empresa: olhares sobre Volta Redonda**

Rio de Janeiro

2019

Gabriel Marques Camargo

**Ressignificações da antiga cidade empresa: olhares sobre Volta Redonda**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Pereira Leite

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C172	Camargo, Gabriel Marques
	Ressignificações da antiga cidade empresa: olhares sobre Volta Redonda / Gabriel Marques Camargo. – 2019.
	117f.
	Orientador: Márcia Pereira Leite Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Bibliografia.
	1. Renovação urbana – Teses. 2. Empreendedorismo – Teses. 3. Companhia Siderúrgica Nacional (Brasil) – Teses. I. Leite, Márcia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.
	CDU 711.4(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Gabriel Marques Camargo

**Ressignificações da antiga cidade empresa: olhares sobre Volta Redonda**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 17 de abril de 2019

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Pereira Leite (Orientadora)

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes

Departamento de Antropologia do Museu Nacional - UFRJ

---

Prof. Dr. Edson Miagusko

Departamento de Ciências Sociais - UFRRJ

Suplentes:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jussara Freire

Departamento de Ciências Sociais - UFF

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra de Sá Carneiro

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Rio de Janeiro

2019

## **DEDICATÓRIA**

À Maria de Lourdes Marques Camargo, mãe, amiga e grande incentivadora, que dedicou sua vida ao ensino.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o fruto de um ciclo de muito esforço intelectual, cujo fechamento não seria possível sem o auxílio e aprendizado que recebi de diversas fontes. Agradeço, dessa forma, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ) e a todos os professores que contribuíram nesta etapa da minha formação acadêmica, especialmente à Prof. Dra. Márcia Pereira Leite, orientadora desta dissertação, que esteve presente desde o início deste processo, e cujo conhecimento transmitido fez germinar e florescer esta pesquisa.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento da pesquisa através da bolsa de mestrado.

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa CIDADES e seus integrantes, que através de suas discussões e debates contribuíram imensamente no enriquecimento desta pesquisa. Às professoras Lia Rocha, Roberta Guimarães e Juliana Farias, pelas contribuições que me levaram ao percebimento de outras perspectivas sobre o tema da pesquisa. Agradeço ainda à colega Aluana Guidarlucchi, pelo apoio durante todo o processo de escrita.

Ainda, esta pesquisa não seria possível sem a generosa recepção que tive em campo. Assim, agradeço à Secretaria de Cultura de Volta Redonda, em especial Sid Soares, coordenador do Memorial Zumbi em Volta Redonda, sempre acessível e disposto. Agradeço aos meus interlocutores em campo, cujas perspectivas deram vida e cores para o esqueleto deste projeto. Minha gratidão incomensurável, à Sra. Célia, cuja percepção sobre Volta Redonda elucidou aspectos que não teriam sido facilmente revelados sem sua interlocução.

Finalmente, agradeço à minha família; meu pai Aloísio Assunção Camargo, pelo apoio nas horas de dificuldade; à minha irmã Letícia, cujas conversas e experiência como antropóloga e pesquisadora, me ajudaram a visualizar novos caminhos. Enfim, agradeço à minha mãe, Maria de Lourdes Marques Camargo, cuja ausência ainda é fortemente sentida, mas seu exemplo, amizade, incentivo para alçar vôos cada vez maiores, persistem atemporais dentro de mim.

Tempo é Orixá – é o que a sabedoria das religiões de matriz africana costuma dizer, quando buscamos compreender questões que estão embaçadas pelo calor do momento. Apesar da sua aparente linearidade, a ação do Tempo se passa em ciclos, espiralando em um contínuo, que levam a essa aparência linear: ao verão, sempre segue o inverno que, por sua vez, abre espaço novamente ao verão, ainda que nós não sejamos exatamente os mesmos a cada estação. Ao ápice segue a decadência, que em sua descida toma força para novamente ascender. No entanto, não se deve limitar esta perspectiva à um esquema de dualidades heterogêneas, que vê um separado do outro. As ondas se elevam e se abaixam, as marés se levantam e retrocedem, mas nunca deixam de fazer parte de um mesmo oceano. Mas, ainda assim, as condições em que o apogeu e o perigeu se formam nunca são as mesmas. E assim, o Tempo que se espirala em seus ciclos infinitos se assemelha à dupla hélice de nosso DNA, cada qual trazendo uma informação específica sobre nossa estrutura, sem nunca deixarem de estar conectadas, formando um todo. Desta forma, o ato de se debruçar sobre o movimento passado do Tempo pode trazer informações reveladoras sobre um quadro geral que se desenha a passos mansos através dos anos.

Se aplicarmos este pensamento à observação do movimento feito pela sociedade humana, perceberemos, na maioria dos paradigmas que consideramos rígidos, sólidos e imutáveis, uma fluidez que escapa à observação momentânea. Assim, tal qual as ondas no oceano, as ideias através das quais construímos nossa concepção de mundo angariam adeptos e potência para se levantarem, até que decaem em desuso e descrédito ante novas potências que reagem à sua ação e, enfim, sob novas condições e levemente diferenciadas, voltam a se aglutinar em reação à força da outra que se torna predominante; no movimento eterno de busca do equilíbrio de forças aparentemente opostas, mas que fazem parte da mesma coisa. Este movimento, então, permanece constante, a não ser que ambas forças – de ação e reação – se dissipem. Porém, a vida é movimento constante; ao mesmo tempo que o presente é produto da ação e reação do passado, somos impelidos a sempre reagir diante do que nos é posto no momento, mantendo o devir constante da humanidade.

Mas o que nos impele a sempre reagir diante das circunstâncias e da realidade que nos é posta como sólida e imutável? Segundo Hegel, o desejo é o grande provocador do ininterrupto movimento do ser-humano; é ele a força motriz da ação que, por sua vez, é sempre negadora e destrutiva. Mas ao mesmo tempo que causa a destruição de uma realidade objetiva, ela cria uma outra subjetiva em seu lugar. Desta maneira, o ser-humano “será (no futuro) o que ele se tornou

pela negação (no presente) do que ele foi (no passado), sendo esta negação efetuada em vista do que ele se tornará”. (HEGEL *apud* KOJÈVE, p. 13). Assim, diante dos ápices e quedas; das construções e destruições sucessivas da realidade; a observação da ação do Tempo permite constatar que “Tudo que é sólido desmancha no ar.” (MARSHALL, inspirado pela frase célebre de Karl Marx em “O Manifesto do Partido Comunista).



## RESUMO

CAMARGO, Gabriel Marques. **Ressignificações da antiga cidade-empresa: olhares sobre Volta Redonda.** 117 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A dissertação investiga as transformações ocorridas na cidade de Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, a partir da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional em 1993. Neste sentido, elucida tais câmbios sob duas vertentes: a resignificação que ocorre nos lugares de memória da cidade, no espaço público da antiga cidade operária; e a transformação no mundo do trabalho ocorrida no processo de desregulação neoliberal. É defendida a tese de que Volta Redonda é construída – tanto arquiteturalmente, quanto institucionalmente – como máquina disciplinar (FOUCAULT, 2014) para a transformação do cidadão em mão de obra para a siderúrgica. Dessa maneira com a privatização da siderúrgica e a queda drástica no número de empregados da Usina Presidente Vargas, a dissertação analisa a disputa, reapropriação e resignificação do aparato disposto na cidade, pelos novos e velhos atores; assim como o surgimento do discurso em prol do empreendedorismo como alternativa a um mercado de trabalho incerto. Destacam-se neste estudo as atuações do Memorial Zumbi dos Palmares, da Prefeitura Municipal de Volta Redonda, do SEBRAE e da Companhia Siderúrgica Nacional, que, ora se alinham em seus objetivos, ora disputam a construção da narrativa da cidade. Ainda neste viés, são analisados os relatos de 3 volta-redondenses, filhos de ex-operários da CSN, que necessitam desenvolver suas experiências laborais já sob os escombros do fordismo (TELLES e CABANES, 2006).

Palavras-chave: Fordismo. Companhia Siderúrgica Nacional. Resignificação. Empreendedorismo.

## ABSTRACT

CAMARGO, Gabriel Marques. **Resignifications in the old company town**: observations in Volta Redonda. 117 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This dissertation investigates the transformation that occurred in Volta Redonda, in Rio de Janeiro countryside, after the privatization of Companhia Siderúrgica Nacional (National Steel Company), in 1993. In that sense, it enlightens such changes under two perspectives: the resignification that happens in the city's places of memory, located in the public space of the former company town; and the transformation in the labor world, that took place in the process of neoliberal deregulation. The thesis that Volta Redonda is built – both architecturally and institutionally – as a disciplinary machine to transform its inhabitants in manpower (FOUCAULT, 2014), is defended. Therefore, with the privatization of the steel company and the drastic drop on the number of Usina Presidente Vargas' employees, this dissertation analyses the disputes, reappropriation and resignification of the city's apparatus, by old and new actors; as well as the emergence of a pro entrepreneurship discourse, as an alternative to an uncertain labor market. In this research, the actions of Memorial Zumbi dos Palmares (African Heritage Center), Volta Redonda's City Hall, Sebrae and Companhia Siderúrgica Nacional, are highlighted, sometimes aligning themselves, sometimes disputing the construction of the narrative of the city. Still in that sense, 3 stories of Volta Redonda residents, sons and daughters of former workers of the steel plant, who need to develop their labor experiences over the wreckage of fordism, are analyzed (TELLES and CABANES, 2006).

Key-words: Fordism. Companhia Siderúrgica Nacional. Resignification. Entrepreneurism.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CECISA	Imobiliária Santa Cecília S.A.
UPV	Usina Presidente Vargas
PMVR	Prefeitura Municipal de Volta Redonda
IPPU/VR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
MEI	Microempreendedor Individual
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
SMC	Secretaria Municipal de Cultura de Volta Redonda
SMVR	Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
SMIDH	Secretaria para Mulheres, Idosos e Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
AgeRio	Agência Estadual de Fomento

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>CONSTRUÇÃO E IMPLOSÃO DA CIDADE FORDISTA.....</b>	<b>21</b>
1.1	<b>Volta Redonda: terra de sangue e aço.....</b>	<b>22</b>
1.2	<b>Volta Redonda e CSN: trajetórias indissociáveis.....</b>	<b>23</b>
1.3	<b>O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.....</b>	<b>36</b>
1.4	<b>CSN: da privatização ao presente.....</b>	<b>41</b>
<b>2</b>	<b>RESSIGNIFICAÇÃO DA CIDADE EMPRESA E A CULTURA NEGRA EM VOLTA REDONDA.....</b>	<b>47</b>
2.1	<b>O Memorial Zumbi dos Palmares e a cultura negra na ressignificação da cidade.....</b>	<b>55</b>
<b>3</b>	<b>TRABALHO E EMPREENDEDORISMO NA VOLTA REDONDA PÓS- PRIVATIZAÇÃO.....</b>	<b>67</b>
3.1	<b>Os filhos dos ex-operários da CSN.....</b>	<b>67</b>
3.1.1	<b><u>O caso de Ana</u>.....</b>	<b>67</b>
3.1.2	<b><u>O caso de David</u>.....</b>	<b>69</b>
3.1.3	<b><u>O caso de Samantha</u>.....</b>	<b>70</b>
3.2	<b>A conquista da hegemonia neoliberal: transformações globais e efeitos locais.....</b>	<b>73</b>
3.3	<b>Mutações no mundo do trabalho.....</b>	<b>80</b>
3.4	<b>Empreendedorismo no mundo do trabalho.....</b>	<b>86</b>
3.5	<b>Volta Redonda, Cidade Empreendedora.....</b>	<b>90</b>
3.6	<b>O SEBRAE na governança dos municípios.....</b>	<b>95</b>
3.7	<b>Consequências perceptíveis no mundo do trabalho.....</b>	<b>99</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

A mudança traz consigo incertezas e questionamentos sobre as sendas a serem percorridas ao curso da existência individual humana. Paradigmas cambiantes trazem consigo a instabilidade, ou seria a instabilidade característica essencial do paradigma que se consolida na nova realidade das relações de trabalho? A crescente precarização das relações de trabalho, marcadas pela perda de estabilidade e de direitos, apontam para o acirramento das diferenças socioeconômicas, em que indivíduos já em situação de vulnerabilidade dependem do acaso, de sua boa-fortuna, para a configuração do traçado que marcará sua trajetória, ao mesmo tempo que vulnerabilizam ainda mais aqueles que não possuem tanta sorte.

A descentralização das cadeias produtivas, consequência da decadência do paradigma fordista, transforma a malha urbana das chamadas cidades globais. Todavia, a mudança não é exclusiva destes centros cosmopolitas inseridos no circuito global. Apesar da história mostrá-las como pontos de convergência e laboratório para experimentação e consolidação de tendências socioeconômicas globais – como de fato são – o câmbio econômico e das relações de trabalho afetam com igual intensidade centralidades regionais, cidades de médio ou pequeno porte, que também passam a brigar pelo reconhecimento de suas “vocações” para seguir as novas tendências mercantilistas de administração municipal. Estas cidades também rompem com a forma antiga de gestão do Estado, para tornarem-se competitivas e atraentes para o mercado, sem muito pensar no equilíbrio entre este mercado e a sua população, aprofundando a condição de vulnerabilidade dos seus excluídos.

Volta Redonda, no interior do estado do Rio de Janeiro, é uma dessas centralidades regionais que buscam se adaptar aos novos tempos. Trata-se da localidade escolhida, na década de 1940, pela então recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional, para a construção daquela que seria a maior usina siderúrgica da América Latina. Para tanto, a cidade necessitaria de um aparato urbano que consolidasse a cultura operária e a disciplinaridade fordista para aquilo que era considerado um bom funcionamento da empresa. Uma cidade planejada que suprisse as carências da indústria metalúrgica foi construída, com residências permanentes e temporárias para os fluxos de mão-de-obra vindouros; escolas – privadas e públicas; de ensino regular e técnico – para atender a demanda de mão-de-obra especializada; além de equipamentos de lazer, com a construção de praças, teatros e inúmeros clubes; e até mesmo a presença de agentes

disciplinadores do operário circulando pelas ruas da cidade e mantendo a “ordem” e o “bom-comportamento” de seus funcionários. A grande maioria dos empreendimentos na cidade, ocorriam com parceria, financiamento ou manutenção proveniente da Companhia Siderúrgica Nacional, demonstrando assim, a ligação extremamente próxima entre empresa, cidade e população. Vivia-se em função do aço e a cidade de Volta Redonda era sinônimo da CSN. O trabalho na indústria de siderurgia desta cidade era visto como um privilégio, um indicativo de idoneidade, e uma oportunidade de mobilidade social. Ser operário da Companhia Siderúrgica Nacional era “crescer na vida”, até mesmo para aqueles que ocupassem as vagas mais subalternas na hierarquia da empresa; e para muitos deles, especialmente aqueles que vieram de regiões rurais, foi a primeira (e até mesmo a única) experiência de trabalho formal. Com muito suor e luta, o operário conseguiu que sua família e seus filhos tivessem um mínimo de conforto na vida. E são estes que hoje sofrem com os reflexos do paradigma cambiante na antiga cidade fordista. Afinal, como afirma Vera Telles (2006), os “tempos fordistas” já passaram, mas o trabalho não deixou de ser uma dimensão estruturante da vida social.

Foi o contato com esta autora, em uma aula ministrada pela professora e pesquisadora, Márcia Pereira Leite (PPCIS/UERJ), no curso de especialização em Sociologia Urbana (IFCH/UERJ), que despertou o meu interesse sobre Volta Redonda. Neste ponto, é necessário fazer uma contextualização da minha própria trajetória, para que o leitor compreenda como o processo de construção desta dissertação se deu. Fui criado em Volta Redonda, assim como meus pais. Meus avós, paternos e maternos, foram para Volta Redonda vindos de outras cidades do Vale do Paraíba Fluminense e do sul de Minas Gerais, em busca de melhores condições de vida. A sua relação com a Companhia Siderúrgica Nacional era direta: meu avô paterno se aposentou pela CSN, onde trabalhava como torneiro mecânico, e minha avó materna foi secretária do Sindicato dos Metalúrgicos até 1964, quando este sofreu intervenção devido ao Golpe Militar. Meus pais, por sua vez, não mantiveram relações de trabalho com a Companhia Siderúrgica Nacional, mas sempre estiveram em contato próximo a ela, estudando em suas escolas, comprando em seus mercados, indo ao seu cinema, sendo auxiliados por sua assistência social.

Quanto a mim, fui criado, literalmente, à sombra da Usina Presidente Vargas: morei durante 27 anos em um dos primeiros bairros construídos pela Companhia Siderúrgica Nacional, designado para a moradia operária. A proximidade da empresa, como pano de fundo de grande parte das memórias por mim construídas, me levaram a uma naturalização deste ambiente, de

forma que já não escutava mais seus sons, tampouco me importava com os odores químicos na hora da chuva, ou com o pó da fábrica: tudo era, ao meu ver, absolutamente natural. Graduei-me em Direito, e comecei a trabalhar como professor em um curso livre quando, em busca de especialização para melhores oportunidades de trabalho, me mudei para o Rio de Janeiro.

Morava e estudava na cidade do Rio de Janeiro, mas ia para Volta Redonda quase todos finais de semana. Nestas oportunidades, percebi que os estudos sobre cidades, que estava realizando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), causaram em mim um estranhamento daquilo que tinha como natural sobre a cidade onde fui criado. Isto não aconteceu apenas no plano do intelecto – na verdade o desenvolvimento das ideias que estão presentes nesta dissertação são consequências de um verdadeiro despertar dos sentidos adormecidos pela naturalização da vida na cidade operária. Portanto, à medida que minha formação enquanto cientista social se consolidava, aguçava também a minha percepção auditiva, olfativa e visual na cidade do aço. Também, o relativo afastamento decorrente da moradia em outra localidade permitiu um contraste maior de coisas que são específicas de uma cidade como Volta Redonda. Pude perceber, desta forma os sons que cortam a antiga cidade operária a qualquer hora do dia ou da noite – sirenes marcando os turnos da fábrica, alarmes que disparam ou o trem que passa no interior da usina; trouxe ao nível da consciência os odores químicos liberados pela Companhia, sua regularidade temporal e seus efeitos sobre o corpo; e passei a observar paisagens, ruas, edifícios e monumentos que marcam a onipresença da empresa por todos os cantos da cidade.

Neste momento, entrou em ação a formação que estava recebendo como cientista social. Questionamentos profundos sobre Volta Redonda começaram a me instigar fortemente a buscar compreender aquilo que estava posto diante de mim. A relevância da cidade para o âmbito nacional sempre foi reconhecida. A bibliografia construída através de pesquisa na cidade é bastante extensa, e foi redigida considerando especialmente a experiência de trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional estatal e o movimento sindical nos anos 1980; assim como as peculiaridades de uma cidade-empresa, monoindustrial e planejada. As indagações que me moveram também tiveram natureza semelhante, mas concentrando sobre aquilo que poderia ser apreendido destes temas nos dias de hoje, tanto sobre o trabalho e o movimento sindical na cidade; quanto sobre a ressignificação da cidade-empresa: quais, afinal, eram os rumos que a “Cidade do Aço” estava tomando após 25 anos da privatização da CSN? Todavia, devido à extensão do tema, decidi focar a pesquisa no esforço de responder as seguintes questões iniciais:

(a) como a máquina disciplinar de Volta Redonda funcionava? (b) Considerando a implosão desse sistema a partir da privatização, demissões e precarização do trabalho, bem como sabendo que a empresa não possui a mesma capacidade de absorção de mão de obra, para quais lugares do mercado de trabalho se direcionaram os filhos destes operários? (c) Onde acreditam encontrar melhores caminhos para seu desenvolvimento profissional?

Diante do despertar sobre a cidade e com questões mais delineadas, entendi que, para poder analisar as consequências da implosão do fordismo e da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, seria necessário, em primeiro lugar, reconstruir e compreender o cenário no qual a cidade se desenvolveu durante quase cinco décadas (dos anos 1940, aos anos 1990), para depois também implodir esta construção, e tentar minimamente compreender a profundidade das transformações que ocorreram no decorrer dos 25 anos após a privatização da CSN. Neste primeiro momento, foi de grande importância estar em contato com trabalhos realizados por pesquisadores que, durante várias décadas, estudaram com profundidade a cidade-operária, seus trabalhadores, sua organização, militância e cotidiano; ao mesmo tempo que pude eu mesmo averiguar a evolução de sítios onde se desenrolaram acontecimentos históricos da cidade. Também, neste período inicial, busquei entrar em contato com membros de antigas famílias operárias de Volta Redonda, com os quais sigo em conexão até hoje.

Iniciando a pesquisa, realizei minha (re)entrada em Volta Redonda, com uma abertura consciente, para poder apanhar as transformações supostas na forma que elas fossem se apresentando à minha observação do real. Desta forma, comecei a passar cada vez mais tempo na cidade em meados de 2016, e finalmente me mudei definitivamente para a cidade em março de 2018. Neste período, especialmente a partir de 2017 e já com o cenário histórico de Volta Redonda bem fundamentado, me tornei alerta aos sinais de mudança que ocorrem no centro do projeto inicial de cidade operária – a Vila Santa Cecília, que concentra um grande número de instituições (além de um dos acessos da Usina Presidente Vargas, o edifício do antigo Escritório Central da empresa, e também escolas, teatros, a Biblioteca Municipal, e várias praças estão localizados no bairro) e recebe um grande número de pessoas todos os dias. Neste período pude participar dos eventos de comemoração da emancipação do município – de 2016 e 2017 –, que foram importantíssimos para perceber a forma como a administração da cidade busca narrar a história da cidade, assim como projeta a sua versão de cidade para o futuro.



Logo após estes eventos, decidi buscar no espaço público e nos lugares de memória da Vila Santa Cecília, aqueles que pudessem estar agindo na ressignificação destes espaços. Então, escolhi três locais no bairro, que pudessem dar pistas sobre a transformação da cidade: a praça Juarez Antunes, a praça Brasil e o Memorial Zumbi dos Palmares, todos localizados próximos ao eixo da Rua 14. A escolha destes espaços tampouco foi aleatória.

A praça Juarez Antunes, nomeada em homenagem ao prefeito e líder sindical morto pouco tempo após a greve de 1988, se localiza entre o Escritório Central e o acesso à Usina Presidente Vargas; foi palco, nos anos 1980, das assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos, e após a invasão do exército e assassinato dos três operários na greve de 1988, recebeu um monumento de Oscar Niemeyer em homenagem aos trabalhadores mortos. Pouco tempo após sua inauguração, o monumento foi dinamitado, e seu restauro foi contraindicado pelo arquiteto que o projetou, já que suas ruínas marcavam a história<sup>1</sup>. A praça recebeu uma reforma no início dos anos 2000, que alterou sua disposição, plantou árvores, e colocou um ponto de ônibus, que recebe um grande número de trabalhadores todos os dias, tanto da CSN quanto de outras empresas do bairro. Todavia, com exceção dos horários entre turnos (entrada e saída de escolas e trabalho), a praça permanece vazia. Em geral, funcionários da Companhia, uniformizados ou não<sup>2</sup>, sentam-se nos bancos da praça, onde passam algum tempo antes de seguir os seus afazeres. A praça ainda recebe eventos realizados pelo sindicato, no entanto, pude testemunhar apenas uma vez, em maio de 2018.

A praça Brasil é uma antiga praça construída pela CSN nos anos 1950. Repleta de símbolos da atividade siderúrgica, ela conta com um obelisco dentro de um espelho d'água, e quatro estátuas paralelas aos quatro lados do obelisco, que retratam Getúlio Vargas e um operário em lados opostos e, duas musas nos outros dois lados. A praça, situada entre o eixo da rua 14, e o eixo da rua 33, é ladeada pelo Mercado Popular (antigo camelódromo da Vila, estruturado com boxes nos anos 2000), Clube Umuarama, o antigo posto de Puericultura da CSN (abandonado), e um terreno da Cúria Diocesana. Feita para ser a praça principal da cidade-operária, a praça Brasil recebe grande número de pessoas, em especial famílias, além de vários ambulantes – pipoqueiros,

---

<sup>1</sup> Fonte: Diário do Vale (Disponível em: <http://diariodovale.uol.com.br/noticias/4,66529,Monumento-projetado-pelo-arquiteto-para-VR-foi-destruido-por-atentado.html#axzz2ENCtOQtg>, acesso em junho 2018)

<sup>2</sup> É possível identificar os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, não apenas por seu uniforme, mas pelo seu calçado. Em razão das altas temperaturas dentro da usina, seus trabalhadores precisam utilizar botas mais grossas para trabalhar na siderúrgica. Por isso é comum ver, nesta saída da usina trabalhadores sem a camisa do uniforme, carregando uma mochila, mas calçando estas botas citadas.

vendedores de brinquedos, aluguel de bicicletas, e barraquinhas de comida. Em 2016, 2017 e 2018, a praça recebeu grande parte dos eventos de comemoração do aniversário da cidade. Além disso, pude ver o uso da praça na ocasião de protestos relacionados à política nacional (pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015; por Intervenção Militar, 2018)<sup>3</sup>.

O Memorial Zumbi, administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, por sua vez, foi construído sobre antiga praça Rotary em 1990, como um alicerce para a preservação da cultura afro-brasileira, e fruto da luta do movimento negro de Volta Redonda. Ladeado pela Biblioteca Municipal Raul de Leoni, o Jardim dos Inocentes (municipal) e por um centro comercial, o Memorial Zumbi foi o lugar cuja atuação capturou grande parte da minha atenção durante a pesquisa sobre Volta Redonda, tanto pela quantidade de eventos quanto pela sua natureza. Uma parte destes eventos, realizados em forma de palestras e debates, refletiam sobre a questão do racismo na cidade e se debruçavam sobre como a cidade construída enquanto “expressão de um preconceito”<sup>4</sup>, também resgatando a memória da experiência de cidade de habitantes negros idosos. Nos relatos que estes habitantes mais velhos compartilharam sobre o trabalho, a figura de fundo que pairava onipresente, era a mesma que paira sobre o horizonte da cidade: a Companhia Siderúrgica Nacional. Para além disso, os relatos ali colocados, me fizeram perceber que, na construção do cenário que se projeta em Volta Redonda, também seria relevante debruçar-me sobre como as relações de trabalho eram colocadas nas terras da cidade no período anterior à implantação da Usina Presidente Vargas. Uma das falas realizadas por uma moradora, no evento “Quilombo do Aço I”,<sup>5</sup> foi marcante para esta percepção. Nesta ocasião, foram convidados habitantes negros idosos para relatarem as suas experiências sobre Volta Redonda. Entre eles, a senhora Célia, refletindo as consequências da privatização, concluiu:

[...]é só aquilo que aconteceu lá em 1888. Foi a mesma coisa, onde assinaram, a princesa assinou aquela lei, e nós ficamos sem uma referência trabalhista que não fosse do meio rural. E com a privatização, foi a mesma coisa. Começaram a surgir os microempreendedores, e aí foi no tapa, porque não teve até então nenhuma formação

<sup>3</sup> O espaço público da Vila Santa Cecília evidencia fortemente a disputa pela cidade, territorializadas em segmentos do bairro. Dessa forma, pude perceber que protestos com pautas identificadas com movimentos de esquerda costumam partir do vão da biblioteca municipal, enquanto protestos com pautas mais relativas a movimentos conservadores de direita tomam o espaço da Praça Brasil. Uma exceção que pude averiguar foi o protesto contra a eleição do então candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro, em 2018.

<sup>4</sup> Estas palavras foram utilizadas por uma moradora no Memorial Zumbi

<sup>5</sup> Evento pelo grupo Residência na Memória, organizado pelo professor Carlos Eduardo Giglio.

para isso, porque todos que vieram, era entrar na CSN, colocar os seus turnos ali, e ali perpetuar. (Trecho da transcrição da fala da senhora Célia, ocorrida no dia 23 de março de 2018)

Então gente, essa residência na memória, faz [...] buscar o quanto isso tudo foi dolorido. O quanto isso ainda hoje é doloroso, quando nós nos lembramos que chegava ali na frente da Caixa Econômica, tantos demitidos esperando aquele papelzinho que saía ali do Escritório Central, numa humilhação total de trabalhadores qualificados sem emprego, numa situação humilhante não preterente de 1888, não. Não foi diferente. Resistimos? Resistimos. (*idem*)

O encontro com esta ideia no campo se transformou em uma influência que possui desdobramentos sobre os caminhos deste trabalho. Ficou claro para mim que a transição, dos tempos fordistas para estes de maior fragmentação, não aconteceu de forma suave e desapercibida em Volta Redonda, mas sim como uma cisão profundamente marcada daquilo que era, para aquilo que viria a ser. Entretanto, ainda que estes momentos de cisão possam parecer duais – devido ao movimento de ruptura e dissolução de determinados sistemas estruturantes da forma como concebemos a realidade vivida –, eles se conectam em um contínuo que se reverbera em fluxos horizontais sobre o oceano do tempo até se dissiparem. A comparação deste momento lido como uma cisão abrupta, recente na história da cidade, comparada com o rompimento que representou a libertação dos escravos, por sua vez, abre caminho para pensar sobre a história do trabalho na cidade não apenas a partir da implantação da CSN em seu território, mas também através dos reflexos que o regime escravocrata possui na forma como se estruturaram as relações de trabalho nos anos seguintes à construção da Usina Presidente. Isto implica reconhecer que o regime escravocrata marcou profundamente a forma como as relações de trabalho foram construídas em lugares como Volta Redonda, especialmente. Ainda, a comparação realizada entre os dois períodos – o pós-1888 e o pós-privatização – pode fornecer pistas sobre como estes momentos marcados em temporalidades tão distintas, se aproximam pelos efeitos que são produzidos sobre os indivíduos que compunham a mão de obra – ex-escravos e ex-operários.

Um outro aspecto extremamente importante, contido na fala da moradora, é sobre o surgimento do microempreendedorismo. Esta não havia sido a primeira vez que as questões relacionadas ao empreendedorismo surgiram durante minha observação em Volta Redonda. Em

2017, a comemoração do aniversário da cidade, já havia sido fortemente marcada pelo tema – a palestra sobre “Mulheres Negras e Empreendedorismo”, na Biblioteca Municipal, assim como a “Feira das Minas Preta”, no vão da biblioteca e em frente ao Memorial Zumbi, deram pistas importantíssimas sobre os rumos que a “Cidade do Aço” estava tomando, o que me levou a adentrar sobre uma análise do empreendedorismo, na forma como ele se apresenta na cidade e passa a se entrelaçar com o mundo do trabalho nestes tempos pós-privatização da CSN.

Como é possível perceber, vários fios sobre os rumos que Volta Redonda toma após a privatização da gigante estatal, se emaranharam nestas incursões que fiz na cidade. A complexidade do tema não é inesperada, e todo cuidado é pouco na tentativa de evitar essencializações e generalizações sobre os casos estudados. Mas estes fios que se apresentam entrelaçados na complexidade do cotidiano, precisam ser puxados e seguidos, na tentativa de capturar o significado que cada um deles representa no momento. Portanto, a partir destes acontecimentos, julguei adequado realizar um recorte, focando o estudo contido nesta dissertação na revisão bibliográfica da literatura sobre o mundo do trabalho e Volta Redonda; análise das entrevistas realizadas com os filhos de ex-operários; observações realizadas no Memorial Zumbi dos Palmares e; análise sobre o conteúdo divulgado dos projetos sobre empreendedorismo que ocorrem na cidade.

Entretanto, ainda que as complexidades encontradas em Volta Redonda sejam únicas devido a sua história bastante particular, a cidade não é fechada em si e, portanto, não se exclui dos circuitos regionais, nacionais e internacionais. A cidade com maior população do sul do estado do Rio, é referência regional no setor de serviços; enquanto a sua produção de aço a conecta com os mercados nacional e global. Desta forma, a sua conexão em um circuito mais abrangente não pode ser desconsiderada, devendo, sim, ser lida e interpretada em conformidade com as especificidades encontradas a nível local. Assim, a percepção sobre conexões que ocorrem na cidade ultrapassa limites e fronteiras, e traz a elucidação sobre como as mudanças ocorridas em um quadro macroscópico acontecem em uma escala microscópica.

A presente dissertação foi estruturada em três capítulos e conclusão. No primeiro capítulo concluo a proposta de desenhar o quadro do desenvolvimento de Volta Redonda no decorrer do tempo. Nesta oportunidade, trabalho, ainda que de forma breve, sobre a história do distrito de Santo Antônio de Volta Redonda, seus primeiros habitantes indígenas, a ascensão e queda do ciclo do café, até a criação da CSN. Em sequência, passo para a análise do poder e da influência

que a Companhia Siderúrgica Nacional exerceu em Volta Redonda sobre seus habitantes, desde sua criação, na década de 1940, até a sua privatização, em 1993, e a implosão da cidade fordista.

No segundo capítulo estão conjugados o momento posterior à privatização da CSN e a amostra das informações coletadas no Memorial Zumbi. Este é o momento da dissertação em que, baseado na observação realizada, busco revelar as mudanças ocorridas nas últimas duas décadas. Entram em pauta as diferenças entre a geração que viveu os tempos fordistas, e aquela que precisou construir suas referências sobre seus escombros. O fio que leva a esta análise é justamente sobre como a atuação do Memorial Zumbi, no campo da conscientização e preservação da cultura negra, se diversifica entre atores de diferentes momentos históricos, e como ela reflete na ocupação do espaço oferecido pelo Memorial Zumbi.

O terceiro capítulo, por sua vez, é inteiramente dedicado ao estudo do empreendedorismo: como ele se desenvolve em Volta Redonda. Estão conjugados, neste capítulo, as transformações macroeconômicas, decorrentes da agenda neoliberal nas últimas décadas, e os reflexos e reações a estas transformações no mundo do trabalho de forma geral e de forma específica na cidade. Ainda, analiso as entrevistas realizadas com os filhos de ex-operários, que revelam suas impressões sobre a cidade, suas histórias profissionais e expectativas para o futuro. Busquei analisar os elementos obtidos nas entrevistas de forma conjugada à observação realizada em diferentes eventos (aniversário da cidade, debates no Memorial Zumbi); e elucidar o que é o empreendedorismo e o que significa empreender para as pessoas de Volta Redonda com quem estive em contato.

Concluo, enfim, realizando conexões e pontes entre as observações realizadas nestes três capítulos da dissertação, e apresentando os caminhos que Volta Redonda, assim como o mundo do trabalho no Brasil, vêm tomando neste primeiro quartel de século XXI.

## 1 – CONSTRUÇÃO E IMPLOÇÃO DA CIDADE FORDISTA

As cidades, assim como seus habitantes, guardam em seu corpo as marcas do passar do tempo. As especificidades dos eventos que ocorreram em seu espaço moldam o momento presente, e pautam ações programadas para o futuro. Desta maneira, o passado gravado na história interage a todo tempo com o presente e o futuro, e as especificidades de cada experiência vivida moldam cada “universo”. Desta forma, interagir com o passado ajuda a elucidar as estruturas do momento vivido.

A proposta deste capítulo da dissertação é realizar um apanhado histórico sobre a região onde se estabeleceu Volta Redonda. Entrelaçam-se diferentes movimentos em diferentes contextos nesta descrição, que nada possuem de contraditório, e sim representam etapas específicas de um movimento constante; os diferentes níveis, do local ao mundial, se entrecruzam, moldando um ao outro. Os diversos paradigmas econômicos que surgem nos séculos XIX e XX afetam o nível local, que por sua vez afeta a leitura e aplicação de seus moldes através de suas especificidades históricas, materiais e espaciais. Concomitantemente, os paradigmas trabalhistas que são impostos nas terras de Volta Redonda não se rompem subitamente, mas se diluem e se resignificam através do tempo. Desta forma, observar as mudanças, os ápices e quedas, que ocorrem em suas terras, pode fornecer pistas essenciais para a leitura dos rumos que a dança do tempo virá a fazer.

Portanto, a análise dos elementos históricos, trazida nos tópicos seguintes, inicia-se com uma breve descrição sobre a região de Volta Redonda anterior à construção da Usina Presidente Vargas e da cidade operária em seu território, que situa a vila de Santo Antônio de Volta Redonda – entre os municípios de Barra Mansa e Barra do Piraí – no centro da economia cafeicultora escravocrata do século XIX. Em seguida, há a abordagem da “questão da siderurgia” que centralizou discussões desde a virada do século XIX para o XX, e se estendeu até a década de 1940, quando o Estado Novo efetivamente funda a Companhia Siderúrgica Nacional, e constrói Volta Redonda. Em sequência, é iniciada uma discussão que posiciona os trabalhadores, migrantes da zona rural, em especial, da Zona da Mata mineira, no centro deste projeto, conjugando com uma breve análise sobre o fordismo, o espaço material da cidade e sua função disciplinar na vida do habitante de Volta Redonda. Enfim, como parte do disciplinamento e reprodução da força de trabalho em Volta Redonda, abordo a experiência sindical e a trajetória do

Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) no correr das décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, até a privatização da CSN em 1993. Concluo com uma breve análise sobre a transformação das relações que permeiam a cidade e dados do período pós-privatização em Volta Redonda.

### 1.1. Volta Redonda: terra de sangue e aço

Cidade e empresa: onde começa a história de uma, e onde começa a história da outra? Ao nos debruçarmos sobre Volta Redonda, vemos que a ocupação daquilo que é hoje seu território começa muito antes da implantação da Usina Presidente Vargas entre as curvas do Rio Paraíba do Sul. A sesmaria, cuja área corresponde hoje aos municípios de Itatiaia, Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Valença e Volta Redonda, no interior do estado do Rio de Janeiro, e Bananal, no interior do estado de São Paulo, era originariamente de domínio dos povos Puri, Arari e Coroados, e por eles conhecida como “Timburibá”. A região começa a ser ocupada pelos brancos a partir do último quartel do século XVIII com a fundação do povoado de N. S. da Conceição de Campo Alegre da Paraíba Nova. Os habitantes originais ofereceram resistência ao domínio do colonizador, que ali começaram a se estabelecer. Foram fortemente rechaçados e, posteriormente, completamente dizimados<sup>6</sup>. E é a partir do rechaço e controle dos ataques dos índios Puri e Arari, que a região começa a prosperar na atividade agrícola, principalmente através do cultivo do café – cuja produção foi o maior responsável pela introdução da mão de obra africana escravizada no Vale do Paraíba, e motivo pelo qual se deu o crescimento da população na região durante o século XIX.

Volta Redonda recebe este nome devido à curiosa curva feita pelo Rio Paraíba do Sul nesta região. Até a década de 1860, o então distrito de Barra Mansa, Santo Antônio de Volta Redonda era ocupado apenas por fazendas, que em sua vasta maioria mantinham o cultivo cafeeiro. Os tempos do ciclo do café deixaram marcas em diversos pontos da cidade. As sedes das fazendas Três Poços e Moinho, São Thiago, São João Batista, Santa Cecília, Santa Cecília do Ingá, Santa Thereza, Cachoeira, Cabeceira do Brandão, Casarão, continuam de pé; enquanto os

---

<sup>6</sup> Em 1788, o sargento-mor Joaquim Xavier Curado foi comissionado pelo Vice-Rei para repelir os ataques dos Puri e Arari, e limitá-los à um ponto do rio Preto. Ele então divide o território de Campo Alegre da Paraíba Nova em 9 distritos, um corpo de cavalaria, e em cada um dos distritos uma companhia para lutar contra os povos nativos (ATHAYDE, p. 15).

muros remanescentes das sedes demolidas das fazendas Santo Antônio da Ponte Alta, Santa Rita e Escobar testemunham as mudanças ocorridas na cidade que cresceu em seu entorno. A chegada da estrada de ferro à Santo Antônio de Volta Redonda, em 1871, transformou o pequeno povoado em um entreposto comercial, no qual as tropas vindas de Minas Gerais, abastecidas com mercadorias destinadas à corte no Rio de Janeiro, estacionavam antes de darem prosseguimento pela via férrea.

Porém, a prosperidade do povoado que surgia na margem esquerda do rio Paraíba do Sul (onde está situado hoje o bairro Niterói), assim como as cidades que se desenvolviam no Vale do Paraíba na época, se baseava inteiramente nas relações que surgiam entre senhores brancos e negros escravizados, que marcam profundamente seus habitantes. Neste sentido, ao relatar o declínio econômico sofrido na região escravocrata do Vale do Paraíba, as palavras publicadas pelo historiador, jornalista e cidadão honorário de Volta Redonda, J. B. de Athayde em 1965, revelam o quanto estas relações continuavam pronunciadas quase um século depois da abolição da escravatura:

Desfrutava, ainda, de invejável prosperidade em 1888, quando sofreu um grande golpe em sua economia, com a apressada liberação dos escravos, em cujos braços se apoiava toda a agricultura das fazendas locais. Desajustados para a liberdade, os trabalhadores escravos abandonaram – quase em massa, as lavouras, trazendo como resultado a ruína para a maioria dos fazendeiros. O descontentamento provocado, mais pelo modo como se fez a abolição, sem nenhuma indenização, em flagrante desrespeito aos direitos dos fazendeiros, estendeu-se a toda a Nação. (1965, p. 33)

O declínio vertiginoso da prosperidade econômica do Vale do Paraíba e a busca infrutífera por mão de obra barata<sup>7</sup>, levaram à desvalorização das terras das antigas fazendas de café<sup>8</sup>, que foram desmembradas e ocupadas por migrantes vindos especialmente do sul de Minas Gerais, que passaram a se ocupar na produção pecuária, entre as décadas de 1900-1930, quando a região de Santo Antônio de Volta Redonda (ainda distrito de Barra Mansa) experimentou um período de estagnação econômica. Entretanto, a história da ocupação dessas terras é completamente alterada a partir da implantação da Usina Presidente Vargas (UPV) na década de 1940, e é somente após a fundação da CSN que Volta Redonda realmente passa a existir como a conhecemos hoje. Assim,

---

<sup>7</sup> Athayde (1965) revela que “inúmeros foram os pedidos dirigidos ao Governo do Estado, pelos fazendeiros, inclusive o Com. Raimundo Breves de Oliveira Roxo, interessados em admitir em suas fazendas imigrantes precedentes da China”. (p. 34)

<sup>8</sup> Ainda, segundo o autor, o alqueire de terras baixou de 700\$000 em 1900 para 46\$300 em 1920. (p. 35)



a história da cidade passa a ser completamente entrelaçada à história da Companhia Siderúrgica Nacional e, mesmo após vinte e cinco anos da sua desestatização, a empresa continua exercendo forte influência sobre os rumos que a cidade toma. Logo, falar sobre Volta Redonda é, irremediavelmente, falar sobre a Companhia Siderúrgica Nacional.

## 1.2. Volta Redonda E CSN: trajetórias indissociáveis

A discussão sobre a necessidade se criar um parque industrial siderúrgico no Brasil remonta à segunda metade do século XIX e se prolonga pelo século XX. O setor de siderurgia possui um papel fundamental no desenvolvimento industrial, por ser fornecedora de insumos para vários outros setores da indústria de transformação e para a construção civil: a produção de bobinas laminadas é destinada para a aplicação em produtos nas indústria automotivas, de bens de capital, naval, de linha branca, entre outros.<sup>9</sup> Nos anos 1900, a questão da siderurgia era discutida entre políticos e empresários; diretrizes adotadas pelo Congresso passaram a tratar esta questão como essencial para o desenvolvimento nacional e um projeto que ambicionava a implantação de uma grande siderúrgica através da iniciativa privada com apoio governamental chegou a ser acordado em 1911, mas não saiu do papel mesmo décadas depois. (PIQUET, 1998, pp. 47- 49).

Todavia, é apenas no início da década de 1930, com a segunda etapa do “processo de substituição de importações” do governo do presidente Getúlio Vargas, que esta discussão se intensifica. Nesta época, acreditava-se que industrialização era sinônimo de progresso, e que para dar cabo ao “subdesenvolvimento” brasileiro, era necessária intervenção estatal em três áreas básicas: petróleo, energia elétrica e siderurgia. Esta discussão também levava em consideração, a urgência do reaparelhamento militar e os interesses da burguesia nacional, que, só ao final dos anos 1930, passa a utilizar mais as instituições do Estado para a sua ação política. Então, sob as bandeiras do nacionalismo e do “progresso”, a intervenção do Estado para o “desenvolvimento do país” estava justificada.

---

<sup>9</sup> Fonte: VIANA, Luis Fernando E. Caderno Setorial ETENE: Indústria Siderúrgica. Ano 2, n. 13. Banco do Nordeste, 2017. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2320766/caderno\\_setorial\\_siderurgica\\_14\\_2017\\_web%282%29.pdf/c964a87e-02a9-baf7-4554-298c9a5c9176](https://www.bnb.gov.br/documents/80223/2320766/caderno_setorial_siderurgica_14_2017_web%282%29.pdf/c964a87e-02a9-baf7-4554-298c9a5c9176)

A discussão que toma vulto nos anos 1930 é somente definida como preocupação de Vargas em 1937, quando anuncia um plano de colaboração do governo com capitais estrangeiros para resolver o problema siderúrgico. Em 1940 é criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, chefiado pelo General Edmundo de Macedo Soares e Silva<sup>10</sup>, demonstrando a influência militar na vanguarda deste projeto, cuja presença estará sempre marcada na história da CSN e de seus operários.

O final dos anos 1930 e o início da década 1940, foram marcados na história do Brasil pelo Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Nestes tempos, o comando militar brasileiro era declaradamente simpático às forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), e mantinha relações comerciais de armamentos com a Krupp, indústria bélica alemã. Entretanto, receosos de uma investida nazista na América do Sul, os Estados Unidos da América iniciam uma aproximação estratégica do governo brasileiro. À medida em que as forças nazistas avançam pela Europa, o governo Vargas e a hierarquia militar voltam a se aproximar da Alemanha; a Krupp volta a se interessar pela questão da siderurgia no Brasil, e solicita financiamento ao governo alemão para enfrentar a concorrência estadunidense. Em 1939, a U.S. Steel envia um comitê técnico para avaliação *in loco* das necessidades siderúrgicas do Brasil, e recomenda a construção de uma usina que atenderia 44% da demanda do mercado interno, ao custo de 260 mil contos e US\$ 22 milhões de dólares adicionais; entretanto a recomendação do comitê técnico é recusada pelo setor financeiro da U.S. Steel. Assim, as propostas apresentadas por outros países, inclusive da Krupp alemã passam a ser observadas. Vargas decide, então, não procurar mais o apoio dos capitalistas americanos, e pede um financiamento junto ao Export-Import Bank Americano, que recusa seu pedido. Em razão da recusa, o governo brasileiro circula a notícia de que a Krupp alemã queria se adiantar aos americanos, o que causa grande mal-estar no Departamento de Estado americano: “como o Departamento de Estado americano considera a concessão do financiamento fundamental para manter o Brasil afastado da Alemanha, tanto no campo econômico quanto militar, libera um empréstimo através do Eximbank” (PIQUET, p. 57).

Dessa forma, após intensas negociações tanto com alemães quanto estadunidenses, o projeto industrial siderúrgico estado-novista sai do papel: permitindo a instalação de bases militares americanas no Nordeste e a garantindo o fornecimento exclusivo de matérias-primas, os EUA concedem um crédito de 20 milhões de dólares para a construção da grande usina

---

<sup>10</sup> Em 1940, Edmundo de Macedo Soares e Silva era tenente-coronel.

siderúrgica no Brasil, através do Export-Import Bank americano: em 09 de abril de 1941 era fundada a Companhia Siderúrgica Nacional; Guilherme Guinle seria seu primeiro presidente, e o General Assim, garantidos tanto o crédito quanto a tecnologia para a construção do ansiado parque siderúrgico, deveria ser definido agora o seu lugar de implantação.

Havia existido uma disputa em torno do local da implantação da siderúrgica, na qual brigavam, principalmente, Minas e Rio. Se nos detivermos um pouco, chegaremos à conclusão de que a escolha racional seria no Triângulo Mineiro que, além de também ser servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil, estaria próximo ao minério e de outras pequenas siderúrgicas. Mas o interventor no Rio era o genro de Getúlio, o Sr. Amaral Peixoto. A Fazenda Santa Cecília pertencia a um parente de Ademar de Barros (Nelson Godoi), e a família Guinle<sup>11</sup> representava os interesses da especulação imobiliária no Rio. Desde então, a escolha se deu em função dos laços de parentesco (prestigiar o genro Amaral Peixoto), de parentesco e amizade (parente de Ademar de Barros), e da especulação imobiliária (os Guinle, que vieram inclusive a fazer o primeiro presidente da CSN). E agradava os militares, que na sua eterna preocupação com a Segurança Nacional achavam o local adequado porque distava do mar. (VEIGA, FONSECA; 1989 p. 16)

Os debates acerca da localização da empresa, revestidos de linguagem técnica, demonstram a disputa entre partes do empresariado nacional, empresas estrangeiras e interesses regionais, todos agindo através de seus porta-vozes políticos. Entretanto, as especificidades sobre as diferentes possíveis localidades em disputa para abrigar uma grande usina siderúrgica devem ser consideradas. Neste sentido, a região de Lafaiete, em Minas Gerais, trazia a proximidade das jazidas de minério de ferro, necessárias na produção siderúrgica assim como a possibilidade de utilização da Estrada de Ferro Vitória-Minas, e a utilização do porto de Vitória, no Espírito Santo. Entretanto, o estado não possuía um parque industrial tão forte quanto aquele que emergia no estado de São Paulo e a distância, assim como a necessidade de serem construídas melhorias estruturais para o escoamento da produção, encareceria o preço final do aço produzido. Desta forma, o empresariado paulista pressiona para que a instalação da usina siderúrgica fosse realizada no Vale do Paraíba. O comitê técnico da U.S. Steel, por sua vez, sugere a implantação em Santa Cruz, próximo ao Rio de Janeiro, possibilidade que, todavia, é rejeitada pela necessidade de ser construído um porto na localidade, assim como a reconstrução do Ramal de Santa Cruz a Austin. A comissão, que em 1941 estava encarregada de escolher a localização para

---

<sup>11</sup> O primeiro presidente da Companhia Siderúrgica Nacional foi Guilherme Guinle, família tradicional da elite financeira carioca.

as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional, se decide pelo trecho entre as cidades de Barra do Piraí e Barra Mansa pelos motivos seguintes:

a) os fretes referentes aos transportes de matérias-primas e produtos acabados seriam os de mais baixo custo em comparação aos de outras localidades pretendidas; b) proximidade dos maiores centros consumidores de produtos siderúrgicos do país; c) água doce abundante e disponibilidade de energia elétrica; d) boa ligação com o porto do Rio de Janeiro para recebimento do carvão de Santa Catarina; e) média do preço da mão-de-obra regional muito mais baixa que no Rio de Janeiro.

Seria ainda somada a vantagem estratégica pois localizando-se atrás da Serra do Mar, a usina necessitaria apenas da defesa antiaérea, ficando ao abrigo da artilharia naval. (PIQUET, p. 61)

Portanto, o 8º distrito de Barra Mansa, Santo Antônio de Volta Redonda, foi escolhido como local para a construção da siderúrgica – seja por motivos pessoais dos envolvidos, ou motivos estratégicos. Restava, então, reunir trabalhadores suficientes para a construção daquela que seria a maior usina siderúrgica da América Latina. Para tanto, trabalhadores foram recrutados principalmente na Zona da Mata mineira. Seu Eustáquio, é avô de Samantha, cujo relato é transcrito no terceiro capítulo desta dissertação. O senhor de 96 anos chegou em Volta Redonda no início da década de 1950, vindo da cidade de Divino, na região de Carangola, no interior de Minas Gerais. Foi criado na lida da roça, trabalhou no pequeno sítio do seu pai desde criança e em fazendas daquela região, saindo apenas para o serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial – mas não chegou a ser enviado para o combate devido ao fim da mesma. Conversamos em sua casa, junto às suas netas e filha, oportunidade em que o nonagenário relatou as dificuldades da vida de agricultor, das privações de itens básicos como roupas e calçados, mas disse que não passava fome justamente pela produção agrícola familiar. Entretanto, ele informou que não haviam possibilidades de venda dos itens produzidos, pois eram os mesmos que todos os outros habitantes daquela região produziam. É após o serviço militar que Seu Eustáquio se casa, e com sua esposa, vieram para Volta Redonda em busca de melhores condições de vida. A história dele é a mesma de tantos outros trabalhadores rurais que, ao longo das décadas, deixaram o campo e foram para a cidade. Com a construção da usina siderúrgica, Volta Redonda assistiu um grande fluxo de pessoas convergir para este ponto do Vale do Paraíba.

O caminhão chegava lotadinho de homem, tudo sentado. Chegava e ia lá no hospital central, no prédio antigo, quase na entrada da usina. Ali descia um por um do caminhão e dava o nome. Tinha muitos que não sabiam o nome do pai, não sabiam o nome da mãe. O agenciador é que dava o nome. (entrevista de um operário aposentado. Citado por MOREL, 1989, p. 98)

Os homens que vieram construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus estados, eram bisonhos, quase sempre maltratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, remuneração. Em geral só conheciam quatro ferramentas: a enxada, a foice, o machado e o facão. Como produtores de energia, além deles, sabiam que existiam o boi, o cavalo e muares; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada na maioria dos lugares do país. (Gal. Edmundo Macedo Soares e Silva, 1979. Citado por MOREL, 1989, p. 76)

Quando um operário chegava a Volta Redonda ele era despido, ele e toda a sua família. E nós vestíamos roupas novas neles. Dávamos banho, passávamos pelos médicos e dávamos roupas novas. E as roupas antigas eram lavadas e guardadas. Colocadas dentro de um saco e guardadas com o nome deles, porque era gente muito suja e doente. (Gal. Edmundo Macedo Soares e Silva, 1979. Citado por MOREL, 1989, p. 96)

O General Edmundo Macedo Soares e Silva chefiou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, e participou de todo processo de discussão, negociação, elaboração e construção da CSN. Segundo Veiga e Fonseca (1989, p. 15), Macedo Soares “encarna, dentro de uma concepção militar de organização da fábrica, o novo ordenamento e a formação da classe operária de Volta Redonda”. O projeto de siderurgia do governo federal nos anos 1940 era fortemente influenciado pela lógica militar e esta influência não desapareceu nas décadas seguintes. Ainda hoje, o general citado empresta o nome a uma escola tradicional da cidade (Colégio Macedo Soares) e a um teatro (Grêmio Artístico e Cultural Edmundo Macedo Soares e Silva).

Em Volta Redonda, a fábrica centraliza o cotidiano das pessoas. Não à toa: devemos considerar que a própria Usina Presidente Vargas ocupa o centro geográfico da cidade de Volta Redonda. O fordismo foi o modelo que inspirou a construção da usina na cidade. Antunes (2003) compreende o fordismo

[...] *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (p. 25).

Esta forma que o capitalismo industrial utilizou para se apropriar da força de trabalho humana exigia um disciplinamento do operário fabril. Entretanto, este disciplinamento não se limitaria ao seu lugar de trabalho, mas permearia sua existência, estendendo-se à sua família, ao seu lugar de residência, às escolas e à própria cidade. Vale recuperar a reflexão de Gramsci:

[...] a organização fordista do processo de trabalho transcende o chão da fábrica, constituindo um modo de vida marcado pela racionalidade através da capacidade de comando do capital, da imposição de sua disciplina sobre o trabalho e sobre os trabalhadores. Trata-se de garantir formas de produção e reprodução da força de trabalho que viabilizem, através da sua racionalização [...] um novo tipo de trabalho e de produção (Gramsci, *apud* Borges e Druck, 1993).

Nesta perspectiva, Gramsci enfatiza que os homens que vivem do trabalho não podem ser “domesticados” e “adestrados através exclusivamente da coerção. É indispensável “educá-los” para persuadi-los e obter o seu consentimento para este novo modo de trabalho e de vida. (Borges e Druck, 1993, p. 27)

José Carlos Matos Pereira (2012a), ao se debruçar sobre a cidade de Belterra, construída para abrigar a indústria de extração de borracha de Henry Ford no coração da Amazônia, observa que, para este grande industrial americano, “igualar as diferentes capacidades retardaria o progresso, já que os homens não desenvolvem a mesma capacidade de trabalho”, e isto exigiria daquele considerado mais apto a tarefa de conduzir as massas no processo de produção (p. 51). O aprofundamento no estudo sobre Belterra evidencia o controle sistemático da vida profissional e privada do trabalhador como um fato pensado pelos seus idealizadores para melhor se aproveitarem da força de trabalho (p. 107).

A fundação de Belterra pela Companhia Ford Industrial do Brasil e a fundação de Volta Redonda e da Companhia Siderúrgica Nacional não se distanciam muito no tempo, nem na forma de ver o trabalhador industrial. Volta Redonda também gozava de relativo distanciamento geográfico, que Piquet (1998) afirma ter sido visto como uma vantagem para o disciplinamento do operário. Uma cidade inteira foi construída do zero, e seus trabalhadores, recrutados nas zonas rurais, deveriam ser transformados no operário modelo do Novo Brasil.

Levando em conta as especificidades do Estado como gestor, os trabalhos de RAMALHO (1989), sobre a FNM, e MOREL (1989) sobre a CSN, destacam a importância da militarização das relações de trabalho para o cumprimento desta tarefa disciplinar. Mais particularmente, os engenheiros militares ocupavam uma posição crucial nesta hierarquia de saberes. Diretores das empresas estatais estratégicas, esses militares percebiam a si mesmos não apenas como gerentes técnicos, mas como verdadeiros educadores e reformadores sociais. (PEREIRA, 2012b, p. 44)

Torna-se, assim, perceptível que, para o projeto de Volta Redonda, a criação e disciplinarização do operário metalúrgico era tão importante quanto a construção da própria Usina Presidente Vargas. E a experiência da disciplina militar contribuiria para este projeto. Afinal, os métodos de exercer sobre o corpo uma coerção, mantê-lo ao nível da mecânica, que

permite “o controle minucioso das operações do corpo que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”, já são práticas desta categoria desde o século XVIII (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Da mesma forma, foi criado um espaço urbano que refletisse a ordem e a disciplina que se pressupunha introjetar nos habitantes-operários de Volta Redonda. Uma cidade planejada, ordenada, controlada e hierarquizada. Para pensar a hierarquização transposta de dentro da fábrica para o traçado da cidade, utilizamos a perspectiva de Foucault sobre o poder disciplinar, o qual o autor define como sendo:

[...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fábrica” indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício (2014, p. 167).

A cidade, situada na região do Vale do Paraíba, entre as serras do Mar e da Mantiqueira, possui áreas planas apenas nas imediações do rio Paraíba do Sul. Entretanto, a forma como a ocupação desta área foi pensada mostra um interessante jogo que pode ser lido em termos de proximidade/distância da Usina, combinado à maior/menor subalternidade a seus ditames. Grande parte do território sem acidentes no relevo é ocupado pela Usina Presidente Vargas; além dela, apenas os bairros Conforto e Vila Santa Cecília ocupam semelhante posição no projeto inicial da cidade operária. Nas linhas seguintes, realizo uma breve análise sobre como este poder está inscrito na materialidade da vila operária construída pela CSN. Esta análise se debruça sobre os bairros Conforto, Vila Santa Cecília, Bela Vista e Laranjal – os primeiros a serem planejados e construídos pela Companhia Siderúrgica Nacional, durante a década de 1940, e é realizada a partir de observações feitas em campo nos dias atuais estabelecendo paralelos com o passado e a construção destas localidades.

O Bairro Conforto, designado para moradia operária e que está situado na parte plana da cidade, guarda peculiaridades no seu traçado: duas ruas principais cortam o bairro, a rua Dois, e a rua Quatro; e entre as duas, outras trinta e duas ruas transversais, sequenciadas numericamente, formando um corredor de casas. O acesso limitado ao bairro operário para, apenas, as ruas Dois e

Quatro, não parece ser mero acaso, mas sim uma facilidade projetada pelos governantes para a contenção de possíveis insurgências no local de moradia dos trabalhadores industriais. Também, ao olhar a planta do bairro percebe-se que suas ruas, enfileiradas, formando quarteirões em reta, repletos de casas uniformes, passam a impressão de uma linha de produção.

A paisagem no Conforto é dominada pela Usina Presidente Vargas que se estende de ponta a ponta no bairro, e além. Ainda que de forma não oficial, o habitante do bairro possui pelo menos 4 referências marcantes, que são dentro da própria usina, mas que acompanham a Via Sérgio Braga (que se transforma na BR-393), paralela à rua Dois: o Refeitório Central; a “queda d’água”<sup>12</sup>; o pátio dos caminhões que entram na usina; e a fábrica de cimento (também de propriedade da CSN)<sup>13</sup>. Tratam-se de marcos na paisagem, que servem como referencial de localização do habitante do bairro ao situar o seu local da moradia: na rua Dois, em frente a “queda d’água”; na altura do refeitório central, etc.

A vida cotidiana no antigo bairro operário é marcada pelos ritmos da fábrica através dos hábitos de seus moradores, que enchem e esvaziam as ruas em horários determinados durante as trocas de turno que, por sua vez, também regulam os horários de funcionamento do transporte público. Além disso, a CSN está presente em todos os momentos da vida privada do habitante do Conforto, tanto através da poluição do ar, das partículas residuais da produção siderúrgica que caem sobre as residências (causando não apenas inconvenientes na limpeza do ambiente, mas doenças respiratórias crônicas); quanto dos sons e ruídos industriais, como sirenes de operação de maquinário, mudanças de turno e chegadas dos trens que abastecem a gigante usina, cortando o silêncio independente da hora do dia e da noite. Trata-se de um processo que subjuga os sentidos dos corpos de homens, mulheres e crianças, funcionários ou não da Companhia Siderúrgica Nacional, centralizando mais ainda a vida na cidade ao redor da empresa. Este é um aspecto fundamental para o sucesso do poder disciplinar: ele se utiliza de instrumentos simples e se autossustenta por seus próprios mecanismos, efetuando-se pelas leis da ótica e da mecânica e sem recurso à força e à violência, sendo “menos corporal por ser mais sabiamente físico” (FOUCAULT, 2014, pp. 167-174).

---

<sup>12</sup> Trata-se de uma estrutura de cerca de quatro andares que realiza o resfriamento, através da gravidade, da água utilizada no processo de fabricação do aço.

<sup>13</sup> As estruturas dentro da Usina Presidente Vargas são marcos na paisagem e servem como referenciais para os habitantes de outros bairros também, como o Depósito de Carvão no bairro Nossa Senhora das Graças, e o Depósito de Escória, no bairro Volta Grande.



Seguindo pela margem da siderúrgica, ainda na área plana imediatamente em frente da Usina Presidente Vargas, o bairro Vila Santa Cecília foi construído e batizado com o mesmo nome da fazenda que outrora ocupava o seu espaço. A Vila – como é chamada pelos habitantes de Volta Redonda – possui um traçado semelhante ao do bairro Conforto: ruas retas e numeradas que se cruzam desenham uma grade no solo da cidade. O bairro seria destinado não apenas à ocupação de técnicos e operários, mas também para outras instalações que garantiriam o devido funcionamento da indústria e da cidade operária – escolas, postos de saúde, pensões e pequenos hotéis para trabalhadores em viagem, o hospital e o Escritório Central da empresa se encontram neste bairro. Este último ocupa o espaço limítrofe entre Conforto e Vila Santa Cecília, e suas torres se erguem tal qual sentinela em constante vigília sobre estes bairros, marcando ainda mais a onipresença da siderúrgica no território da cidade. A onipresença da indústria está também marcada no horizonte deste bairro, assim como os sons industriais, os odores químicos e os resíduos eliminados pelas chaminés da fábrica também invadem as casas e não permitem que o habitante se olvide da Companhia mesmo em suas horas de descanso. Todavia a forma como este bairro foi zoneado, limitando a ocupação residencial nos trechos mais próximos à siderúrgica, e construindo residências nas partes mais internas do bairro, no eixo da rua 33<sup>14</sup>, faz com que o impacto da gigante usina seja suavizado.

O Bela Vista foi construído para abrigar os técnicos e engenheiros que viriam trabalhar na CSN; enquanto o Laranjal seria o lar dos diretores, chefes da empresa, além dos primeiros americanos que vieram para a construção da siderúrgica. A planta destes bairros dispensa o formato de grade: a estrutura que lembra um acampamento militar foi substituída por ruas arborizadas com suaves curvas, terrenos maiores para abrigar casas individuais no melhor estilo moderno da época, lembrando as moradias dos subúrbios estadunidenses. O som da indústria ainda é presente, mas não se impõe de forma tão brutal quanto na Vila Santa Cecília e no Conforto. Caminhar pelas ruas destes bairros leva à impressão de se estar em uma cidade diferente e a sua posição geográfica (na parte alta da cidade), é reveladora: ainda que a presença da indústria esteja também marcada nestes bairros, ela não se impõe como a alta massa de ferro e aço no bairro operário. Soberanos sobre a colina, os habitantes destes bairros podem simplesmente olhar para baixo e vigiar sua fábrica e seus subordinados.

---

<sup>14</sup> Tanto os eixos que compoem este bairro, quanto maiores especificidades sobre a planta do bairro Vila Santa Cecília serão expostos no capítulo 2 desta dissertação.

A forma como foi equacionada a construção da cidade sobre o território que hoje é Volta Redonda, a separação hierárquica, o jogo realizado na geografia – determinando as partes altas para as classes dominantes, e as partes planas para o proletariado – demonstra que a cidade foi construída com o objetivo de ser uma máquina disciplinar, direcionando, orientando e centralizando a vida de seu habitante na usina siderúrgica que ocupa o centro geográfico de seu território. A onipresença da empresa e seu controle sobre o trabalho, a educação, o lazer e a moradia dos habitantes da cidade forjaram o trabalhador disciplinado da empresa estatal. Ademais, a escolha da “grade” como a forma que define a disposição das ruas e avenidas nos bairros operários da cidade – tanto no projeto inicial quanto nos bairros construídos posteriormente pela CSN – tampouco é uma escolha aleatória: ela é a solução técnica da engenharia, que se torna tradição no urbanismo a partir das experiências pós-revolucionárias na França que, com a reforma de Haussman em Paris, busca mudar o traçado da cidade de forma a permitir a supressão de quaisquer levantes populares, além de trazer, através de sua regularidade, o embelezamento da cidade burguesa, e permitir sua melhor administração e expansão (GORELIK, p. 86-87). Em Volta Redonda, a expansão da cidade e a construção dos novos bairros operários seguiriam o mesmo modelo visto no Conforto e Vila Santa Cecília, com ruas numeradas que se cruzam, formando a “grade”.

A vila operária era administrada pela Companhia Siderúrgica Nacional e, dessa forma, a empresa administrava e realizava a manutenção das vias, casas, jardins e iluminação pública. Além disso, a empresa mantinha clubes de lazer, e serviços de educação, saúde e assistência social. Segundo Veiga e Fonseca (1989) Macedo Soares, então diretor da CSN, promovia torneios de futebol – e a comparecia todos os domingos – no clube Recreio do Trabalhador, que ainda hoje é administrado pela empresa.

A intervenção da CSN na vida dos operários dava-se em todos os níveis, desde a formação técnica, o médico, o dentista, o disciplinamento do futebol, a briga entre vizinhos... até o policiamento, a ronda da cidade. A Companhia possuía a Rádio Siderúrgica Nacional, cujo prefixo era ZYP-26. E até uma moeda própria foi criada – era o “boró” -, vales cor de rosa com os quais os funcionários faziam suas compra. Este controle de todas as esferas da vida dos operários representava um projeto político ideológico onde o Estado assumia para si a tarefa de educar e formar o novo trabalhador brasileiro, moldando-o conforme os interesses do capital e dos militares (p. 20).

Ainda nesta orientação, Pereira (2012b) informa que o Serviço Social da CSN tinha como principal objetivo “orientar as mulheres dos operários quanto à arrumação e uso das casas, o

convívio em vizinhança e a organização de festas comunitárias”, promovendo também cursos de corte e costura e prendas domésticas (p. 43). Através da Escola Técnica Pandiá Calógeras, construída e, também administrada até hoje pela CSN, os filhos dos operários entrariam em contato e introjetariam a disciplina, o ritmo de trabalho e a hierarquia da empresa (MOREL, 1989, p. 111). O policiamento e a patrulha da CSN estavam presentes desde a construção da usina e permaneceram ao longo das décadas. Segundo habitantes mais velhos de Volta Redonda, a patrulha da Companhia Siderúrgica Nacional, transitava pela cidade em um jipe de guerra de cor laranja, uniformizados e sempre em pares. Este patrulhamento constante era a “lei e a ordem” e circulava pela cidade nos horários noturnos, passando por ruas e bares após as 22h, mandando os habitantes voltarem para suas casas, com a justificativa de que estas pessoas teriam que trabalhar no dia seguinte. Estes moradores mais velhos relatam o rigor da patrulha com o seu toque de recolher. Os relatos dos habitantes mais velhos e os estudos que se desenvolveram sobre Volta Redonda concluem sempre que todas as esferas da vida eram controladas pela siderúrgica.

Todavia a geração dos primeiros *arigós*<sup>15</sup> que chegou a cidade experimentou uma melhoria substancial nas condições materiais de vida. Este fato está sedimentado em relatos como o de Seu Eustáquio, que informa sobre as dificuldades experimentadas em sua infância e juventude na lida rural, ou de tantos outros colhidos por diferentes pesquisadores que se debruçaram sobre a cidade de Volta Redonda.

Meu pai sempre dizia que nunca mais voltaria para a enxada. A sua primeira tentativa de sair da roça foi vindo para perto de Volta Redonda abrir um túnel da Estrada de Ferro Central do Brasil. O trabalho era quase escravo na medida em que não se recebia salário, só alimentação. Os feitores da obra batiam com chicotes nos operários. Meu pai e mais um grupo se revoltaram e fugiram, debaixo de tiros, daquele inferno. A sua segunda tentativa foi na construção da Usina. Ele foi sempre um homem muito trabalhador que fazia serão na fábrica durante anos a fio. Por vezes reclamava da exploração e das condições de trabalho, mas era agradecido à CSN por ter “permitido” que ele não voltasse mais à enxada para viver e por ter podido criar os seus 8 filhos, sobreviventes, fora da roça. (Isaque Fonseca, 1989, p. 17)

A maioria das pessoas tinha o retrato do Getúlio, ele que tirou muita gente, que trouxe muita gente pra Volta Redonda. [...] O Seu Pereira era da patrulha da siderúrgica [...].

---

<sup>15</sup> Ave migratória e nome pelo qual ficaram conhecidos os primeiros migrantes que foram para Volta Redonda

Sabe aqueles retratos grandes que tinham em casa, da mãe, do pai? Na casa dele tinha um retrato do Getúlio e da esposa dele, a maioria das pessoas tinha isso, não só da Santa Ceia. (Luis, 63 anos, morador de Volta Redonda)

Se por um lado a Companhia Siderúrgica Nacional exercia seu poder disciplinador sobre a população de Volta Redonda, pelo outro, a oferta de moradia, saúde e serviços sociais representaram uma melhoria substancial na condição de vida dos *arigós* que deixaram o meio rural para trabalhar na indústria, criando a imagem da CSN como “mãe” que, por sua vez, era reforçada pelo próprio discurso da empresa. Com efeito, a imagem da família é um recurso frequentemente usado nos discursos estadonovistas, de forma que o presidente “Pai dos Pobres” e a “Mãe CSN”, cuidando de seus filhos operários, reforçavam os laços corporativos entre Estado, empresa e trabalhadores. (Pereira, 2012b, p. 42).

Segundo Piquet (1998) as vantagens oferecidas pela CSN em termos de moradia, infraestrutura e serviços sociais serviram, inicialmente, para atrair e reter a mão de obra especializada em uma época que os mercados de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo eram mais atraentes. Assim “à medida que a cidade se transforma em um centro urbano de importância regional, com o adensamento industrial de toda a região do Vale do Paraíba (no eixo Rio-São Paulo), a oferta de força de trabalho torna-se ilimitada, e a companhia não necessita mais atrair ou fixar mão de obra” (p. 73). Em 1964 a empresa entrega seu patrimônio de uso coletivo para a Prefeitura Municipal de Volta Redonda, e cria a Imobiliária Santa Cecília (CECISA) para administrar seus imóveis restantes e, posteriormente, inicia a venda das casas construídas pela CSN, passando a atuar conforme o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), construindo novos bairros em regiões afastadas do centro da cidade enquanto retém os terrenos mais próximos a este, de maior valor imobiliário, em conformidade com as práticas de especulação imobiliária das empresas do setor (p. 74-76). Entre os bairros construídos pela CECISA está o Conjunto Habitacional Volta Grande, edificado sobre um antigo depósito de rejeitos industriais tóxicos, e no qual, durante os anos 2000, seus moradores começaram a apresentar casos de leucopenia e aborto espontâneo<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A descoberta da contaminação do bairro Volta Grande IV ocorreu nos anos 2000 e diversos estudos foram realizados por entidades públicas e privadas. Em 2010, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública em face da CSN visando a reparação e compensação dos danos provocados. Segundo o MPF, a contaminação da região por substâncias químicas perigosas é um fato incontroverso nos autos da ação civil. Fonte: Página do Ministério Público Federal. (Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-se-reune-com-moradores-do-volta-grande-iv-e-prefeitura-de-volta-redonda> . Acesso em 2017)

É necessário fazer menção de que a expansão da cidade não ocorreu apenas através do planejamento e construção de bairros residenciais feitos pela Companhia Siderúrgica Nacional, mas também através de loteamentos regulares e irregulares. Afinal, em determinados momentos, se o crescimento da oferta de emprego decorrente da expansão da CSN era de 50%, o aumento populacional de Volta Redonda era de 100% (*idem*, p.68), assim, mesmo em áreas centrais planejadas e construídas inicialmente pela CSN, ocorre um transbordamento daquilo que foi pré-determinado: surgiram, por exemplo, as ocupações irregulares do Morro dos Atrevidos (bairro Eucalíptal) e do Morro do São Carlos, além de loteamentos nos bairros São Lucas e Minerlândia, todos limítrofes ao bairro Conforto, cujo planejamento inicial observava apenas duas ruas paralelas cortadas por trinta e duas transversais.

Tabela 1 - Principais obras executadas pela CECISA, de interesse da CSN, em Volta Redonda

Obra	Ano de entrega	Unidades	Padrão
Conjunto Habitacional Siderópolis	1969	386	baixo
Conjunto Habitacional Casa de Pedra	1971	420	baixo
Jardim Veneza (1ª a 4ª etapas)	1977/80	167	normal
Conjunto Habitacional Volta Grande (1ª. etapa)	1980	205	baixo
Conjunto Habitacional Volta Grande (2ª etapa)	1983	786	baixo
Conjunto Habitacional Jardim Tiradentes	1983	432	baixo
Total			2.396

Fonte: PIQUET, 1998.

Entretanto, não foram apenas a arquitetura da cidade e as políticas perpetradas pela Companhia Siderúrgica Nacional responsáveis por forjar o operário de Volta Redonda. A experiência sindical também teve importante papel na formação do operariado volta-redondense. As páginas seguintes dedicam-se a relatar a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda desde a sua fundação até o momento da privatização da CSN.

### 1.3. O sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda

Braga (2012) explica de forma sintética que a sociologia marxista desenvolveu um modelo globalizante sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, combinando três teses principais: 1) a *reprodução das relações sociais de produção*, que afirma a necessidade de intervenção de arranjos institucionais para regular a estrutura de classe, que seria inerentemente instável devido à natureza exploradora do sistema capitalista; 2) a *natureza contraditória do capitalismo* que afirma que estas instituições possuem a tendência imanente de se tornarem menos funcionais e; 3) a *crise e a transformação das instituições* informa que estas instituições tendem a ser desafiadas e transformadas periodicamente por meio de crises (p. 22).

Durante a era de modernização pela via da industrialização da prática estadonovista, a necessidade de serem criados os arranjos institucionais, citados acima, não foi ignorada. Em linhas anteriores, já discuti os recursos utilizados pelo Estado Novo para exaltar os laços firmados entre capital e trabalhadores em prol do desenvolvimento nacional. Mas, para além disso, a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) possui papel fundamental nos arranjos institucionais criados. Ainda segundo Braga, a CLT inaugurou “um autêntico processo civilizatório do capital, totalmente ausente quando comparado ao Estado antissocial [...] anterior à revolução de 1930”, que “materializou a ligação do proletariado precarizado com a ‘utopia brasileira’”. Todavia, o autor observa que ao mesmo tempo que esta ligação supunha uma consciência de classe reformista, em certos momentos a luta dos trabalhadores em busca da ampliação da cidadania salarial “colocou em cheque os estreitos limites do regime de acumulação despótico no país” (p. 31). Desta forma, a conquista de direitos dos trabalhadores à associação sindical aconteceu de forma verticalizada, organizada pelos interesses do Estado, sob uma perspectiva reformadora capitalista, cuja iniciativa pretendia a organização de elementos considerados necessários na época, ao desenvolvimento econômico das nações capitalistas, entre os quais, a aliança capital-trabalho era essencial. Todavia, isto não impediu que a organização de trabalhadores, utilizando os instrumentos institucionais instaurados, buscassem a ampliação de seus direitos.

Com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Barra Mansa, que posteriormente, em 1945, consegue a outorga da Carta Sindical. Entretanto, no período entre

1946 e 1951, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda/SMVR, assim como outros cento e quarenta e dois sindicatos, sofreu intervenção do Governo Dutra, congelando a vida sindical para “eliminar elementos extremistas” (MONTEIRO, 1995, p. 29).

A relação entre o sindicato e a Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos iniciais, era muito próxima. A empresa pressionou o sindicato para mudar sua sede de Barra Mansa para Volta Redonda, onde, em 1947, realizou sua primeira reunião em um barracão da CSN. Neste sentido, Monteiro analisa:

Com efeito, a construção da “família siderúrgica” passava não só pela mobilização de recursos diversos, como concessão de benefícios sociais aos operários (casa, hospital ou escola para os filhos), mas também pelo disciplinamento da força de trabalho, para o qual o reforço da fórmula corporativa só poderia ser conseguido pela adesão ao Sindicato. É importante lembrar que o operariado de Volta Redonda forma-se muito rapidamente e que sua origem rural vai provocar um outro tipo de relação com a empresa. Esta, convencida de sua “missão civilizatória” de converter “aquela massa ignorante e heterogênea em trabalhadores adequados a um Brasil moderno e industrializado”, comporá uma relação com os trabalhadores por intermédio do Sindicato. (*idem*, p. 30)

Em 1951, com o fim da intervenção do governo Dutra sobre os sindicatos, e o retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República, o Sindicato dos Metalúrgicos retornou a suas atividades. Possuindo conexões com o PTB, as lideranças sindicais de Volta Redonda deste período também possuíam acesso direto à Vargas, que lhes servia para pressionar a direção da CSN. Em 1955, o sindicato sofreu, novamente, uma intervenção do Ministério do Trabalho com o intuito de “afastar os comunistas” (MONTEIRO, 1995, p. 35). O período entre 1957 e 1963, à exceção de alguns momentos de maior confronto, foi marcado por uma relação descrita como amistosa entre SMVR e CSN.

Durante o período seguinte, de 1963 à 1964, o sindicato viveu momentos de maior mobilização, tanto pela ligação da chapa vencedora (de Lima Neto) com o Partido Comunista Brasileiro e com o Comando Geral dos Trabalhadores/CGT, quanto pelo contexto político-econômico da época. Quando a crise dos anos 1960 e a queda do preço do aço atingiram em cheio a CSN, esta transferiu a administração de ruas e serviços públicos para a Prefeitura Municipal de Volta Redonda. A ideia de “família siderúrgica” e de “Mãe-CSN” começou a se desintegrar, e o operariado volta-redondense estava mais ativo. Em dezembro de 1963, os

trabalhadores da CSN reivindicavam um aumento salarial que, negado, os levou a um período de intensa mobilização sindical. Todavia, poucos meses depois aconteceu o Golpe Militar. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda sofreu, então, nova intervenção, tendo como interventor nomeado pela Ditadura Militar (1964-1984), Orlando Alvize, operário da Usina, que assumiu sua presidência.

A 1º de abril caíram todos: a Diretoria do Sindicato, o Presidente da República<sup>17</sup> e, pouco depois, grande parte da Diretoria da CSN. Jesus Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1; O Almirante Lúcio Meira<sup>18</sup> demitiu-se e retirou-se para a reserva; o Diretor Secretário, Wandyr de Carvalho, e o Diretor de Serviços Sociais, Othon Reis Fernandes, foram presos na Academia Militar das Agulhas Negras. Volta Redonda foi cercada pelo BIB {Batalhão de Infantaria Blindado do Exército Brasileiro} de Barra Mansa, o Sindicato invadido e Lima Neto foi preso dentro da Usina. No próprio mês de abril a CSN instituía uma Comissão de Inquérito, a fim de apurar as atividades subversivas realizadas no âmbito da empresa. (MOREL, 1989, p.398)

Nos anos seguintes, a ditadura endureceria cada vez mais, e os movimentos contrários a ela eram sumariamente esmagados. A Comissão da Verdade de Volta Redonda (CMV-VR) discutiu, através da análise de inquéritos policiais, 9 diferentes casos de prisões arbitrárias, demissões sumárias e torturas em massa contra sindicalistas, operários, militantes, quadros da igreja católica, comerciantes e profissionais liberais que foram cometidos contra mais de trezentas pessoas pela ditadura militar, nos períodos entre 1964 a 1976<sup>19</sup>.

Todavia, nas décadas de 1960 e 1970, no período de maior brutalidade do regime ditatorial militar brasileiro, um aliado surge na aglutinação das demandas dos trabalhadores de Volta Redonda, encarnado na figura do Bispo de Volta Redonda e Barra do Piraí, Dom Waldyr Calheiros. Segundo teólogos e especialistas, o Concílio do Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, foi o mais importante acontecimento no campo cristão do século XX, ao orientar a Igreja a um posicionamento maior em relação aos problemas sociais. Esta orientação estabelecida fez prevalecer a ideia de que com uma maior participação de leigos na tomada de decisões, a igreja

<sup>17</sup> O presidente da república João Goulart foi destituído pelo Golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar no Brasil pelas décadas seguintes.

<sup>18</sup> Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, de 1961 a 1963.

<sup>19</sup> Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda Dom Waldyr Calheiros. (Disponível em: [http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com\\_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf))



Católica se adaptaria às complexidades do mundo moderno. A maior participação de leigos, combinada à falta de padres na região e a presença de padres operários, contribuiu para a difusão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), responsáveis pela formação de organizações como a Ação Católica Operária (ACO), Pastoral Operária (PO) e reorganização da Juventude Operária Católica (JOC) e abrindo espaço para discussão de trabalhadores nas regiões periféricas de Volta Redonda, contribuindo para o surgimento de lideranças do movimento operário em um momento que a via sindical estava fechada a uma discussão mais ampla, devido à intervenção no mesmo. (PEREIRA, 2012b, p.112-119)

Ainda, na década de 1970, apesar do país ainda estar sob um governo ditatorial militar, surge o Novo Sindicalismo<sup>20</sup> no Brasil, mais combativo e com demandas mais marcadas (BRAGA, 2012). Vemos o mesmo movimento na cidade de Volta Redonda, centralizado na figura do líder sindical Juarez Antunes, cuja liderança foi marcada pela forte oposição a decisões da CSN. E justamente quando ele estava à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, ocorreu a primeira greve da história da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1984, como também a greve de 1988<sup>21</sup>, que culminou na invasão da Usina Presidente Vargas pelo exército e na morte de três metalúrgicos que ocupavam a fábrica. (PEREIRA, 2012b)

A carreira política de Juarez Antunes foi impulsionada pela sua experiência sindical: eleito deputado federal, em 1986, participou da elaboração da Constituição de 1988. A greve de que ocorreu em 1988 teve um papel crucial na sua vida política, e a grande repercussão e mobilização feitas em repúdio à invasão do exército na Usina Presidente Vargas, bem como a morte dos operários grevistas, influenciaram em sua vitória nas urnas, em 1988, tornando-se prefeito da

---

<sup>20</sup> Como se sabe. “novo sindicalismo” é a categoria com que os trabalhadores das empresas do ABCD paulista, centro do capitalismo industrial de ponta no Brasil, se autodesignavam em oposição ao sindicalismo anterior, marcado pela política sindical do governo Vargas. Tornou-se uma expressão de uso corrente, na mídia, na sociologia do trabalho e no senso comum, para designar este momento e direção do movimento sindical brasileiro.

<sup>21</sup> A primeira greve da história do sindicato acontece em 1983, na metalúrgica Barbará, em Barra Mansa. Logo depois, em 1984, acontece a primeira greve da história da CSN, em 43 anos de fundação. Em dezembro de 1985, ocorre a paralisação de 17 horas, convocada pelos funcionários das estatais. Em outubro de 1986, o sindicato novamente adere à greve nacional dos funcionários das estatais (quando ocorre a primeira intervenção do exército). Em abril de 1987, nova greve e ocupação de cinco dias da siderúrgica, em campanha salarial. Em agosto de 1987, ocorre adesão à greve geral contra o plano Bresser (e nova intervenção do exército, confronto e demissões de empregados e dirigentes do sindicato). E, finalmente, em novembro de 1988, ocorre a mais longa greve, com a ocupação da UPV e sua invasão pelo exército, que dispersa os trabalhadores com bombas e balas de verdade, causando as mortes de Carlos Augusto Barroso, 19 anos; Walmir Freitas Monteiro, 27 anos; e William Fernandes Leite, 22 anos; além de uma centena de feridos. (MONTEIRO, 1995).

cidade de Volta Redonda com mais de 40% dos votos válidos<sup>22</sup> - pela coligação Pacto Democrático-Trabalhista — composta pelo PDT e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sendo apoiado por alguns setores do PT. Todavia, o ano de 1989 iniciou-se tragicamente com sua morte em um acidente automobilístico, sobre o qual recaem suspeitas (MONTEIRO, 1995).

Dado o vácuo deixado pela liderança sindical, ocorreu, naquele momento, uma crise de sucessão. O período já conturbado, devido a morte do líder sindical e as ameaças de privatização da siderúrgica, foi ainda mais agravado com a disputa pela herança política e sindical do líder morto. Luiz de Oliveira Rodrigues e Luiz Antonio Vieira Albano – ambos sindicalistas que estiveram ao lado Juarez Antunes durante sua trajetória no Sindicato dos Metalúrgicos – desvincularam-se da liderança sindical cutista<sup>23</sup> do SMVR, e fundaram um grupo de oposição. Em seguida, aliaram-se aos altos escalões da Companhia Siderúrgica Nacional e se lançaram como chapa de oposição nas eleições sindicais seguintes. A chapa de Luiz de Oliveira Rodrigues, pró-privatização da CSN, foi então eleita em 1992.

Nesta época, ainda durante o governo Collor, a CSN já estava incluída no Programa Nacional de Desestatização<sup>24</sup>, que buscava privatizar diversas empresas estatais. Para que a sua venda se concretizasse com sucesso, uma neutralização das forças opostas à privatização seria necessária. Fazendo uso de vários instrumentos para a disseminação de suas ideias (como jornais locais; assembleias fora do sindicato; cartas enviadas pelo presidente da CSN à população assegurando as vantagens da privatização; e o argumento de que, com a venda da empresa, seus operários poderiam finalmente ser donos de uma parte dela), conseguiram que a oposição à privatização fosse minada. Ainda que tivessem ocorrido mudanças no cenário político do país, com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, a privatização se concretizou. Sebastião Faria, que no breve interím entre o *impeachment* de Collor e a venda da CSN (em 1993) ocupou a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional, despediu-se da empresa em um relato

---

<sup>22</sup> Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-juarez-antunes>, acesso em novembro de 2017.

<sup>23</sup> Refiro-me à orientação política pela Central Única dos Trabalhadores/CUT, ligada ao Partido dos Trabalhadores/PT.

<sup>24</sup> Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente democraticamente eleito após o período da ditadura militar, tomando posse em 1990. Foi durante a Era Collor que surgiu o primeiro programa de privatizações do Brasil, o Programa Nacional de Desestatização (PND), e que já iniciou a abertura econômica do país, afinando o Brasil com os ditames neoliberais preconizados pelo Consenso de Washington. Em 1992 um processo de Impeachment é aberto e o presidente é afastado em razão de denúncias de corrupção, todavia, Collor renuncia antes da decisão final do processo.

descrito por Pereira (2012b) e pelo próprio como um desabafo; informando aos novos donos e dirigentes que “logo nos primeiros contatos com a CSN, Vossas Senhorias vão ter a agradável surpresa de verificar que a empresa estatal brasileira não tem nada a ver com aquela falsa imagem passada pela “Campanha do Elefante”<sup>25</sup>”. (*idem*, p. 272)

#### 1.4. CSN: da privatização ao presente

A privatização da CSN deve ser vista como um verdadeiro divisor de águas na história da cidade. Ela representa a cisão entre os elementos que conectavam a empresa à cidade, podendo até mesmo representar uma segunda emancipação do município – não o desmembramento de um município para formar um novo, mas sim o desligamento da administração municipal de um polo de poder que sempre fez questão de afirmar a sua onipresença no horizonte da cidade e na vida de seus habitantes, e que naquele momento se tornara privado. Não significa que a Companhia Siderúrgica Nacional tenha deixado de representar um poder incisivo nos rumos de Volta Redonda, mas definitivamente deixa de ser a empresa estatal que queria incutir a ideia da “família siderúrgica” a todo tempo entre os trabalhadores da cidade, e que administrava a cidade para isso.

Esta representação construía e justificava um papel do Estado que mediaría e harmonizaria as relações entre capital e trabalhadores. A imagem da “família” era um recurso muito recorrente nos discursos oficiais estadonovistas, usada frequentemente nos documentos e jornal interno da CSN<sup>26</sup>, e remetia ao espírito de união que deveria existir entre os operários e os dirigentes da empresa. Nos “Boletins de Serviço” da CSN, os trabalhadores eram lembrados sobre os benefícios sociais concedidos pela empresa, e sobre o quanto ela gastava com bem-estar de seus funcionários (MOREL, 1989 *apud* PEREIRA 2012b). A exaltação da “família siderúrgica” diluía o sentido da disciplinarização dos trabalhadores na usina e no espaço urbano, apresentando a gestão dos corpos, do tempo de lazer de seus operários, bem como a estrutura de

---

<sup>25</sup> A “Campanha do Elefante” foi uma série de publicidade televisiva no início dos anos 1990, que retratava o Estado como um elefante tentando fazer atividades rotineiras, para demonstrar a ineficiência do Estado Brasileiro, e justificar e conseguir apoio para a série de privatizações que tomariam curso nos anos seguintes.

<sup>26</sup> Produzido pela equipe de relações públicas da CSN, “O Lingote” era um informativo quinzenal.

controle dos mesmos disposta no espaço urbano, como *benesses*<sup>27</sup> promovidas pela CSN que garantia a seus operários um padrão de vida adequado.

Em uma outra angulação, o poder da empresa sobre o espaço da cidade também produziu resistências

As características de uma cidade-empresa, onde a gestão da fábrica e do espaço encontra-se concentrada nas mãos de um mesmo agente, proporcionou outras formas de ativismo além da entidade sindical. Assim como o controle exercido pela Companhia, os pequenos atos de rebeldia cotidiana ou a “microfísica da resistência” (LEITE LOPES, 1988), não se restringiam ao interior da empresa. A contraposição ao poder da usina também foi alimentada por usuários dos bens públicos fornecidos pela CSN e demais moradores de Volta Redonda aspirantes aos mesmos bens. O fato de a Companhia ser responsável pela moradia dos seus trabalhadores e pelos serviços públicos da cidade fez com que fosse desenvolvida entre trabalhadores e moradores de Volta Redonda uma cultura de reivindicação que tinha a CSN como seu principal alvo. (*idem*, p. 49)

Também nas filas do refeitório os conflitos eram intensos, já que a comida que a empresa servia era – ao contrário do seu discurso – de péssima qualidade e sabor. [...] Nos boletins de serviço podemos perceber um número enorme de punições, o que pode ser um indício da resistência oferecida pelos trabalhadores. (VIEIRA DE SOUZA, Jessie Jane *apud* VEIGA e FONSECA; 1989, p. 15)

A situação peculiar de Volta Redonda, em que a política operada pela Companhia Siderúrgica Nacional em conjunto com o Estado, devido ao lugar da empresa no projeto estadonovista, cria esta cultura de reivindicação mencionada por Pereira, e que não desapareceu de uma hora para outra, possivelmente ainda permeando as questões que envolvem os volta-redondenses e a CSN. Devemos considerar que a Companhia Siderúrgica Nacional era a provedora dos serviços públicos no espaço da cidade (hospitais, clubes, escolas e residências eram administrados pela empresa) até meados dos anos 1960, quando a empresa começou a transferir estas responsabilidades para a Prefeitura Municipal de Volta Redonda.

---

<sup>27</sup> Os benefícios, oferecidos pela Companhia Siderúrgica Nacional a seus trabalhadores, incluíam habitação, saúde, educação e lazer. Estes primeiros operários e suas famílias, ou pelo menos parte deles, residia em casas construídas pela empresa, utilizavam os serviços do Hospital e do Centro de Puericultura da CSN, frequentavam clubes de funcionários e cinema construídos pela estatal, assim como seus filhos tinham acesso à escolas também fundadas e patrocinadas pela empresa.

Também, não se pode ignorar o fato de que a CSN possui, além da Usina Presidente Vargas, inúmeros imóveis – muitos dos quais em situação de quase total abandono<sup>28</sup>. Uma considerável fatia do território da cidade – cerca de 25% do município – que não foi desagregado do conjunto de propriedades da Companhia no processo de privatização, continua em sua posse, ainda que não tenha ligação com a produção do aço.

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional representa, enfim, o fim de um modelo de Estado desenvolvimentista, cuja promessa de ampliação da cidadania através da inserção paulatina no mercado de trabalho e acesso aos direitos correspondentes. Abre-se espaço na cidade para a desregulação neoliberal, que vinha ganhando vulto no cenário econômico mundial dos países de capitalismo avançado entre as décadas de 1970 e 1980. Assim, o movimento sindical que ganhou visibilidade no Brasil durante os anos 1980, e que em Volta Redonda culmina na greve de 1988, representa o último suspiro das uniões de trabalhadores, antes da reestruturação pela qual passariam durante a década de 1990. Apenas cinco anos depois da greve histórica na CSN, a empresa estatal seria privatizada, sem grandes resistências.

Na cidade, o período seguinte é marcado pela reconfiguração das relações entre trabalhadores, população, empresa e Estado. As demissões, iniciadas naquilo que foi chamado pelos dirigentes da Companhia Siderúrgica Nacional de “processo de saneamento” da empresa, entre os anos de 1989 (antes da privatização) e 1997 (após a privatização), reduziram o efetivo da empresa a 11.440 postos de trabalho; uma redução total de cerca de 49,31% de seu quadro em apenas oito anos. Ainda, a participação dos trabalhadores no capital da Companhia, entre os anos de 1997 e 2005, passou de 9,1% a 0,59%; representando uma diminuição de 93,51% na participação de trabalhadores da empresa em seu capital, entre os anos citados.

Ainda, de acordo com o IBGE, Volta Redonda possui 29,7%, de sua população de 265.201 pessoas, ocupada; e 32,7% de sua população vive com uma renda de até meio salário mínimo per capita. A fatia do Produto Interno Bruto municipal que corresponde ao setor industrial oscilou entre os anos de 2010 e 2012, e então passou a cair entre os anos de 2012 a 2015.

---

<sup>28</sup> . O exemplo mais visível de abandono é o Escritório Central da CSN, edifício que eleva suas torres de 15 andares sobre os bairros operários. Em 2015, o Ministério Público Federal/MPF instaurou inquérito para cobrar função social dos imóveis da Companhia. (Fonte: Diário do Vale, 15 de Dezembro de 2015. Disponível em <http://diariodovale.com.br/destaque/mpf-instaura-inquerito-para-cobrar-a-funcao-social-de-imoveis-da-csn/>, acesso em 16 de Agosto de 2017)

Tabela 2 - Redução de Efetivo na CSN 1989-1997

<b>Ano</b>	<b>Efetivo</b>	<b>Redução</b>
1989	23.200	4.100
1990	19.100	2.100
1991	17.000	700
1992	16.350	600
1993 (privatização)	15.750	700
1994	15.050	1.170
1995	13.880	1.348
1996	12.532	1.092
1997	11.440	-

Fonte: PEREIRA, 2012b.

Tabela 3 - Participação dos trabalhadores no capital da CSN

<b>Ano</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
1997	9,10%
1998	7,99
1999	6,01%
2000	4,57%
2001	2,82%
2002	1,29%
2003	1,07%
2004	1,05%
2005	0,59%

Fonte: PEREIRA, 2012b.

Por sua vez, a fatia do PIB municipal que corresponde ao setor de serviços experimenta crescimento constante desde 2010. O crescimento do setor de serviços na cidade já havia sido previsto na época da elaboração de seu plano diretor, em 2005, que vêm sendo revisto pelo

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU-VR) neste último ano. Desta forma, como consequência da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, percebe-se que a Prefeitura Municipal de Volta Redonda vem, paulatinamente, buscando se desvincular da marca da cidade monoindustrial para tornar-se um polo regional no setor de serviços.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto Municipal – Setor Industrial (Unidade x R\$1.000)

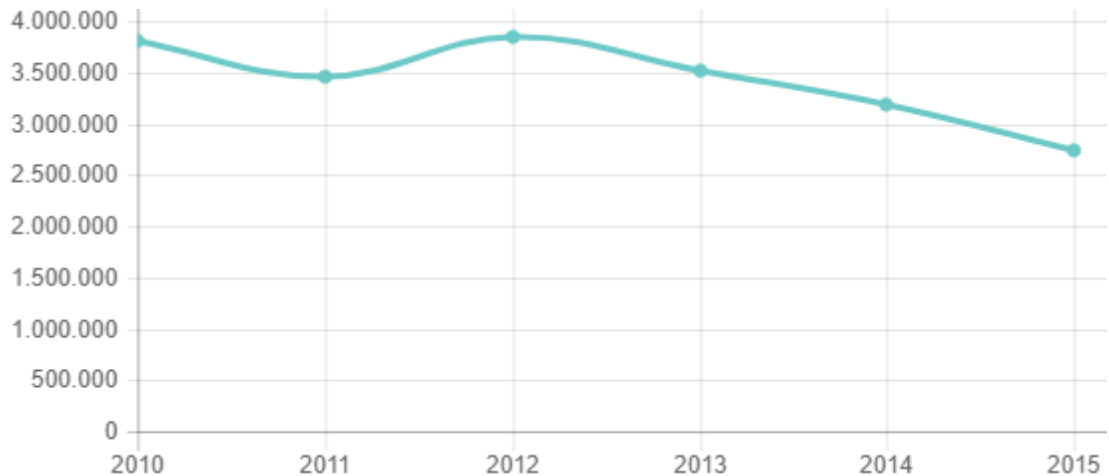
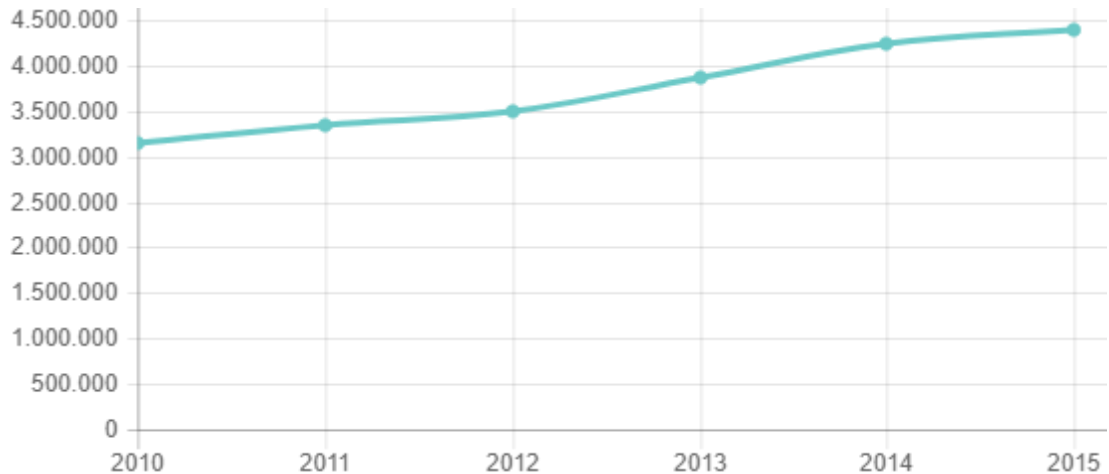


Gráfico 2 - Produto Interno Bruto Municipal – Setor de Serviços  
(Unidade x R\$1.000)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março, 2018.

Neste sentido, diferentes esferas do poder buscam investir na iniciativa empreendedora para tentar suprir a necessidade populacional de emprego e renda. Diversos projetos voltados à criação de uma “classe empreendedora” em Volta Redonda começam a surgir, com a associação entre governos federal, estadual e municipal, sempre em parceria com instituições privadas, como

o Sebrae, e especialmente após o aprofundamento da crise econômica em meados da década de 2010. Todavia, percebe-se que sua dependência econômica do setor industrial não pode ser prontamente ignorada. O “prefeito-empendedor”<sup>29</sup> Samuca Silva (PTN) é eleito em 2016 associando-se a uma pauta liberal-econômica (desburocratização e desoneração fiscal das empresas) e a promessa de reestabelecer o contato com a Companhia Siderúrgica Nacional<sup>30</sup>.

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, seguindo os ditames neoliberais que começaram a ser praticados no Brasil após o processo de redemocratização, embaralhou as relações estabelecidas entre população/operários, Estado e empresa. Este embaralhamento só começa a se assentar décadas depois de uma reestruturação significativa destas relações, sem mais contar com o caminho que era conhecido pelas gerações anteriores. Os tempos do fordismo na cidade do aço se foram, e levaram consigo a promessa de ampliação da cidadania pela via do trabalho formal e do assalariamento. O Estado, por sua vez, passa a se definir menos como mediador das relações entre capital e trabalho para o desenvolvimento econômico, e direciona seus esforços em prol do mercado financeiro.

Quanto aos antigos operários da cidade-fordista, resta-lhes adaptarem-se aos novos tempos ou sucumbir. Enquanto a via do trabalho formal e estável é paulatinamente cerceado pelas reformas institucionais, trabalhistas e previdenciárias, às massas de desempregados se reserva apenas a via do empreendedorismo como solução para seus problemas. Enquanto isso, a antiga cidade fordista busca ressignificar um espaço fortemente marcado pelo trabalho industrial. Novos espaços passam a exercer a função de aglutinar as “novas” demandas da geração mais jovem, entre os quais a Cultura passa a exercer um papel exponencial. Enquanto isso, diferentes esferas do poder público e privado aliam-se para criar uma nova categoria de trabalho, marcado pela precariedade e sem contar com a proteção garantida pela lei trabalhista: os microempreendedores individuais (MEIs). Estes dois tópicos serão trabalhados com mais profundidade através dos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

---

<sup>29</sup> Samuca Silva ganhou o prêmio Sebrae “Prefeito Empreendedor” em 2018.

<sup>30</sup> Antônio Francisco Neto foi prefeito de Volta Redonda de 1997 a 2005 e novamente de 2009 a 2017. Durante seus quatro mandatos, a relação entre prefeitura e Companhia Siderúrgica Nacional foi estremecida alegadamente devido a obrigações fiscais devidas da empresa à prefeitura. Neste sentido, Samuca promete reestabelecer o contato com a empresa. Tão logo inicia seu mandato, em janeiro de 2017, a CSN paga parte do montante devido. FONTE: Diário do Vale (Disponível em: <https://diariodovale.com.br/destaque/csn-paga-r-36-milhoes-de-iptu-para-a-prefeitura-de-volta-redonda/> . Acesso em Fevereiro de 2017)



## **2 - RESSIGIFICAÇÃO DA CIDADE EMPRESA E A CULTURA NEGRA EM VOLTA REDONDA**

A Praça Brasil parece vazia às cinco horas da tarde de quinta-feira. Um grupo de meninos pré-adolescentes brincam, colhendo pequenas frutas das palmeiras ao redor, atirando-as uns nos outros. Pessoas sentadas nos bancos da praça conversam por poucos minutos, antes de se levantarem e seguirem seu caminho. Dois ciclistas vestidos com trajes esportivos e capacetes tiram selfies e tomam água durante seu descanso. Pipoqueiros e vendedores ambulantes discutem sobre o movimento, enquanto montam suas barraquinhas, deixando em exibição suas licenças para trabalharem na praça: “Hoje é capaz de dar uma coisinha, né?”; “Será que o pessoal do brinquedo vêm?”. A praça é o lugar dos negócios, das transações, mas também dos encontros na cidade. E a cada cinco minutos, o cotidiano pacato é rompido pela fábrica que emite um som que se assemelha ao de uma panela fervendo liberando pressão.

Assim é a vida na Vila Santa Cecília, um dos primeiros bairros construídos pela Companhia Siderúrgica Nacional. Ruas numeradas, casas uniformes, edifícios comerciais e institucionais, praças, estátuas, obelisco, escolas: a vasta maioria das edificações erguidas na Vila Santa Cecília, região central da cidade operária construída nos anos 1940, foram feitas pela Companhia. Desta forma, vive-se em meio a história, caminhando por calçadas e praças pré-determinadas pelas necessidades preconizadas pelos idealizadores da cidade, vivendo em residências cuja funcionalidade e divisão espacial foram pensadas pelo “patrão”, e estudando em escolas construídas tendo em mente as necessidades da indústria que detinha poder quase absoluto nesta cidade. Volta Redonda, como já discutido, foi criada para ser a máquina disciplinar manufatureira de operários ideais. E é entre as engrenagens enferrujadas desta máquina, tornada obsoleta pela mudança de paradigmas econômicos mundiais<sup>31</sup>, que a vida na cidade se desenrola.

O bairro Vila Santa Cecília, junto aos bairros Conforto, Rústico, Bela Vista e Laranjal, foi estabelecido no planejamento original da cidade. Trata-se do coração da cidade operária onde estão concentrados, desde a sua fundação, grande parte dos símbolos, edifícios e instituições erguidos pela CSN. O bairro que hoje têm grande valor imobiliário na cidade. Conta com um

---

<sup>31</sup> Refiro-me a implosão do fordismo e ao processo de desindustrialização, como explorado por Vera Telles (2004), que ocorreram através da descentralização das cadeias produtivas, que tomaram vulto nos anos 1980 e 1990, através do neoliberalismo econômico que conquistou uma hegemonia quase total ao redor do mundo nestas décadas. Neste sentido, percebo que a era neoliberal é inaugurada e mais sentida na cidade de Volta Redonda a partir da privatização da estatal CSN, passando a seguir as tendências econômicas globais.

comércio muito vivo (shoppings, feiras, mercados, bares e lojas), clubes (Clube Umuarama, Clube dos Funcionários e Recreio do Trabalhador), escolas (Escola Técnica Pandiá Calógeras, Colégio Macedo Soares, Colégio Nossa Senhora do Rosário, Colégio Batista Americano, Escola Professor Manoel Marinho) e equipamentos públicos bem conservados, que recebem um grande número de pessoas de todas as regiões da cidade diariamente.

No traçado da Vila, como é chamado o bairro no dia a dia dos volta-redondenses, é possível identificar dois eixos distintos. O primeiro, o eixo da Rua 14, traça uma reta que se inicia na entrada principal do prédio do antigo Escritório Central da CSN, e vai até a Praça Brasil, seguindo paralelamente o traçado da rodovia BR-393 – rodovia Rio-Bahia que têm seu início no bairro Conforto em Volta Redonda. Neste eixo, um tipo de ocupação majoritariamente comercial foi determinado, com exceção de dois edifícios de uso misto (térreo comercial e andares superiores compostos por apartamentos residenciais) – o edifício Gacemss (em frente ao prédio do Escritório Central, onde também se encontra o teatro de mesmo nome) e o edifício Molica (em frente à praça Brasil). Assim, todos os outros terrenos deste eixo da Vila são ocupados por prédios de salas comerciais, mercados, shoppings, o teatro Gacemss, Cine 9 de Abril, a Biblioteca Municipal Raul de Leoni, bancos e lojas.

Figura 1 – Eixos da Vila Santa Cecília e Adjacências



Fonte: Imagem de Satélite Google Earth; marcadores do autor.

Figura 2 – Início do eixo da Rua 14.



Destaque para o edifício do antigo Escritório Central da CSN no centro da imagem, hoje quase completamente desocupado, e a escultura "O Arigó" de Bruno Giorgi. Fonte: fotografia do autor da dissertação, 2018.

O segundo eixo possível de ser identificado no bairro vai desde a praça da Escola Técnica Pandiá Calógeras até a Praça Brasil, encontrando a ponta do primeiro eixo criando uma forma em “L”. A Rua 33, boulevard criado pela Companhia, se estende de ponta a ponta neste eixo, e a ocupação inicial de seus lotes era feito por residências e pequenos hotéis para trabalhadores solteiros ou em trânsito. Entretanto, dada a grande valorização desta via, grande parte destes imóveis hoje é ocupada por lojas, restaurantes e prédios comerciais que acompanham a tendência de verticalização das construções nesta rua. Cruzando a rua 33 de ponta a ponta, ruas transversais numeradas são ocupadas por imóveis residenciais – casas inicialmente construídas pela CSN e adaptadas por seus proprietários, que em não raras vezes as converteram para o uso comercial, porém ainda predominando o uso residencial. Dessa forma, o espaço entre estes dois eixos foi ocupado por casas, e em seu centro está um pequeno parque, o único gramado do bairro,



margeando o Ribeirão Cachoeirinha – O Jardim dos Inocentes. E, entre o parque e a Biblioteca Raul de Leoni, está o Memorial Zumbi dos Palmares, formando um terceiro eixo no bairro: um eixo cultural.

Figura 3 – Detalhe do bairro Vila Santa Cecília e localização da Biblioteca Raul de Leoni, Memorial Zumbi dos Palmares e Jardim dos Inocentes.



Fonte: Imagem de Satélite Google Earth; marcadores do autor

A escolha do bairro Vila Santa Cecília como o foco para o desenvolvimento da pesquisa não aconteceu por mero acaso. Em um primeiro momento, enquanto estava realizando incursões temporalmente esparsas na cidade, notei a mudança no local das festividades de comemoração de aniversário da cidade, que antes aconteciam no Parque de Exposições na Ilha São João (ilha fluvial do Rio Paraíba do Sul, na periferia de Volta Redonda). No dia 17 de julho de 2016, o aniversário de Volta Redonda foi comemorado na praça principal da cidade operária; a Praça Brasil. Com apresentações de artistas, *food trucks* e barracas de cerveja artesanal, tão apreciados pelas classes-médias urbanas, não era possível identificar os metalúrgicos que em décadas passadas construíram a cidade. Fotografias ampliadas, mostrando a cidade em construção, foram expostas no chafariz em frente a praça. Um palco foi montado em frente a este chafariz, um outro foi montado em frente ao obelisco que celebra o impulso civilizatório e modernizador dos idealizadores de Volta Redonda. Já em 2017, as comemorações foram descentralizadas e aconteceram simultaneamente, durante 4 dias, em diferentes pontos da Vila Santa Cecília: na

Praça Brasil, no Memorial Zumbi e na Biblioteca Municipal. Apresentações de bandas e os *food trucks* novamente faziam presença no evento, entretanto, o comparecimento maciço dos pequenos empreendedores locais, marcaram este evento. No vão da Biblioteca Municipal Raul de Leoni, compartilhando o espaço com um trio-elétrico, oferecido pela Companhia Siderúrgica Nacional para a apresentação da “Roda de Rap com Samba”<sup>32</sup>, várias barraquinha expunham roupas e acessórios, alguns produzidos pelas próprias vendedoras, outros comprados no mercadão de Madureira para serem revendidos: acontecia ali a “Feira das Mina Preta”, onde mulheres negras empreendedoras expuseram seus produtos; enquanto, na sala de conferências ocorreu a palestra “Mulheres Negras e Empreendedorismo” - ambos eventos com patrocínio de entidades públicas e privadas<sup>33</sup>. Cada integrante da mesa, composta por diferentes mulheres de Volta Redonda, Barra Mansa, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentou sua trajetória profissional – sempre marcada por um momento de frustração e dúvida, e solucionada através do empreendedorismo – para uma plateia cheia, repleta de homens e mulheres. Retomo este evento em especial na discussão realizada no capítulo 3 desta dissertação.

Nestas duas oportunidades havia um contraste muito marcante: por entre símbolos e monumentos celebrando a indústria de siderurgia, e fotografias sobre passado da cidade; era impossível identificar tanto a indústria quanto os trabalhadores que alavancaram o desenvolvimento de Volta Redonda. Todavia, o vazio deixado pela ausência destes atores que foram cruciais para a construção de Volta Redonda, foi preenchido por outros atores – não mais a indústria e seus metalúrgicos, mas a prefeitura de Volta Redonda junto a pequenos comerciantes e artesãos da cidade. E, em ambos os eventos, foi possível perceber a construção de uma narrativa de cidade, que rende louros aos seus pioneiros (trabalhadores e Companhia Siderúrgica Nacional), mas os situam em um lugar no passado, na memória de tempos que já se foram. O presente pertenceria a estes outros atores, herdeiros da cidade pós-privatização, aos quais caberia indicar o futuro da cidade.

---

<sup>32</sup> Grupo que reúne os integrantes da “Roda Cultural” (rap), e sambistas e músicos locais.

<sup>33</sup> Secretaria Municipal de Cultura; LIGHT e o Coletivo Meninas de Lenço.

Figura 4 – Monumento na Praça Brasil, celebrando o impulso civilizatório de Volta Redonda:



Um espelho d'água circular, com um obelisco no centro, imagens em alto relevo representando o processo da fabricação do aço; quatro estátuas adornando suas bordas – em lados opostos, duas musas celebrando os engenheiros e técnicos, assim como o General Edmundo Macedo Soares e Silva; no outro, uma estátua de Getúlio Vargas, presidente na época da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, e, oposto a ele, a estátua de um operário da siderurgia. O homem representado na escultura está com o corpo em movimento, pernas arqueadas para o lado, tronco ereto voltado para frente, braço erguido e mãos acima dos olhos, como se estivesse protegendo-se do calor dos fornos, mas também remetendo à ideia de que ele mira o futuro. Sob a estátua, uma placa diz: “Homenagem. A você trabalhador, a nossa gratidão. A Comissão” Fonte: fotografia do autor da dissertação, 2016.

Tal contraste é dado pela onipresença da Companhia Siderúrgica Nacional nas praças, monumentos, ruas e edifícios, ao mesmo tempo em que estes espaços recebem novos usos e significados pelos habitantes que não mais possuem a gigante siderúrgica como uma referência comum direta em suas vidas. Entretanto, ainda que cause estranhamento, tal contraste é uma

consequência lógica, provocado pelo processo de afastamento da CSN da administração da cidade operária, iniciado ainda nos anos 1960 e que atinge seu ápice com a privatização da empresa em 1993<sup>34</sup>. Desta forma, ainda que em um processo gradual, ocorre algo que, à primeira vista, se assemelha a uma cisão, um rompimento entre a indústria que centralizava e trazia coerência aos modos de vida na cidade-empresa – oferecendo trabalho, moradia, educação, lazer e assistência social – e seus habitantes.

Ambos eventos de comemoração de aniversário da cidade foram esclarecedores sobre onde procurar as mudanças ocorridas na cidade desde a privatização da sua maior empresa. Desta forma, busquei identificar no espaço público dos equipamentos da Vila Santa Cecília atores que pudessem elucidar com mais profundidade as transformações sofridas por Volta Redonda nos últimos vinte e cinco anos. Portanto, a Vila Santa Cecília, com todo seu equipamento urbano que possibilita observar o contraste entre passado e presente, tornou-se minha escolha para trazer os esclarecimentos que são a finalidade desta dissertação.

A partir da comemoração do aniversário de Volta Redonda em 2017, e agora com o olhar mais concentrado no bairro, percebi a atuação intensa do Memorial Zumbi dos Palmares. Como o próprio nome indica, o Memorial Zumbi dos Palmares (cotidianamente chamado de Memorial, ou apenas Zumbi), é um espaço inteiramente dedicado à preservação e à educação sobre a contribuição da cultura negra na cidade: dispondo de um anfiteatro e uma sala de exposições para celebrar e manter viva a cultura e história do povo negro, e é uma estrutura única para este fim no Brasil, fruto da luta do movimento negro de Volta Redonda<sup>35</sup>.

As ações que pude observar no Memorial Zumbi durante o período que passei em Volta Redonda, enriqueceram e influenciaram fortemente esta dissertação. Tais ações não se limitam ao plano da preservação da cultura afro-brasileira e vão além das fronteiras do espaço físico do Memorial Zumbi, atingindo o seu entorno e além, o posicionando firmemente no campo da disputa tanto pela construção da memória da cidade, quanto pela ressignificação de seu espaço no

---

<sup>34</sup> Nos anos 1960 a Companhia Siderúrgica Nacional começa a se liberar do controle sobre a cidade por ela construída. Primeiramente, transfere para a prefeitura de Volta Redonda a responsabilidade pelo sistema de transporte público, iluminação e manutenção das vias da cidade operária. Ainda nesta década, a empresa começa a vender as moradias dos bairros construídas para seus operários nas décadas de 1940 e 1950.

<sup>35</sup> O movimento negro de Volta Redonda começa a se mobilizar anos antes, respondendo ao impedimento de acesso de pessoas negras ao Clube Umuarama na Vila Santa Cecília. Fundam, então, o Clube Palmares, nos arredores do bairro São Carlos (o “Morrão”, uma das primeiras favelas de Volta Redonda, urbanizada ainda nos anos 1960). Deste movimento, surge a proposta de construir um espaço que desse visibilidade e importância da cultura negra em Volta Redonda. Assim, a antiga Praça Rotary também na Vila Santa Cecília, e que em 1987 já recebia o evento “Quilombo Zumbi dos Palmares”, é escolhida para abrigar o Memorial Zumbi.

tempo pós-fordista. Neste sentido, as próximas linhas deste capítulo relatam a observação que realizei neste espaço entre os meses de julho de 2017 e maio de 2018, aproximando-as daquilo que toca a transformação da cidade de Volta Redonda no período pós-privatização da CSN.

Figura 5 – Memorial Zumbi na época de sua inauguração.



Fonte: Acervo Memorial Zumbi, 1990

Figura 6 – Apresentação do grupo Jongo di Volta no Memorial Zumbi



Fonte: Fotografia do autor da dissertação, 2017.



## 2.1. O memorial Zumbi dos Palmares e a cultura negra na resignificação da cidade

Os dados que datam dos anos iniciais de Volta Redonda não retratam com precisão a etnia da população que veio construir Volta Redonda. O Brasil industrial e moderno, que se buscava construir na época da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, se assemelhava mais com os padrões norte-americanos e europeus de etnia associados ao futuro que se queria para o Brasil. Todavia, a região da Zona da Mata mineira, onde ocorreram recrutamentos feitos pela CSN e de onde vieram grande parte dos trabalhadores de Volta Redonda, já era conhecida no século XVII por ser um grande celeiro de escravos negros (VEIGA, FONSECA, 1989). Entretanto ainda que a cidade tenha recebido um grande número de trabalhadores negros, e que em seu próprio território a mão de obra escrava africana tenha sido usada em grande escala para suprir as fazendas cafeicultoras durante o século XIX, a estrutura criada na cidade garantiu que a segregação socioespacial entre brancos e negros perpetuasse não apenas através do local de moradia, nas primeiras favelas da cidade – hoje mais estruturadas e urbanizadas como o morro do São Carlos (o Morrão) e o Eucalital (Morro dos Atrevidos) – mas também através das oportunidades de trabalho na indústria.

Neste sentido, no dia 24 de abril de 2018, aconteceu uma série de apresentações e debates entre acadêmicos, coordenadores de projetos sociais, e moradores. Discutiram, nessa ocasião, sobre ações e projetos de ONGs e moradores que buscavam diminuir as desigualdades raciais no espaço da cidade. Cada tema apresentado, seguido de um debate, deu oportunidade aos que estavam presentes de exporem suas visões sobre a cidade. No final, uma moradora, ocupou o espaço de apresentação para expor suas perspectivas sobre a cidade, ocasião na qual defendeu que “Volta Redonda é a expressão de um preconceito”, lembrando que a população negra não foi vista como alvo para a distribuição da riqueza gerada, de forma que as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho eram limitadas. Assim, afirma que os cargos na CSN possuíam cor.

Esta segregação, observada pela moradora, estava presente também, por exemplo, na não-admissão de pessoas negras nos clubes sociais da cidade até os anos 1970. É nesta época que a negritude volta-redondense começa a se mobilizar e funda o Clube Palmares, onde a cor da pele não interferiria na admissão de seus membros. Este é o mesmo movimento que lutou também pela construção do Memorial Zumbi dos Palmares, na antiga praça Rotary – entre o Jardim dos Inocentes e a biblioteca municipal, na Vila Santa Cecília.

Em 1987, a antiga praça Rotary já foi ocupada com a exposição denominada “Quilombo Zumbi dos Palmares”, marcando assim a apropriação do local pelo movimento negro de Volta Redonda. Construído em 1990 pelo governo municipal, na gestão do prefeito Wanildo de Carvalho<sup>36</sup>, e com o desenho singular do arquiteto Selso dal Bello, o Memorial Zumbi dos Palmares – ou simplesmente Zumbi, como é chamado pelos volta-redondenses – conta com uma grande escultura em aço de Rogero Masson logo em sua entrada; um anfiteatro amplo, capaz de receber um público de algumas centenas de pessoas; e uma sala de exposições onde fotografias de quilombolas, habitantes do Quilombo São José em Valença, encontram-se em exposição permanente em suas paredes assim como um grande painel assinado pelo artista plástico Clécio Penedo.

O espaço criado para resgatar e preservar a cultura afro-brasileira foi inaugurado no dia 1º de Junho de 1990, com a presença de diversos representantes das embaixadas de países africanos<sup>37</sup> e autoridades do estado do Rio de Janeiro e do município de Volta Redonda. Nos seus vinte e oito anos de existência, o Zumbi recebeu diversos artistas, exposições, mas também alguns usos não relacionados com o resgate e preservação da cultura afro-brasileira. Entretanto, apresentações de artistas locais e nacionais, aulas de capoeira, festivais de curimba, feiras de empreendedorismo negro, feira do livro espírita, reuniões de coletivos, palestras de acadêmicos e reuniões de grupos sobre a memória da cidade, além da primeira reunião com a secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro sobre intolerância religiosa, ocorreram neste ponto do bairro de classe-média alta.

Porém, a presença e atuação do Memorial Zumbi dos Palmares em um dos bairros mais valorizados de Volta Redonda encontrou, em alguns episódios, resistência. Em um dos casos recentes, um missionário evangélico confundiu a estátua de Zumbi dos Palmares, na entrada do memorial, com a entidade de matriz afro-religiosa “Exu-dos-Ventos”. Em um programa da rádio local 88 FM, do deputado estadual Edson Albertassi<sup>38</sup>, o missionário atribuiu à entidade a responsabilidade por influências maléficas ao município e por promover discórdia nos lares e empresas. Ainda, segundo o atual coordenador do Zumbi, Sid Soares, abaixo-assinados para a

---

<sup>36</sup> O prefeito Wanildo de Carvalho foi o vice-prefeito de Juarez Antunes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, eleito prefeito de Volta Redonda, e morto em um acidente automobilístico pouco tempo depois de ser empossado em 1989. Sobre a natureza da morte prematura do líder sindical e político recaem questionamentos de parte da população que veem o acidente automobilístico com suspeita. Wanildo de Carvalho governou a cidade no período de 1989 até 1993.

<sup>37</sup> Assinam a primeira página do livro de presença os representantes das embaixadas do Zaire, Nigéria e Gana.

<sup>38</sup> Edson Albertassi, deputado estadual, foi preso em 2018 acusado de corrupção.

remoção do espaço pela Associação de Moradores da Vila Santa Cecília ocorrem desde a sua inauguração em 1990. Todavia, no que toca a Associação de Moradores da Vila Santa Cecília, Sid informou ter buscado uma aproximação com este grupo, oferecendo-lhes o espaço do Memorial Zumbi para realizarem suas reuniões, visto que não possuem uma sede.

Racismo e intolerância religiosa possuem uma linha muito tênue e que muitas vezes se fundem, impedindo o trabalho de preservação da cultura afro-brasileira. A forma como o racismo se expressa no Brasil, divergindo de países como Estados Unidos e África do Sul, não ocorre através de uma segregação formal e conflitos raciais. Esta ausência de políticas de governo expressamente segregacionistas de negros e brancos fez com que a ideia de uma suposta “democracia racial”, apresentada por Gilberto Freyre, conseguisse ampla disseminação e ocupasse lugar central no mito fundador da nacionalidade brasileira – imaginada como uma nação mestiça. Todavia, segundo Guimarães (1995, p. 38) o racismo brasileiro é essencialmente heterofóbico: agindo através da negação das diferenças e pressupondo um ideal de homogeneidade (o branco). Surge então, a ideia de embranquecimento da população, pressupondo que quanto mais próximo – fenotipicamente, culturalmente e socialmente – do branco, melhor.

A ideia de “embranquecimento” foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado de dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX (*idem, ibid*).

Com isto, espaços que objetivam a preservação da cultura brasileira de origem africana são essenciais ao combate do racismo, na forma em que ele se apresenta no Brasil. Entretanto, a discussão sobre o que deve ou não ser feito no espaço do Zumbi entrou em pauta em alguns episódios, levando à remoção da feira anual do livro espírita do local, assim como à denúncia de que estariam “tocando macumba” no Memorial, que, segundo o atual coordenador do espaço, teria sido feita por uma pessoa ligada ao próprio movimento negro mais antigo na cidade.

Porém, Sid, que também é sacerdote de Umbanda, percebe que a preservação da cultura afro-brasileira muitas vezes passa através da preservação e instrução sobre a religiosidade de matriz africana. Ele, que iniciou seu trabalho como coordenador do Memorial Zumbi em janeiro

de 2017, conta que quando foi convidado para trabalhar no espaço a recepção das pessoas ligadas ao movimento negro era praticamente inexistente, com a exceção de Mestríssimo Pedro<sup>39</sup> que, ainda segundo Sid, o procurou e realizou uma verdadeira sabatina a respeito de suas experiências e referências sobre a cidade e a negritude.

Durante o período que passei em Volta Redonda, o Memorial Zumbi, na sua qualidade de estrutura única para fins de preservação da cultura afro no Brasil, além de promover seus próprios eventos, também recebeu encontros de grupos diversos e de esferas do governo em seu espaço. No dia 8 de março de 2018 foi realizada a primeira reunião da Secretaria Estadual de Direitos Humanos com representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Volta Redonda, membros de organizações não-governamentais e da sociedade civil em geral, para discutirem tópicos relacionados à intolerância religiosa, em resposta aos ataques a vários terreiros de matriz afro-religiosa. Nesta ocasião, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos revelou ter duas frentes para lidar com estes casos: a primeira frente, a curto prazo, visava o combate à impunidade; a segunda frente, a longo prazo, objetivava a criação de uma sociedade que respeitasse a diversidade religiosa através de exposições e da criação de referências para promover o conhecimento contra a ignorância. Após a exposição de seus pontos, os representantes da Secretaria Estadual de Direitos Humanos passaram a palavra para os demais presentes na reunião. Neste momento, Professora Adelaide, presidente do Conselho Municipal de Políticas Públicas para Igualdade Racial, conselheira do Conselho das Entidades Negras no Interior do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora da Pastoral Afro Diocesana, tomou a palavra. Sua fala cobrava a articulação e a presença dos conselhos e dos militantes mais antigos do movimento negro, além de expressar a falta do Bispo da Diocese de Barra do Piraí e Volta Redonda, lembrando que a figura de Dom Waldyr Calheiros<sup>40</sup> era presença constante na articulação da militância dos movimentos sociais durante o seu bispado (1966-1999).

A fala desta representante da primeira geração do movimento negro da cidade denota uma mudança profunda na maneira como os movimentos sociais se reorganizaram desde a

---

<sup>39</sup> Mestríssimo Pedro, com quase setenta anos de idade, é uma das figuras mais relevantes e conhecidas do movimento negro de Volta Redonda. Capoeirista, jongueiro, escritor autodidata, possui uma extensa história ligada aos movimentos sociais e de igualdade racial, sendo inclusive o fundador do Bloco Afro Palmares na década de 1980.

<sup>40</sup> Dom Waldyr Calheiros foi um personagem importante na história da resistência contra a ditadura militar em Volta Redonda, permitindo, incentivando e cedendo espaço para que trabalhadores e a população, de uma forma geral, se articulassem neste período.

privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. A falta de articulação entre os representantes dos movimentos sociais mais antigos na cidade e representantes dos conselhos municipais (cargos muitas vezes ocupados por pessoas com um histórico em movimentos sociais), assim como o lamento pela ausência do bispo da diocese, demonstram a descentralização sofrida entre os movimentos que ocorriam na cidade durante os anos 1970 e 1980, e a perda de um elo em comum que compartilhava – tanto através do trabalho na CSN, quanto através da Igreja Católica. Segundo Santana e Mollona (2013), o momento pós-privatização da Companhia foi especialmente sofrido para os militantes sindicais “que, por sua postura, sofreram perseguição por parte da empresa, dentro e fora de seus muros, o que lhes dificultava outros acessos no mercado de trabalho local, demonstrando o controle da ‘Companhia’ sobre o espaço da cidade” (p. 139).

Instala-se um período muito duro, prenhe de adversidades, para os movimentos sociais na cidade. É assim que os anos 1990 são trabalhados pela memória dos atores sociais que participavam daqueles movimentos no período. A virada em termos das representações é nítida. O jardim fértil vira um deserto. A participação de outrora, vazio e ausência no cenário político. A política, despolitização. A “vida”, “morte”. (p. 140)

O cenário desolador no campo dos movimentos sociais, em especial o movimento sindical, instaurado na cidade à partir da década de 1990, é um reflexo da mudança trazida pela privatização da CSN e as demissões em massa, ocorridas durante a década citada. A experiência comum de cidade, orbitando ao redor do trabalho na siderúrgica, deixa de ser o elo de ligação entre os cidadãos, principalmente na geração que se estabeleceu no período posterior à venda da empresa estatal. Desta forma, é possível perceber que, após vinte e cinco anos da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, a mudança na dinâmica das relações entre estes atores realça a diferenciação entre a geração que viveu a promessa de progresso e o desmanche da cidade-empresa, e uma outra que já se desenvolveu sobre os escombros do fordismo. Segundo Telles (2006)

A diferença entre as gerações é um crivo que permite ver e figurar outras dimensões ou outras facetas da realidade em mutação. Afinal, a diferença entre gerações tem atualmente a peculiaridade histórica de coincidir com mudanças de fundo no mundo do trabalho e nas dinâmicas urbanas. (p. 88)

A autora, ao buscar nas tramas da cidade de São Paulo as trajetórias dos jovens trabalhadores urbanos, percebe entre os personagens da geração mais velha destas famílias, cuja experiência de cidade era marcada pelo trabalho formal/industrial, “que podem esclarecer os sentidos da erosão do mundo fordista”, em que a mudança dos tempos significou uma desestabilização que bloqueia e descredencia práticas conhecidas e perspectivas de vida. Ao mesmo tempo, Telles enxerga que a geração mais jovem busca se estruturar em uma experiência completamente diferente da anterior, em um mundo em que a precariedade e o desemprego são coisas com que precisam lidar cotidianamente e, de alguma forma, superar (p. 89).

Estas reflexões realizadas sobre diferentes trajetórias de personagens da cidade de São Paulo podem servir como uma lente que traz perspectiva às observações sobre Volta Redonda. A vida centrada no trabalho, em uma cidade que orbitava ao redor da usina siderúrgica, conduziu, especialmente durante os anos 1980, à convergência das demandas dos diferentes movimentos sociais no entorno do movimento sindical de Volta Redonda, em que pesava também a influência da Igreja Católica através da figura de Dom Waldyr Calheiros. Todavia, desde a morte do sindicalista e prefeito de Volta Redonda Juarez Antunes em 1989, sucessivos “rachas” levaram à uma fragmentação profunda especialmente do movimento de trabalhadores que era mais atuante na cidade. Assim, através da perspectiva exposta pela conselheira de igualdade racial, relatada anteriormente neste texto, na reunião com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, este câmbio parece ter encerrado no tempo pretérito a forma como se articulavam os diferentes movimentos sociais na cidade, e sobretudo os termos em que se articulava o conflito social, mas este processo ocorreu no decorrer dos anos do período pós-privatização, em que se fez a dissolução dos elos que articulavam estes atores.

Durante os anos de resistência a ditadura, especialmente nos anos 1980 em Volta Redonda, muitos dos trabalhadores presentes na luta sindical durante os anos 1980 eram também negros. Desta maneira, notei nos relatos que escutei nos eventos do Memorial Zumbi tratavam da experiência de cidade passando, na maioria do caso, sobre a experiência de trabalho na siderúrgica. Anteriormente, mencionei a reflexão de uma moradora em um evento no Memorial Zumbi, em que os cargos da Companhia Siderúrgica Nacional foram associados a cor da pele. Entretanto, um outro evento, ocorrido na noite do dia 27 de março de 2018, se destacou no período em que pesquisei Volta Redonda.

Haviam se passado quase duas semanas da execução da vereadora Marielle Franco, na cidade do Rio de Janeiro. O crime brutal que repercutiu através do país e do mundo, foi fortemente sentido também em Volta Redonda. Dias depois do ocorrido, um ato em memória da vereadora executada saiu do vão da Biblioteca Raul de Leoni, em frente ao Memorial Zumbi, em direção à Praça Brasil. Centenas de pessoas compareceram: jovens, militantes, partidários do PSOL, freiras e membros das pastorais da igreja Católica, e cidadãos sem ligações partidárias, estarrecidos com o ocorrido. Este estarrecimento permaneceu como névoa densa através dos dias, semanas. O primeiro evento a acontecer no Memorial Zumbi após a execução de Marielle Franco estava marcado para o dia 27 de março, 13 dias após o ocorrido: o Quilombo do Aço, realizado pelo grupo de pesquisa Residência na Memória, idealizado pelo professor, historiador e poeta Carlos Eduardo Giglio.

O salão de exposições do Memorial Zumbi dos Palmares fica em frente ao anfiteatro, em uma estrutura inspirada na forma de um berimbau. Conhecidos se cumprimentavam no exterior do salão, mas a gravidade do momento parecia frear os sorrisos e gracejos. Dentro do salão, uma disposição de cadeiras incomum fora arranjada: nos outros eventos que participei, as cadeiras enfileiradas se direcionavam ao palestrante; desta vez o círculo foi escolhido como a melhor disposição para os assentos. Troquei algumas palavras com a Senhora Célia, uma das convidadas da noite – ela e outros três senhores negros (Seu Garcia, Mestríssimo Pedro, Mestre Geraldinho e José Gonzaga; todos militantes negros da primeira geração do movimento na cidade), de idade mais avançada, compartilhariam suas experiências na cidade. Aos poucos, as pessoas chegavam e ocupavam os assentos, até que não haviam mais assentos disponíveis para tantas pessoas. De fato, um movimento muito maior que o comum, para uma noite de terça-feira, pegou o coordenador do Memorial Zumbi de surpresa.

O evento começou com um discurso do professor idealizador do projeto, e sua fala relembrou a importância do compartilhamento das experiências dos mais velhos com os mais novos, questionou os rumos da cidade nestas primeiras décadas do século XXI e, encerrou sua fala lembrando o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes: as exclamações de “Marielle, presente! Anderson, presente!” ressoaram nos ouvidos dos participantes do evento.

O silêncio que se seguiu foi proporcional à atenção dada aos palestrantes do dia. Abriu, então, a Senhora Célia, filha de operário e ex-funcionária da CSN, percorrendo suas memórias sobre a cidade e compartilhando suas percepções. Neste sentido, a sexagenária associou a

privatização da CSN à lei áurea, no sentido de não ter preparado os trabalhadores para os novos tempos (sua fala é citada na introdução da dissertação). Na sequência, Seu Garcia, primeiro vereador negro da cidade, já com idade muito avançada e algumas dificuldades na fala, mencionou o racismo sofrido dentro da CSN, lembrando que os metalúrgicos negros eram colocados nos setores de aciaria e nos autofornos com a justificativa, dada pelos supervisores, dos negros serem mais resistentes ao calor. Mestre Pedro lembrou seu nascimento e a origem de sua família “desde sempre” no bairro Água Limpa, e sua trajetória que inclui período de trabalho na Companhia; e José Gonzaga, relembrou sua prisão política na luta contra a ditadura.

Assim que se encerraram as falas, a segunda parte do evento contou com apresentações de poesia e música, realizadas por jovens artistas negros da cidade, além de uma apresentação de dança do Coletivo Flor de Maio.

Ainda que este evento tenha se destacado. devido às circunstâncias intensas vividas no março de 2018, ele guarda características em comum com outras também realizadas no espaço: é possível notar tanto na fala da moradora, já mencionada, quanto nas falas da Senhora Célia, Seu Garcia, Mestríssimo Pedro, Mestre Geraldinho e José Gonzaga, a referência ao trabalho na CSN.

Neste cenário, surgem também novos atores que se articulam e mobilizam. Em setembro de 2017, buscando uma maior ocupação do Memorial Zumbi, uma comissão foi formada com diferentes movimentos de juventude negra: os coletivos Bafro<sup>41</sup>, Kekerê<sup>42</sup>, Flor de Maio-Humanizar<sup>43</sup>, NegrUFF<sup>44</sup>, Sentinelas da Aldeia<sup>45</sup>, Mariana Crioula, e também a Roda de Rap com Samba e a Roda Cultural.<sup>46</sup> Portanto, mesmo que não haja uma convergência das demandas dos diferentes movimentos sociais em um único ponto focal, como ocorrido durante a década das grandes greves da CSN que mobilizaram a cidade como um todo, não estamos diante de uma fragmentação total, pois sua articulação é também realizada nas situações em que seus interesses se cruzam. Todavia, há que se notar uma migração da pauta trabalhista para uma pauta identitária nestes movimentos sociais de Volta Redonda.

---

<sup>41</sup> Coletivo de mulheres negras de Volta Redonda, que promove debate sobre inclusão, tolerância e empoderamento.

<sup>42</sup> Coletivo de jovens umbandistas, dedicado à inclusão pelo afeto e à luta contra intolerância religiosa.

<sup>43</sup> Coletivo feminino negro dedicado à humanização e através da expressão corporal.

<sup>44</sup> Coletivo composto por alunos e alunas negros da Universidade Federal Fluminense de Volta Redonda.

<sup>45</sup> Coletivo umbandista LGBT, que luta contra os diversos tipos de violência contra LGBTs e a intolerância religiosa

<sup>46</sup> Fonte: Jornal Destaque Popular. Disponível em: <https://destaquepopular.com.br/2017/09/05/memorial-zumbi-tera-calendario-anual-de-eventos>. Acesso em Maio 2018.



Apesar do atual coordenador do Memorial Zumbi não ter feito parte da primeira geração do movimento negro da cidade, em decorrência da própria idade (Sid é cerca de vinte anos mais jovem que as pessoas que fundaram o Clube Palmares), a sua experiência como pessoa negra e sacerdote de religião de matriz-afro em um terreiro na periferia de Volta Redonda, trouxe uma perspectiva diferente à atuação do Memorial Zumbi na cidade. Os projetos que hoje acontecem no Zumbi vão desde a cessão do espaço para grupos e coletivos realizarem suas atividades, como é o caso do Jongô di Volta, Coletivo Flor de Maio e do Coral Afro; assim como buscam disseminar o conhecimento produzido sobre e por pessoas negras brasileiras, como nos projetos Sala do Saber, que convida diferentes palestrantes para exporem seus trabalhos acadêmicos, ou o Cine Zumbi, que realiza a exibição de filmes que abordam a temática da etnicidade africana.

Porém, as atividades que acontecem neste ponto da Vila Santa Cecília ultrapassam as fronteiras do que seria de incumbência da Secretaria de Cultura volta-redondense. Em primeiro lugar, o Memorial Zumbi não é percebido somente como um espaço dedicado à cultura. O atual coordenador do espaço relatou ser recorrente pessoas negras buscarem a administração do local para relatarem casos de racismo, e me mostrou uma cópia de um boletim de ocorrência datando do final dos anos 1990, demonstrando que a busca do espaço por vítimas que sofreram racismo na cidade é uma prática que remonta há décadas. Sid revela que quando procurado em situações deste tipo, busca encaminhá-las para o órgão governamental mais competente, seja jurídico ou de assistência social; porém, demonstra vontade em organizar no próprio Memorial Zumbi alguma forma de apoio e acolhimento às pessoas negras vítimas de crimes raciais. Este dado revela que o Zumbi possui grande relevância, tanto pela referência no combate ao racismo, quanto pelo potencial de fazer convergir as demandas de um amplo segmento da população volta-redondense no entorno dos debates sobre racismo e que naturalmente tocam sobre questões relativas ao trabalho, moradia e experiência de cidade.

As diferenças que podemos ver entre as gerações que convivem na cidade – aquela que viveu o tempo de CSN estatal e aquela que se estabelece sobre os escombros da cidade-fordista – parecem ocorrer especialmente pela distinção nas formas como estas pessoas experienciam a cidade pela via do trabalho. Busco explorar esta diferenciação no capítulo 3 desta dissertação, quando abordo as transformações no mundo do trabalho. Isto também é possível observar através das histórias relatadas pelas antigas famílias operárias volta-redondenses e seus filhos. Assim, as informações trazidas pelas famílias dos ex-operários da Companhia Siderúrgica Nacional

permitem que as transformações ocorridas na antiga cidade-empresa possam ser observadas sob uma outra angulação.

Durante a pesquisa em Volta Redonda, estive em contato com 3 filhos de ex-operários da Companhia Siderúrgica Nacional – Ana, David e Samantha –, e suas histórias são também contadas no capítulo 3 desta dissertação. Seus relatos descrevem como a experiência de trabalho e de cidade da geração dos pais contrasta fortemente com a experiência de trabalho e de cidade da geração dos filhos. Recuperemos aqui os aportes da referência já citada de Vera Telles (2006), na qual a autora percebe a peculiaridade da diferença entre as gerações coincidir com as mudanças no mundo do trabalho e nas dinâmicas urbanas que, por sua vez, é bastante marcante em uma cidade como Volta Redonda, cuja história e desenvolvimento durante quase 5 décadas é totalmente entrelaçada à história e desenvolvimento da própria Companhia Siderúrgica Nacional. Uma vez que essas mudanças se consolidam no decorrer da década de 1990, à partir da privatização, a geração dos filhos dos mesmos operários que lutaram pela melhoria das condições de trabalho na greve de 1988 se lança no mercado de trabalho em um cenário já completamente alterado e de crescente precarização, de forma que o contraste na forma como as diferentes gerações experimentaram a cidade se torna ainda maior.

Ainda que o trabalho venha perdendo cada vez mais as características de estabilidade, formalidade e previsibilidade, ainda que os movimentos de trabalhadores tenham perdido fôlego para a mobilização de suas demandas, o trabalho não deixa de ser um fator importantíssimo e central na vida dos cidadãos. Através dele, mesmo o trabalhador informal e precarizado, desenvolve laços com outras pessoas, edifica redes de apoio, aciona e se apropria instrumentos oferecidos pelo Estado e constrói seus trajetos pelo corpo da cidade. E é por este motivo que os câmbios nas formas como acontecem as relações de trabalho possui um impacto tão forte na alteração da organização da cidade e de seus habitantes.

Iniciamos este capítulo descrevendo o coração da cidade operária construída pela Companhia Siderúrgica Nacional, e relatando como, por entre os prédios decadentes da siderúrgica onipresente, os habitantes da cidade buscam novas formas de associarem-se para discutir e tentar trazer sentido à mudanças tão profundas. A geração que se lançou no mercado de trabalho, ainda nos anos 1990, já viveu uma alteração drástica, onde aquilo que era conhecido pelas gerações anteriores como possibilidade de emprego e renda não está mais à sua disposição. O próprio Sid, atual coordenador do Memorial Zumbi, estava saindo da adolescência quando

aconteceu a privatização da siderúrgica em 1993. Ele, que também é filho de um ex-operário da Companhia Siderúrgica Nacional, lembra com nostalgia sobre os serviços de assistência social que eram oferecidos pela empresa à população<sup>47</sup>. Ele, filho de ex-operário da Companhia, também precisou construir sua própria realidade sobre os escombros da antiga cidade empresa.

Hoje, mais de duas décadas após os cientistas sociais brasileiros terem começado a alertar sobre as mudanças no mundo do trabalho, podemos ver que aquela geração de jovens trabalhadores, a mesma descrita por Telles no início dos anos 2000, começa em Volta Redonda a ocupar posições no poder administrativo municipal. Seus projetos prometem maior aptidão para guiar o futuro da antiga cidade monodustrial, por estarem melhor adaptadas aos novos tempos do mundo do trabalho e do capitalismo global. Todavia, é necessário que nos debruçemos sobre estas ideias para uma análise mais profunda que possa determinar se de fato elas podem trazer algo que estruture este universo de experiências e trajetórias pessoais fragmentadas, ou se são uma nova roupagem ao movimento de uma mesma roda que esmaga os que estão abaixo, mas nunca os leva ao topo.

Ao mesmo tempo, sob uma outra angulação, o passado escravocrata do Brasil deixou cicatrizes profundas e ainda não sanadas na população, especialmente na região do Vale do Paraíba. A tradição que fez da cor da pele fator determinante para capturar e escravizar populações inteiras não se dissipou completamente nos 130 anos de abolição da escravatura: desde 1888, ela se cobre com outras roupagens que permitem a perpetuação da exploração da força de trabalho, exclusão social e violência contra a população negra brasileira, demonstrando que o paradigma trabalhista e social ainda a ser superado é o da escravidão. Neste sentido o trabalho realizado pelo Memorial Zumbi em Volta Redonda, ao abrir seu espaço não apenas para a preservação da cultura afro-brasileira, mas também para a discussão sobre o racismo entre diferentes gerações de cidadãos possui grande importância para a conscientização sobre a necessidade de reparação aos danos causados por séculos de abuso e exploração da mão-de-obra escravizada negra, e invisibilização das experiências vividas por uma grande parcela da população. Nestas oportunidades de discussão, os participantes justamente encontram

---

<sup>47</sup> Sid fala especificamente sobre o serviço que era oferecido aos filhos dos operários da CSN no Centro de Puericultura. Ele relata que qualquer problema de saúde que um filho tivesse, os pais poderiam levá-lo neste centro para receber auxílio. Ele menciona com especial nostalgia os sacos de leite-em-pó que eram distribuídos pelo Centro de Puericultura da CSN às crianças: “era amarelinho, uma delícia”. O Centro de Puericultura ficava em um edifício térreo no início da rua 33, e ocupando um lote de tamanho grande ao lado da Cúria Diocesana. Hoje, o edifício em posse da CSN encontra-se em abandono, e tanto sobre ele quanto sobre o edifício do Escritório Central, recaem demandas da população para que cumpram sua função social.

oportunidade e espaço, ao compartilhar suas experiências e perspectivas de cidade (invisibilizadas em tantas outras situações), para disputar a narrativa que se constrói sobre Volta Redonda.

As atividades realizadas no Memorial Zumbi em parceria com coletivos, professores, estudantes, militantes, entre tantos outros, mostram que os escombros da antiga cidade fordista são a todo tempo disputados, re-apropriados e ressignificados. As ruas, casas, e praças construídas pelos *arigós* nas décadas de 1940 e 1950 sobre as terras das antigas fazendas de café, que foram o cenário das lutas de trabalhadores durante os anos 1970 e 1980, são hoje tomadas também por outros atores que buscam espaço para construir a sua narrativa de cidade. E o espaço público da Vila Santa Cecília, centro da cidade operária construída pela Companhia Siderúrgica Nacional, abriga uma multiplicidade de cidades em uma só: a praça Juarez Antunes, entre a entrada da UPV e o Escritório Central, continua recebendo os atos dos sindicatos, mesmo com menos frequência do que nos anos 1980; a praça Pandiá Calógeras recebe os atos da comunidade LGBT e rodas de rima; enquanto o Memorial Zumbi, na antiga Praça Rotary, firma a presença da cultura da população negra no coração da cidade operária construída pelo Estado Novo. Sob esta angulação, percebe-se que, o jardim dos movimentos sociais, cuja desertificação foi observada durante os anos 1990, volta a florescer – em outras condições, entre novos atores, e novas roupagens, mas sem olvidar o passado de luta marcado na própria estrutura da cidade.

### **3 – TRABALHO E EMPREENDEDORISMO NA VOLTA REDONDA PÓS-PRIVATIZAÇÃO**

A mudança no paradigma de trabalho é acompanhada pelo investimento no desenvolvimento e regularização dos microempreendimentos, e reflete profundamente nas histórias das pessoas que precisam se adaptar aos câmbios ocorridos na sociedade. Em Volta Redonda, isto também é possível de ser averiguado nos relatos das pessoas que precisaram iniciar sua jornada no mundo do trabalho, em tempos que o acesso conhecido já não era mais acessível ou desejável. Recorro agora à informações coletadas através de entrevistas de três informantes-chave que muito auxiliaram na construção desta pesquisa. Filhos de ex-operários da Companhia Siderúrgica Nacional, Ana, Samantha e David cresceram nos tempos em que a mudança de paradigmas trabalhistas já estava se consolidando, e se inseriram no mercado de trabalho em um momento onde os acessos à cidadania industrial, caminho conhecido e percorrido por seus pais e avós, já estava bloqueado.

#### **3.1 Os filhos dos ex-operários da CSN**

##### **3.1.1 O caso de Ana**

Ana, de trinta e seis anos, é nascida em Volta Redonda, mas seus pais são de Caparaó, no interior de Minas Gerais. Foram para Volta Redonda para passar a lua de mel, nos anos 1970, e nunca mais voltaram, já que seu pai conseguiu emprego na siderúrgica. Começou a trabalhar na CSN como torneiro mecânico, junto ao irmão de sua esposa, que aos vinte e sete anos veio à óbito devido à queda de um andaime na Usina Presidente Vargas, por não estar usando o equipamento de segurança. Trabalhou por vinte e quatro anos na empresa, e teve três filhos com sua esposa, com quem é casado até hoje. Neste período, Ana relata que ela e seus irmãos utilizaram todos os benefícios que eram oferecidos às famílias dos trabalhadores pelo sindicato dos metalúrgicos (menciona aulas de dança e dentista) assim como os benefícios oferecidos pela CSN aos seus funcionários (ela cita o acesso ao Clube Recreio do Trabalhador, aulas de natação e consultas com médicos e nutricionistas).

Seu pai foi demitido no início dos anos 90, há apenas um ano de se aposentar, e teve que buscar no judiciário sua aposentadoria, conseguindo-a com uma redução salarial significativa. Durante o período trabalhado na indústria, seu pai comprou um terreno no bairro Retiro, na parte não planejada da cidade, onde ele mesmo construiu algumas pequenas casas em seus dias de folga. Com a sua demissão repentina e a dramática redução na sua renda, foi o aluguel dessas casas que o ajudou a sustentar a família. Além disso, seu pai, que já fazia *bicos* como pedreiro, conseguiu, através de seus contatos, contratos temporários para exercer esta função; enquanto sua mãe passou a se dedicar mais a realizar serviços de costura.

Cada um dos filhos deste casal teve um percurso profissional distinto. Ana informa que havia um programa na Companhia que permitiria os filhos dos trabalhadores ocuparem o lugar dos pais após sua aposentadoria, assim, seu irmão começa a estudar na Escola Técnica Pandiá Calógeras (mantido pela CSN e de ensino gratuito até a privatização da empresa), entretanto, segundo ela, a demissão do pai teria acabado com a possibilidade de seu ingresso como funcionário da Companhia, e a sua expulsão da escola o impediu de continuar seus estudos técnico. Assim, ele começou a trabalhar em uma oficina mecânica, e paralelamente, como autodidata, estudou para se tornar mecânico-eletricista. Posteriormente, em sociedade com um amigo, o irmão de Ana abriu uma oficina, a qual lhe provém sustento até hoje. A irmã de Ana, por sua vez, começou a trabalhar aos 13 anos de idade, como jovem aprendiz em um escritório de contabilidade, e aos 23 anos iniciou o trabalho como auxiliar administrativo em uma transportadora, que mantém até hoje.

Porém Ana, a filha mais jovem do casal de Caparaó-MG, percorreu uma estrada profissional um tanto mais volátil que seus irmãos mais velhos. Com onze anos ela já trabalhava como babá, tomando conta de crianças. Aos 14 anos, conseguiu um *bico* trabalhando com iluminação de palco em um teatro local, e em decorrência deste trabalho e de estar fazendo magistério, foi chamada para trabalhar em uma escola primária local. Aos dezesseis foi formalmente contratada pela escola, seu primeiro emprego com registro em carteira de trabalho. O dinheiro que ganhava ficava para ela, e comprava guloseimas e alguns pequenos “luxos” que seus pais não podiam lhe dar, como roupas e até um computador. Trabalhou na escola até os dezenove anos, usando seu salário pagar pela faculdade de Artes. Terminados os estudos, decidiu imigrar ilegalmente para os Estados Unidos: vendeu seu computador e juntou suas economias. Trabalhou primeiramente limpando casas e como babá, e depois em uma padaria portuguesa, em

um restaurante tipo *fast-food* de *doughnuts*, em um restaurante de saladas, e em uma floricultura – todos ao mesmo tempo - trabalhando em média 14 horas por dia, e chegando à trabalhar por 56 horas seguidas. Sua intenção não era ficar nos Estados Unidos, mas sim juntar dinheiro para fazer uma outra graduação e comprar um carro. Uma vez que conseguiu juntar o dinheiro, retornou à Volta Redonda e cursou Turismo, enquanto trabalhava em um hotel local – emprego conseguido através de um amigo. Trabalhou nesta área durante algum tempo até que o desemprego à levou a buscar trabalho como professora de inglês, função que exerceu até se formar na faculdade. Terminados os estudos, Ana começa a trabalhar em um navio de cruzeiro como *bartender* pelo período de um contrato (seis meses). Logo depois, retornou à Volta Redonda e à trabalhar como professora de inglês.

### 3.1.2 O caso de David

David, de trinta e três anos também é nascido em Volta Redonda. Seu pai, ex-operário da CSN, migrou para Volta Redonda ainda jovem, vindo de Amparo, distrito da cidade vizinha, Barra Mansa. De acordo com o que lembra, David diz que seu pai sempre trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional, ocupando inicialmente vagas na base da escala hierárquica da empresa, mas conseguindo ter um certo crescimento que lhe permitiu prover alguns confortos para sua família. Revisitando suas memórias, ele diz se recordar do dia em que, após a morte dos três metalúrgicos durante a greve de 1988, sua família se juntou ao grande volume de pessoas em um ato de “abraço” à CSN.

Morador do primeiro bairro operário construído em Volta Redonda – o bairro Conforto – Rafael sempre esteve em contato diário com sua família estendida pelo lado materno. Na casa comprada décadas atrás pelo seu avô, operário aposentado da CSN, foram construídos dois apartamentos independentes de dois quartos, além da casa térrea onde residem seus avós até hoje: em um dos apartamentos vivem seus tios e primos, e no outro vivem seus pais, sua irmã e ele mesmo. Seu avô é músico amador e seresteiro, e devido ao contato desde cedo com o universo musical, David aprendeu a tocar violão e contrabaixo.

Porém, aos dezoito anos, David quis seguir os passos do pai e começou a trabalhar na siderúrgica, ocupando, assim como seu pai, uma posição na base da cadeia hierárquica da empresa, mas desta vez através de uma outra empresa, uma terceirizada da CSN. Ele conta que

seu pai ficou muito satisfeito com a decisão do filho de seguir seus passos, mas relata que logo nos primeiros dias, foi ordenado a limpar a rede subterrânea de túneis, logo abaixo da Usina. Segundo ele, havia uma escotilha de acesso no chão, e uma escada estreita vertical para descer. O fosso por onde ele começou a descer era muito profundo, e David relata ter ficado apreensivo em descer àquela profundidade, mas tomou coragem e desceu. Porém, assim que iniciou a descida, ele conta que fecharam a escotilha de acesso em cima dele. Tendo o seu acesso à superfície impedido, ele conta ter se desesperado e começado a socar a escotilha na esperança de que alguém abrisse, ao que é respondido que só abririam quando ele terminasse o serviço. Resignado, David segue sua descida, e descreve os túneis subterrâneos como sendo do tamanho de uma cidade, e para passar por ela era necessário usar botas devido à água no chão, e estar sempre atento aos jatos de líquidos que eram despejados naquela rede subterrânea. Assim, terminado o serviço, tão logo conseguiu sair, ele decide não continuar trabalhando naquela posição. Quando perguntei se seu pai teve que realizar este tipo de serviço, ele responde que “provavelmente sim”, mas que era uma mentalidade diferente.

Após sua experiência de trabalho na Usina Presidente Vargas, David descartou a possibilidade de seguir os passos do pai, e decide-se pelo caminho da música como o certo para sua carreira. Desde então David dedica-se com integralidade ao trabalho como músico. Possui seu registro como músico profissional, e é cadastrado como microempreendedor individual (MEI). Os trabalhos são muitos, ainda que o dinheiro seja muito pouco: ele dá aulas de música para iniciantes, toca em bares e eventos, e dedica muitas horas de seu tempo para ensaios. Com o dinheiro que conseguiu juntar ao longo dos anos, ele montou um estúdio de gravação junto a um amigo, nos fundos da casa deste. Além dos trabalhos como músico, professor e produtor, nos últimos anos David ingressou na faculdade de Música de um campus universitário particular local, formando-se no início de 2018 e tornando-se a primeira pessoa de sua família a obter um diploma de graduação. Para sua monografia, pesquisou os pontos cantados em diferentes terreiros da região, e após a aprovação de seu trabalho, o apresentou novamente para o público no Memorial Zumbi.



### 3.1.3 O caso de Samantha

Samantha, de trinta e cinco anos, é filha, sobrinha e neta de operários da CSN. Seu avô, Eustáquio, hoje com 96 anos de idade, veio com sua esposa para Volta Redonda nos anos 1950 da cidade de Divino, na região de Carangola, no interior de Minas Gerais, buscando melhores condições de vida na Volta Redonda recém-construída. O casal teve cinco filhos, dos quais os três filhos homens estudaram nas escolas da CSN, e também foram trabalhadores da siderúrgica, enquanto as duas filhas mulheres se casaram com operários da empresa. Para a complementação da renda familiar, a mãe de Samantha fazia e vendia salgados de porta em porta e nas saídas das escolas locais, com a ajuda de suas filhas e marido. A partir da morte do pai de Samantha, a venda dos salgados se tornou a atividade principal para a aquisição de renda, tendo em vista a insuficiência da pensão recebida de seu falecido esposo. Com apenas 10 anos de idade na época da morte dos pais, Samantha e sua irmã sempre trabalharam ajudando a mãe na confecção dos alimentos e na limpeza da cozinha da casa. Foi justamente esta fonte de renda alternativa que custeou seus estudos no curso de graduação em Psicologia numa universidade privada local.

Anos após receber seu diploma, Samantha consegue seu primeiro emprego formal, com carteira assinada, aos 28 anos na área de Recursos Humanos (RH), e adquiriu experiência trabalhando para empresas terceirizadas que oferecem o serviço de RH para outras empresas que necessitam *fechar vagas*<sup>48</sup> específicas. Passou um ano desempregada, e, neste período, para conseguir um mínimo de sustento, deu aulas particulares. Neste período de desemprego (2015), ela afirmou estar cansada de trabalhar para empresas, devido à instabilidade e, na época, concluiu que sua melhor opção profissional era buscar um trabalho como funcionária pública concursada para ter estabilidade e uma certa qualidade de vida, sem precisar lutar o tempo inteiro para manter aquela vaga, apesar de considerar o trabalho na instância pública maçante e tedioso.

Seu objetivo é conseguir um trabalho que lhe permita ter bens que considera básicos, e que não precise trazer o estresse do trabalho para dentro de casa, com uma responsabilidade gigantesca, e com um salário que não lhe permita ter uma casa própria ou um automóvel. Ela acredita que o salário que recebia em seu último emprego pode ser até considerado bom, mas não lhe permitia sair da casa de sua mãe e “ter sua própria vida”. A questão salarial volta ao debate, e

---

<sup>48</sup> “Fechar Vaga” é o termo usado por ela recorrentemente ao se referir às especificidades de seu trabalho. Neste sentido, a vaga de trabalho aberta por uma empresa é fechada ao conseguirem que um dos candidatos selecionados pela empresa terceirizada seja contratado pela outra empresa que recorreu aos seus serviços.

Samantha informa que a média salarial paga nos polos industriais da região não é suficiente para o nível de responsabilidade, e nem permite que o trabalhador possa gozar de uma qualidade de vida mínima. Acredita que a faixa salarial seja baixa por se tratar de uma cidade do interior que, teoricamente, teria um custo de vida mais baixo. Entretanto, aponta para o fato da cidade não ter um custo de vida tão barato assim.

Em 2016, Samantha deixou Volta Redonda e se mudou para o Rio de Janeiro. Hoje trabalha em uma empresa de consultoria de R.H, e divide um apartamento com outras quatro trabalhadoras.

\*\*\*

Estes três informantes de Volta Redonda precisaram construir suas experiências em um mundo do trabalho que ainda começava a se estruturar sobre as ruínas do fordismo. O desencantamento com o mundo do trabalho formal aparece como reflexo da implosão dos caminhos conhecidos, como resultado do abandono da promessa de pleno-emprego e inclusão pela via do trabalho industrial, formal e estável. Neste viés, como relatado por Samantha, é possível perceber que o trabalho assalariado formal assume cada vez mais um caráter instável, fruto da flexibilização econômica do capitalismo globalizado. Em diferentes ocasiões, mesmo estando empregadas, Ana e Samantha expressaram a sensação de insegurança com o futuro e sua vontade de empreender para garantir uma renda, citando as reformas trabalhista e previdenciária como uma das motivações. David, por sua vez, é microempreendedor individual cadastrado (MEI) – para cumprir a exigência de contratos esporádicos que surgem – além de ter montado, em sociedade simples com um amigo, um estúdio de gravação nos fundos da casa deste.

Com efeito, o discurso sobre o empreendedorismo se expandiu fortemente no Brasil, de forma geral, e em Volta Redonda, em especial, sendo repetido em uníssono não apenas pelas diferentes esferas do poder público e entidades privadas: o verbo “empreender” se tornou parte do vocabulário popular. De tal maneira, o “ser empreendedor” necessita de um debate aprofundado sobre suas relações com a informalidade, o trabalho precarizado, sua ampla divulgação midiática, assim como a forma como ele passa a se consolidar como política pública. Mas, primeiramente, é necessário traçar o caminho através do qual as mutações no mundo do

trabalho se deram, para que se possa visualizar como discurso deste suposto *ethos* empreendedor foi construído; que ocorreu paralelamente a conquista global da hegemonia neoliberal.

### 3.2 A conquista da hegemonia neoliberal: transformações globais e efeitos locais

*'Economics are the method', she said, 'but the object is to change the soul'. And change it she did, though in ways that were by no means comprehensive and complete, let alone free of political costs. (HARVEY, 2005; comentando sobre a fala da Primeira Ministra britânica, Margaret Thatcher)*

Mesmo após quase quarenta anos da eleição da ex-primeira ministra britânica, em 1979, a vigorosa transformação e reformulação do capitalismo, então iniciada, parece não ter esgotado suas forças. O neoliberalismo parece ter se espalhado com grande vitalidade por todos os países do mundo, levando-os a experimentar, em intensidades variadas, a mesma fórmula de desregulamentação e cerceamento da intervenção estatal. Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que o neoliberalismo, que começa a ser amplamente defendido naquele final de década, conseguiu atingir uma forte hegemonia e garantir sua supremacia sobre outras formas de pensamento econômico.

Entretanto, o que nos anos 1970 precisava ser defendido através da exposição das “vantagens para todos” em abandonar o estado de bem-estar social, hoje já é melhor conhecido pelos efeitos que a retirada do Estado do campo social surte na vida das pessoas. Depois de inúmeros países passarem anos seguindo à risca a cartilha neoliberal, podemos perceber com maior clareza a forma como essa “mudança na alma” através da economia alterou as relações construídas nos diversos aspectos da vida humana. E mesmo com todas as mudanças, que supostamente seriam benéficas para todos, crises sucessivas decorrentes do curso incontrolável do mercado globalizado não deixaram de acontecer, e a concentração de renda não deixou de atingir proporções alarmantes. Ainda assim, a solução comumente aceita não pensa em frear a influência do mercado na vida cotidiana, mas prevê um mergulho mais profundo ainda na experiência neoliberal.

A hegemonia do capitalismo globalizante permite que seus efeitos sejam sentidos, de formas mais ou menos parecidas, em diversas regiões do planeta, e estas experiências são apropriadas e ressignificadas localmente, respeitando as suas especificidades. E enquanto os doutrinadores econômicos agem de forma unificada para atingir a “mudança na alma”, advogada

por Thatcher, trabalhadores experimentaram, e ainda experimentam, uma ampla mudança no curso de suas biografias profissionais, agora fortemente marcadas pela fragmentação das suas experiências de trabalho e pelo desemprego.

Para conseguirmos visualizar os efeitos desta realidade planejada, que se impõe como regra, é necessário traçarmos algumas considerações sobre o Estado do bem-estar que se desenvolveu nos países de capitalismo avançado (e que existiu no Brasil mais como um horizonte deixado no plano discurso do que na realidade). Harvey (2005) explica que, no período após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de evitar que houvesse uma crise da magnitude ocorrida nos anos 1930, seriam adotadas medidas para garantir a existência do capitalismo. Argumentava-se que ambos, capitalismo e comunismo, teriam falhado, e que a única alternativa era “construir a mistura certa entre Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, inclusão, bem-estar e estabilidade”<sup>49</sup>. E, no pós-guerra, os diversos Estados capitalistas aceitaram que seu papel era o de focar em pleno-emprego, crescimento econômico e no desenvolvimento do bem-estar de seus cidadãos, assim como “o poder do Estado deveria ser livremente empregado, assim como ou, se necessário for, intervir ou mesmo substituir para que processos de mercado atinjam estes fins.”<sup>50</sup>

Segundo Titmuss (*apud* OFFE, p.278), o Estado do bem-estar social se trata de um conjunto de manifestações vindas tanto do compromisso de sobrevivência da sociedade como um todo, quanto do desejo de todos os indivíduos de contribuir para a sobrevivência de alguns. Neste caso, a democracia política é vista como uma forma poderosa para forçar as elites políticas a aceitarem as disposições do Estado do bem-estar social. Neste sentido, Offe (1989) explica que “o duplo pressuposto é que agentes racionais em uma democracia se unirão a uma maioria a favor do Estado do bem-estar e que, uma vez estabelecidas as instituições do Estado do bem-estar, elas se tornarão gradativamente imunes a objeções”. (p. 280).

Porém, ainda que buscasse um controle dos mercados, e tentasse designar à classe trabalhadora uma fatia maior da participação econômica, não havia ocorrido uma revolução – ainda se tratava de capitalismo. E em se tratando de capitalismo, cedo ou tarde, ocorre uma crise decorrente da acumulação de capitais. Dessa forma, o modelo do Estado de bem-estar, que

---

<sup>49</sup> “Both capitalism and communism in their raw forms had failed, they argued. The only way ahead was to construct the right blend of state, market, and democratic institutions to guarantee peace, inclusion, well-being, and stability” (HARVEY, p. 10).

<sup>50</sup> “[...] and that state power should be freely deployed, alongside of or, if necessary, intervening in or even substituting for market processes to achieve these ends”. (HARVEY, p. 10)

apresentou forte crescimento por décadas no pós-1945, começa a se exaurir no final dos anos 1960. Alternativas para salvar o sistema começaram a ser pensadas. Uma delas, apresentada pelos partidos socialistas e comunistas da Europa, era o de aprofundar o controle e regulação estatal da economia. Entretanto, Harvey explica que a esquerda não foi muito além das soluções de tradição socialdemocrata e corporativista, que já na metade dos anos 1970 se mostraram inconsistentes com a acumulação de capitais (2005, p. 13). Este autor percebe no neoliberalismo, que se desenvolvia e ganhava força na década de 1970, duas interpretações: como um projeto *utópico* que reorganizaria o capitalismo internacional, ou como um projeto *político* que restabeleceria o poder econômico das elites. Segundo Harvey, a “neoliberalização não foi muito eficaz em revitalizar a acumulação de capital global, mas foi impressionantemente bem-sucedida em restaurar, ou em alguns casos (como na Rússia e na China) criar, o poder de uma elite econômica” (*idem*, p. 19).

Partidos comunistas e socialistas estavam ganhando terreno, se não tomando poder, em boa parte da Europa e até mesmo nos EUA forças populares estavam se movimentando por amplas reformas e intervenções estatais. Havia nisso uma clara ameaça política para as elites econômicas, tanto nos países de capitalismo avançado (como Itália, Espanha, França e Portugal) e em muitos dos países em desenvolvimento (como Chile, México, e Argentina). (*idem*, p. 15)<sup>7</sup>

Offe (1989), por sua vez, analisa a perda de espaço do Estado do bem-estar na Europa Ocidental, e relata amplas derrotas eleitorais dos partidos socialistas e socialdemocratas. O autor percebe vários fatores que demonstram a evasão de seus apoiadores, tanto da parte das classes trabalhadoras – que passam a se comportar nas urnas com tendências mais liberal-conservadoras, ou que passaram a se dedicar à luta contra opressões que não eram abarcadas pela luta de classes – quanto pela perda do temor que as elites políticas nutriam por uma revolução proletária; dentre outros. Nota também que quanto maiores as rendas do indivíduo, menores são suas inclinações para buscar os serviços oferecidos pelo Estado do bem-estar, e passam a buscar alternativas privadas.

---

<sup>7</sup> “Communist and socialist parties were gaining ground, if not taking power, across much of Europe and even in the United States popular forces were agitating for widespread reforms and state interventions. There was, in this, a clear *political* threat to economic elites and ruling classes everywhere, both in the advanced capitalist countries (such as Italy, France, Spain, and Portugal) and in many developing countries (such as Chile, Mexico, and Argentina).” (*idem*, p. 15)

Mas o ponto central do autor, que justificaria o abandono do Estado do bem-estar social, não seria totalmente relativo à apenas uma questão econômica ou política, mas sim a “um padrão interpretativo que encerra uma profunda falta de fé nas políticas sociais como “bens públicos” e que tende a destrinchar tais políticas em termos de ganhos ou perdas, exploração, possibilidade de “aproveitar-se do Estado do bem-estar, redistribuição, etc.”. (*idem*, p. 308)

Offe critica ainda a abordagem que julgaria as elites como responsáveis por “solapar e desorganizar grandes coletividades” e incentivar cidadãos e eleitores a adotar uma perspectiva socialmente estreita e míope na definição de suas próprias diferenças (p. 304). Parece-me importante ressaltar que estas elites vêm, nas mudanças que estavam em curso na sociedade, uma oportunidade para construir seu projeto. Neste sentido, duas afirmações feitas pela ex-Primeira Ministra britânica, Margaret Thatcher, levam-nos a crer que a percepção de Harvey sobre o projeto político de restabelecer o poder às elites econômicas possa estar correta. A primeira, em que ela afirma não haver sociedade “apenas homens e mulheres individuais”, e a segunda, que abre esta seção, em que sustenta que a “economia é o método, mas o objetivo é mudar a alma”, evidenciando que no projeto que se põe em curso naquele momento trata-se realmente de incitar uma mudança de pensamento e comportamento ao nível do indivíduo.

Ainda que a franqueza da fala da ex-Primeira Ministra britânica cause um certo incômodo, é preciso reconhecer que as mudanças que sucederam ao seu mandato, e que se espalharam globalmente, estão contidas ainda enquanto sementes nas duas falas citadas. Seria necessário espalhar o individualismo por todas as esferas da vida do ser-humano, enredá-lo no consumo e nas teias do mercado, minar sua estabilidade e segurança. Parece-nos que o neoliberalismo que se implanta naquele momento segue uma verdadeira tática de guerra: dividir para conquistar. Paradoxalmente, para implantar o seu projeto, as elites econômicas se uniram e conseguiram fazer do neoliberalismo a prática hegemônica no mundo globalizado.

Este processo que ganhou corpo no final dos anos 1970 nos Estados Unidos e no Reino Unido, e começa a ser aplicado ainda em parte dos anos 1980, chega com um atraso de quase uma década no Brasil. Isto se deve em parte pelo fato de estarmos ainda nos anos 1980 sob um governo ditatorial militar ufanista, ou que pelo menos se demonstrava como tal. Todavia, em um momento em que o livre mercado se torna a lei máxima a ser seguida pelos países centrais do capitalismo, e que passam a se lançar no processo de globalização, não há mais espaço para nacionalismos. Segundo Druck (1999, p.23), o Consenso de Washington é o meio pelo qual as

grandes entidades financeiras mundiais expressaram suas proposições para ajustar os países periféricos à reestruturação produtiva e reordenamento dos mercados no plano internacional: a) estabilização da economia; b) reformas estruturais com redução do Estado; c) abertura da economia para investimentos internacionais. Neste sentido, é necessário que haja condições democráticas no plano político, “sendo indispensável, a realização de alianças políticas que, com representação significativa nos Parlamentos, possam garantir a sustentação institucional dos ajustes a serem feitos” (Fiori *apud* Druck, 1999, p. 23). A autora conclui que

Nos dias atuais não é mais necessária a repressão do Estado na forma de governos militares, como foi a estratégia utilizada nos anos 60/70 para quase toda a América Latina. Hoje a deteriorização das condições materiais de vida – com a drástica redução dos meios de sobrevivência, através do acesso cada vez mais limitado ao mercado de trabalho, ou através da multiplicação de formas precárias de trabalho, com rendimentos alviantes – cria condições para um quadro de miséria absoluta cada vez mais intensa, potencializando as mais diversas formas de violência social. (*idem*, p. 24).

No Brasil é possível constatar a aplicação irrestrita da cartilha neoliberal entre as décadas de 1980 e 1990. O movimento das “Diretas Já” e a construção da Constituição Federal de 1988 encerram o período ditatorial militar brasileiro. O discurso pela privatização das estatais já existia durante o governo do presidente José Sarney, mas é durante o governo de Fernando Collor de Melo que este discurso toma corpo e se transforma no Programa Nacional de Desestatização. É também no governo Collor que acontece a abertura do mercado brasileiro. É durante o governo de seu sucessor, Itamar Franco, junto ao então Ministro da Fazenda e futuro presidente da república Fernando Henrique Cardoso, que ocorre a venda da CSN e entra em vigor o Plano Real, que, em princípio, funcionava através da equiparação cambial da moeda ao dólar, tal qual defendida pelo Consenso de Washington. Assim, os preceitos defendidos por entidades como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para consolidar a reestruturação dos mercados capitalistas no sul global, são postos em marcha no Brasil.

A reestruturação econômica que começou nos países de capitalismo avançado há quase quarenta anos afetou Volta Redonda diretamente. Em primeiro lugar, a cidade, que se desenvolveu atrelada à indústria siderúrgica, faz parte do circuito global de *commodities*, e sua economia está sujeita às variações do mercado internacional. Em segundo lugar, a aplicação dos ditames neoliberais, levaram à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, maior

empregadora da cidade que desde sua venda vem progressivamente reduzindo seu quadro de funcionários e encerrando postos de trabalho.

Quando foi incluída no programa federal de desestatização, a Companhia Siderúrgica Nacional iniciou um processo que foi chamado de “saneamento” da empresa. Este saneamento consistiu na demissão de grandes números de funcionários – dos quase 25 mil trabalhadores da empresa em 1989, apenas 15.750 funcionários continuavam empregados em 1993; em 1997, este número cai para 11.440. Entretanto, a demissão de trabalhadores continua sendo prática recorrente da empresa, e a ameaça de demissão continua sendo o discurso adotado pela empresa para atingir seus objetivos.

De acordo com as lideranças sindicais e de movimentos sociais<sup>51</sup>, em carta aberta<sup>52</sup> à população de Volta Redonda, no final de 2015, a CSN ameaça a demissão de três mil funcionários da empresa, devido à falta de lucratividade da mesma, a não ser que direitos conquistados pelos metalúrgicos fossem revistos.

Um dos objetivos da empresa é pôr fim ao turno de 6 horas, conquista histórica da greve de 1988 com a morte de três trabalhadores, e ainda quer a suspensão imediata do pagamento do adicional de 70% do abono de férias; implantação do banco de horas para os empregados de Volta Redonda e Porto Real; a suspensão imediata do pagamento do adicional de horas extras e hora noturna acima da prevista pela CLT; suspensão temporária do pagamento do abono de hora noturna; suspensão temporária do abono pecuniário; aumentar em 25% a participação dos empregados no fator moderador dos planos de saúde e odontológicos; retorno da participação dos empregados no cartão alimentação em 10%; acúmulo de funções aos funcionários, entre outras propostas de retiradas de direitos

Quando a nossa empresa foi privatizada, Steinbruch levou a CSN com preço de banana, comprando por um valor 30 vezes menor que o valor real. Com isso, levou também a

<sup>51</sup> Assinam a carta *Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Sindicato dos Engenheiros, Sindicato da Construção Civil, Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, Pastoral Operária, CUT, Força Sindical, Conlutas, CTB, PT, PCdoB, PCB, PSTU, PSOL, Sindicato do Funcionalismo Público, Sinpro, Sepe, Associações de Moradores, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Unidade Classista (UC), Juventude Revolução (JR), Levante Popular da Juventude, Comitê de Luta Classista (CLC), Oposição Metalúrgica do Sul Fluminense, Movimento Fé e Política, Diretório Central dos Estudantes do UBM (DCE-UBM), Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ICMBIO, Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC), Pastoral da Saúde, Conselho Comunitário de Segurança, CEDIR, OAB-VR, Associação de Economia Solidária (AESP), Associação dos Jornalistas do Sul Fluminense, Comissão de Justiça e Paz de Volta Redonda, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, CEBI, Associação de Mulheres Bethé Lobo, Movimento Ética na Política (MEP), Associação Mulher Cidadania Ambiente e Economia Solidária, Comissão Ambiental Sul, Fórum da Negritude do Sul Fluminense, Aposentados de Volta Redonda*

<sup>52</sup> Carta aberta à população de Volta Redonda; Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2016-01-09/csn-inicia-processo-de-demissoes-em-massa-na-empresa-em-volta-redonda.html>. Acesso em fev. 2016.



Cicuta<sup>53</sup> e 25% das terras urbanas de Volta Redonda. O que seria melhor pra nossa cidade? Que a CSN continuasse estatal ou fosse doada para Benjamin Steinbruch numa “promoção irrecusável: compre a empresa e leve a metade da cidade”. O que sabemos é: desde a sua privatização a CSN vem ceifando empregos, cada vez mais e mais na nossa cidade e na região, tudo em nome do lucro! Dando aos seus empregados um dos piores salários do setor siderúrgico e chantageando, sempre que pode todos os seus funcionários como agora faz com a promessa de demissão. A estimativa de 3000 trabalhadores na rua atinge aproximadamente 12.000 pessoas diretamente. Atinge o comércio, atinge serviços públicos, como educação e saúde da nossa cidade e região. A luta não é apenas dos metalúrgicos. É uma luta de toda a cidade. De toda a região Sul Fluminense.

Entretanto, o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense anunciou, na segunda metade de janeiro de 2016, que, apesar de setecentas demissões já terem sido efetivadas, a Companhia Siderúrgica Nacional interrompeu a onda de demissões anunciada. Porém, ainda que interrompida, segundo Julio Soares, integrante da central sindical CSP-Conlutas, cerca de 1500 demissões foram efetivadas no ano de 2016, e entre elas, de funcionários com mais de vinte anos de experiência. Devemos levar em consideração que Benjamin Steinbruch, presidente da CSN e 1º. Vice Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, advoga fortemente em prol da flexibilização das leis trabalhistas<sup>54</sup>, que garantem a estabilidade do trabalhador, ao mesmo tempo que retrocede os direitos conquistados pelos trabalhadores.

O panorama se completa ao adicionarmos à equação alguns dados sobre o setor de siderurgia no Brasil, onde 40% dos trabalhadores possuem entre 18 e 29 anos e a média de tempo no emprego de 35,9% dos trabalhadores neste setor é de apenas 1 ano, representando uma alta rotatividade<sup>55</sup>. Em entrevista à página Brasil de Fato no ano de 2017<sup>56</sup>, o diretor de siderurgia da CSN, Márcio Lins, informa que cerca de 60% dos trabalhadores da siderúrgica possui menos de três anos de experiência na CSN, e que a empresa acelerou seu ritmo de produção: “Tivemos uma entrada de novos empregados, trabalhando em ritmo maior do que estavam acostumados a fazer”.

---

<sup>53</sup> Reserva florestal de mata nativa que se encontra dentro da Fazenda Santa Cecília, que dá o nome ao bairro Vila Santa Cecília, que foi incluído no rol de bens vendidos na privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. A área em questão conta com estrutura semelhante a de um parque, com estradas internas, e cujo acesso e visitação eram liberados. Todavia, ainda na década de 2000, o acesso público a esta floresta urbana foi interrompido pela CSN.

<sup>54</sup> Steinbruch, quando era presidente da FIESP, concede entrevista à Fernando Rodrigues, oportunidade em que defende veementemente a flexibilização das leis trabalhistas. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYoWUJ2j6U0>)

<sup>55</sup> Fonte: programa “Brasil Metal: A Indústria Siderúrgica”. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLiQ4yOLewY>).

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/19/funcionarios-denunciam-perseguiçao-da-csn-em-volta-redonda-no-rj/>. Acesso em janeiro/2018

E, entre tantas demissões de funcionários experientes, o número de acidentes ocorridos dentro da Usina Presidente Vargas aumentou: em 2014 ocorreram 194 acidentes; em 2015 foram 197; e em 2016 o número salta para 260 acidentes ocorridos entre janeiro e novembro daquele ano, entre os quais um acidente levou quatro pessoas a óbito<sup>57</sup>. Pude conversar, em ocasiões diferentes, com três funcionários do setor de aciaria da Companhia Siderúrgica Nacional, e todos eles afirmaram que os pequenos acidentes são corriqueiros, e aqueles que levam à morte não são incomuns. Dos três trabalhadores com quem pude conversar, um deles quase perdeu o dedo em um acidente de trabalho, enquanto outro perdeu 35% da audição devido à poluição sonora. Este último informante me concedeu um relato importante sobre como é o trabalho na empresa. O trabalhador também é filho de um ex-operário da CSN, e informa que seu pai se tornou leucopênico<sup>58</sup> devido ao trabalho na siderúrgica, mas não se aposentou nem foi indenizado pela doença adquirida no local de trabalho. Ele informa também que, quando ocorrem as vistorias sobre a poluição sonora na usina, óleo é aplicado no maquinário para diminuir o som. O informante diz que faz o trabalho de outros 2 ou 3 trabalhadores que foram demitidos, avaliando que seu trabalho se tornou pior após a aprovação do aumento dos turnos, que passaram de 6 para 8 horas de trabalho. Insatisfeito com as condições cada vez mais precárias e perigosas, o operário estava procurando trabalho em outro lugar mas, devido à crise que ainda assola o país, não obtivera sucesso. Por isso, entre seus turnos e em seus horários de folga, o operário se ocupa em uma segunda jornada como motorista de Uber.

Para compreendermos as mudanças que tomaram corpo nas últimas décadas, não apenas em Volta Redonda, mas no Brasil de forma geral, é necessário elucidar os termos pelos quais a questão do trabalho se construiu no período pós-1945, associando-o com a questão do trabalho informal e as mutações sofridas desde a década de 1980.

---

<sup>57</sup> Fonte: Brasil de Fato. (Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/19/funcionarios-denunciam-perseguido-da-csn-em-volta-redonda-no-rj/>. Acesso em janeiro/2018)

<sup>58</sup> Leucopenia é uma doença provocada através do envenenamento por benzeno, e ataca o sistema imunológico, reduzindo gravemente o número de glóbulos brancos no sangue do paciente. O envenenamento por benzeno só é reconhecido como causa da leucopenia nos casos de trabalhadores das siderúrgicas nos anos 1980. (Leite Lopes, 2004)

### 3.3 Mutações no mundo do trabalho

No período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, diante da expansão do comunismo soviético, o capitalismo ocidental desenvolveu formas de garantia e segurança do trabalho nos termos da cidadania industrial. Standing (2015) enumera 7 destes mecanismos construídos no pós-guerra: (1) garantia de mercado de trabalho, relativo a “oportunidades adequadas de renda-salário [...] realçado por um compromisso governamental de pleno emprego”; (2) garantia de vínculo empregatício, tratando da “proteção contra dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão, imposição de custos aos empregadores por não aderirem às regras” e etc.; (3) segurança no emprego, que versa sobre a “capacidade e oportunidade para manter um nicho no emprego, além de barreiras para diluição de habilidade, e oportunidades de mobilidade “ascendente” em termos de status e renda”; (4) segurança no trabalho, naquilo que toca a “proteção contra acidentes e doenças no trabalho”; (5) garantia de reprodução de habilidade, que refere-se à “oportunidade de adquirir habilidades” em estágios, treinamentos, e assim por diante; (6) segurança de renda, que garante “renda adequada e estável”, gozando de mecanismos como salário mínimo e previdência social abrangente; e (7) garantia de representação, que permite ao trabalhador “possuir voz coletiva no mercado de trabalho” através de sindicatos e direito de greve (p. 28).

Ainda que estas formas desenvolvidas pelos países centrais do capitalismo não tenham sido aplicadas em todos os seus termos nos países ditos periféricos (como no caso do Brasil), havia a promessa de inclusão paulatina de seus habitantes nos moldes da cidadania industrial. Dessa forma, o trabalho industrial, formal e de renda estável, eram vistos como regra, e aquilo que não configurava esta regra – especialmente no que toca à rede dos trabalhadores urbanos na informalidade – era visto como um degrau de transição, que seria eventualmente superado através da expansão da cidadania industrial. Nestes tempos, as ideias de urbanização, industrialização, assalariamento e pleno emprego eram vistas como uma meta plenamente viável, e baseadas numa tendência real (MACHADO DA SILVA, 2002). Entretanto, todos esses mecanismos foram postos em cheque com a justificativa de necessidade de flexibilização do mercado de trabalho. Para Standing, a perspectiva que os neoliberais apresentavam era a de que

A menos que os mercados de trabalho se flexibilizassem, os custos trabalhistas aumentariam e as corporações transfeririam a produção e o investimento para locais

onde os custos fossem mais baixos; o capital financeiro seria investido nesses países, em vez de ser investido “em casa”. [...] Em essência, a flexibilidade defendida pelos impetuosos economistas neoclássicos significava, sistematicamente, tornar os funcionários mais inseguros, o que afirmavam ser um preço necessário para a manutenção do investimento e dos empregos. (2015, p. 22).

Antunes (2003), em seu ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho, se dedica a observar as mudanças ocorridas na passagem do fordismo para um regime de acumulação flexível. Neste sentido, ele cita a tese desenvolvida por Harvey (1992), que reconhece a articulação do fordismo com processos flexíveis, e que ainda mantém 3 características essenciais do modo de produção do capitalismo: a acumulação flexível é voltada para o crescimento; se baseia na exploração do trabalho; possui uma dinâmica tecnológica e organizacional. E, de fato, o desenvolvimento tecnológico ocorrido nos anos 1980 – cujo salto de desenvolvimento é sempre mencionado pelos autores que se debruçam sobre este momento - gerou excedentes de mão de obra, e levou o desemprego estrutural a altos níveis.

Dentre as diferentes experiências de acumulação flexível ocorridas, a que mais se destacou e causou impacto nas mudanças do mundo trabalho é a do *modelo japonês* ou *toyotismo*. São identificadas 4 fases na formação do *toyotismo*: a necessidade do trabalhador operar diferentes maquinários simultaneamente; a necessidade de aumentar a produção sem aumentar o número de trabalhadores, como resposta à crise financeira; o desenvolvimento das técnicas de *kanban* (sistema de informações dos vários estágios de produção e de estoques); a expansão do *kanban* para empresas fornecedoras e contratadas (CORIAT *apud* ANTUNES, 2003, pp. 31-32). Uma importante característica deste modelo é a organização do trabalho baseada em grupos de trabalhadores, que desempenham trabalhos variados, e são avaliados (e recebem benefícios por seus resultados) como equipe, e não individualmente. Ainda, para o pleno desenvolvimento do modelo japonês, foi necessário dismantelar o sindicalismo combativo que, uma vez desestruturado, é substituído por um sindicalismo de empresa.

Combinando repressão com cooptação, o *sindicalismo de empresa* teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade. (*idem*, p. 33)

Druck (1999) lembra que a terceirização não se ausenta do toyotismo, e tampouco são excluídas as mulheres, tratando-se de “parte integrante e indispensável do modelo japonês” manter o trabalho precarizado como uma das formas de sustentação do trabalho estável e

qualificado das grandes corporações. “A subcontratação aparece não só no plano econômico como forma de redução de custos, mas também como estratégia política, à medida que institui um amplo segmento de trabalhadores de “segunda categoria”, que se distanciam dos de “primeira categoria”, explica a autora (p. 97).

Com a expansão das formas de trabalho pós-fordistas e mais concatenados com a ideologia neoliberal, em especial o modelo japonês, a experiência do trabalho muda fortemente. Dessa forma, a classe trabalhadora mais vulnerável, e sem mais contar com a base de apoio político do Estado do bem-estar, passa a ser cerceada rapidamente. De fato, os efeitos do neoliberalismo aplicado ao mercado de trabalho passam a ser rapidamente sentidos, e já no final da década de 1990, o cenário do mundo do trabalho estava alterado. Druck ainda observa que:

Neste final de século constata-se uma radicalização dos processos de *concentração e centralização de capitais*, com o crescimento dos oligopólios, a intensificação das fusões e incorporações de empresas, assim como simultaneamente se difundem as micro, pequenas e médias empresas, com a formação de redes de subcontratação e terceirização – exemplos claros *da dispersão de capitais*. (1999, p. 16)

As redes de subcontratação e terceirização que a autora menciona fazem parte da precarização sistemática a qual os trabalhadores passam a ser submetidos, influenciando, em especial, a geração de jovens trabalhadores que passam a integrar o mercado de trabalho nos anos de hegemonia neoliberal consolidada. A precarização do trabalho, alimentada por trajetórias de trabalho fragmentadas que conjugam períodos de trabalho e não-trabalho, destruíram a sensação de segurança das classes trabalhadoras, gerando a impossibilidade de se planejar o futuro, aprisionando-as em celas individuais, cujas barras são formadas pela insegurança que as obrigam apenas a gerir as urgências do momento.

As trajetórias profissionais fragmentadas e a gestão dessas urgências, que Telles e Cabanes (2006) apresentam, estão intimamente ligadas à necessidade de limitação da socialização do trabalho e à construção de sujeitos coletivos apresentadas por Druck (1999). As experiências de trabalho estável, prolongadas, geram relações significativas entre trabalhadores que passam a agir coletivamente. Acabar com a força das uniões de trabalhadores era justamente uma das necessidades do neoliberalismo e, sendo assim, é possível perceber que a sensação de insegurança com relação ao futuro e a “gestão das urgências do momento” são justamente os efeitos esperados para garantir a existência do sistema capitalista em crise durante o fim da

década de 1960 e durante a década de 1970. Os trabalhadores são, enfim, divididos e conquistados.

[...] a autonomização dos mercados em tempos de financeirização da economia e revolução tecnológica desfaz a sociabilidade plasmada no trabalho, ao mesmo tempo em que retira autonomia do Estado - “o Estado se funcionaliza como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital”, diz Chico de Oliveira. Quanto às políticas sociais, desconectadas (e impotentes para tanto) de um projeto de mudar a distribuição de renda, “transformam-se em antipolíticas de funcionalização da pobreza”. O que antes era percebido como exceção, singularidade de um movimento histórico, que esperava-se, haveria de alcançar algum patamar de normalidade, transforma-se em regra – as desigualdades abissais, a pobreza urbana, o desemprego, o “trabalho sem forma” das multidões de ambulantes que ocupam os espaços da cidade, bem, tudo isso está aí para ficar. É a “administração da exceção”, diz Chico de Oliveira e um artigo que leva o título “O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção”. (TELLES e CABANES, 2006, p. 42)

A explicação que Telles e Cabanes nos trazem, citando Francisco de Oliveira (2003), é bastante elucidativa sobre a forma como o trabalho formal deixa de ser a regra, ao menos almejada pelos trabalhadores e prometida pelo Estado, e passa a ser a exceção. Segundo Machado da Silva (2002, p. 92), “na medida em que as bases do processo produtivo estão postas em questão, ficam abalados os pressupostos que fundamentavam o entendimento da relação salarial como típica forma organizada de produção de riqueza”. Enquanto isso, as formas atípicas de trabalho (informal, instável) deixam de ser vistas apenas como “sobrevivências” ou “variações”; “a informalidade se universaliza, mas agora torna-se sinônimo de “flexibilização” ou “desregulação”, quando não simplesmente de “clandestinidade”.

A presença da informalidade na economia dos países ditos de “terceiro mundo” chamou a atenção de DeSoto em uma análise sobre o funcionamento do capitalismo nos países do antigo bloco comunista assim como nos “subdesenvolvidos”. Em uma rica revisão bibliográfica sobre o tema, integrante da sua tese de doutoramento, Rodrigues (2018) revela que no pensamento de DeSoto, uma tradição mercantilista, presente nos países ditos de “Terceiro Mundo” (baseada em um direito redistributivista – que, por sua vez, leva a uma hipertrofia da burocracia do Poder Executivo), ao invés da economia de mercado capitalista (baseada na competitividade, eficiência e tecnologia) “que faz os países do Terceiro Mundo permanecerem subdesenvolvidos, sem a capacidade de gerar capital” (p. 275). O segredo da geração de capital estaria na propriedade privada: “O que permite fixar o pontecial ativo e movimentá-lo de modo a produzir mais-valia

(trabalho adicional) é precisamente um sistema formal de propriedade” (p. 276), que traria segurança legal e permitiria a exploração dos ativos que produzem. De forma contrária:

As nações do Terceiro Mundo e do extinto bloco comunista [...] em sua maioria estão subcapitalizadas, do mesmo modo que uma empresa está subcapitalizada quando emite valores menores que sua renda e seus ativos justificariam. As empresas dos pobres se parecem muito com as corporações que não podem emitir ações ou apólices para a obtenção de novos investimentos e financiamentos. Sem representações, seus ativos são capital morto. (DESOTO *apud* Rodrigues, 2018, p. 278)

Desta forma, DeSoto trata da defesa de que todo este sistema de propriedades “subutilizado” seja disponibilizado, através de sua regularização, ao grande capital. Desta forma, o empreendedorismo das classes populares, contrastando com o trabalho informal, permitiria a sua participação no mercado, refletiria na geração de mais postos de trabalho e garantiria superação do subdesenvolvimento econômico. Todavia, ao mesmo tempo em que defende a ampliação da disponibilidade da propriedade privada legal, DeSoto defende que a rigidez da legislação trabalhista é um impeditivo para a criação de postos de trabalho formais. Deve-se, contudo, pensar nas consequências que o conjunto de propostas derivadas desta análise podem acarretar: ao mesmo tempo em que há possibilidade de inserção no mercado de capitais ocorrer através da disponibilidade legal da propriedade privada; não se deve ignorar que esta também pode resultar em um aumento da concentração de riqueza e criação de monopólios, favorecendo aqueles que, já dispendo de bens suficientes, podem suportar melhor as oscilações do mercado capitalista; em detrimento daqueles que, por exemplo, possuem apenas sua casa ou seu pequeno negócio como garantia para a solvência de suas obrigações. Conforme Schaefer (*apud* Roy, 2005) percebe, o acesso ao crédito e a legalização da propriedade nas mãos dos pobres urbanos, não se trata de transferir a riqueza, mas sim de transformá-la em riqueza líquida (p. 152).

Ainda, apesar da questão de criação de empregos estar sempre na pauta para justificar perdas de direitos trabalhistas, esta sempre se encontra no plano futuro: argumenta-se que políticas que focam em geração da riqueza, e não em sua distribuição, seriam suficientes para trazer benefícios para todos os setores da sociedade. Segundo Roy (2005), para o plano imediato, são recicladas as ideias de uma era anterior que enfatiza a ideia do “empreendedorismo heróico” - os “casos de sucesso” de pessoas que, sem contar com recursos ou capitais conseguem criar grandes negócios que lhes confere estabilidade e independência financeira – e transferem, ainda

mais, para o nível individual as consequências dos dissabores da economia de mercado.<sup>8</sup> É como se o empreendedorismo se tornasse a única solução plausível para o imenso número de desempregados vitimados pelo mercado globalizado.

### 3.4 Empreendedorismo no mundo do trabalho

Empreender é a palavra do momento, nestes tempos em que o desemprego faz milhões de vítimas por todas as partes do país. Desde a década de 1980, percebe-se a proliferação de “produtos e gurus” do mercado de conselhos profissionais, quando o empreendedorismo se torna um movimento mundo afora, ora se apresentando como um renascimento do “pequeno negócio”, ora como inovação e mudança (COLBARI, 2004). O surgimento deste movimento surge concomitantemente à reestruturação econômica promovida pela flexibilização da produção e do mercado de trabalho. Revistas, *reality shows*, livros de autoajuda, *workshops*, palestras, histórias de sucesso, gurus em programas de televisão, além de canais, páginas e fóruns na internet, e tantas outras mídias se dedicam a propagar e discutir as ideias relacionadas ao empreendedorismo.

Em um período histórico que a instabilidade de emprego e os riscos da abertura de um negócio assombram grande parte da população, as histórias de sucesso vêm contar casos de ascensão social, realização pessoal e profissional. O sucesso desses indivíduos não se deve a fatores econômicos, mas às suas qualidades pessoais, seu caráter, sendo que o sucesso financeiro é a consequência ou a recompensa pelas suas boas ações. (SILVEIRA LEITE e MELO; 2008, p. 43)

O surgimento deste movimento e a sua disseminação através de diferentes mídias desde as décadas de 1980 e 1990, criaram as bases de sustentação para uma ideia que se tornou firme no senso comum. Neste entendimento, surge a metáfora do indivíduo enquanto empresa, em que cada pessoa possui a obrigação moral de investir em si próprio e gerir seu próprio capital – uma dimensão da mercantilização da vida, que marca a transição da pessoa física para pessoa jurídica. Além disso, os argumentos apresentados pela “indústria” do empreendedorismo, através de seus gurus e *coaches*, são bastante sedutores para as massas de trabalhadores desencantados ou

---

<sup>8</sup> “In the 1990's, the harsh rhetoric of austerity and privatization gave way to a new generation of poverty alleviation programs that recycled the populist ideas of an earlier era: self-help housing, microenterprises, community initiatives. (...) they emphasize the moral capacity of the poor. De Soto's trope of the Third World poors “heroic entrepreneurs” can be seen as the mirror image of American discourses about the “dependent” poor. The latter diagnoses poverty as the absence of work ethic; the former poses the solution of entrepreneurship facilitated through participation in the market”(ROY, 2005, p. 150)



desempregados, nestes tempos de flexibilização e instabilidade de renda. Tais ideias, apresentadas através dos casos de sucesso e frases simples, tocam sempre na insatisfação dos trabalhadores - “seja seu próprio patrão”, “como ter uma ideia de um milhão de dólares”, ou “faça o que gosta e nunca mais terá que trabalhar” são alguns exemplos de como o discurso sobre “empreender” obteve adesão e foi incorporado no vocabulário das população. Em uma pesquisa realizada entre executivos de empresas transnacionais, López-Ruiz (*apud* SILVEIRA LEITE E MELO, 2008) defende a tese de que o *ethos* deste grupo está se tornando cada vez mais o *ethos* da sociedade. Neste sentido, a “mudança na alma”, como exposta por Thatcher, segue seu curso.

Ao mesmo tempo, a descrença no paradigma de trabalho formal, assalariado e estável, é resultante da busca infrutífera de adultos e jovens adultos pelo acesso à este mercado de trabalho. Dessa forma, a disseminação do discurso empreendedor e casos de sucesso aparecem como uma expressão do “reencantamento” destes trabalhadores (MARTELLI *apud* SILVEIRA LEITE E MELO, 2008). Neste sentido, Ana e Samantha, informantes-chave de Volta Redonda, filhas de ex-operários da Companhia Siderúrgica Nacional, expressam a seguintes ideias:

*(Volta Redonda)*<sup>59</sup> Não é um lugar ruim de se viver, mas você não tem escolhas de trabalho. Você não tem opção. De nada. Zero oportunidades.

[...]

As pessoas trabalham na CSN por necessidade, e não por opção.

(Ana, professora, 36 anos)

Acredito que Volta Redonda não oferece oportunidades boas. Eu não sei como as pessoas conseguem. Quando você acha algum emprego que seja do seu perfil, o salário é baixo e o trabalho pesado.

[...]

Nunca tive vontade de trabalhar na CSN. É uma empresa que só ferra com o ambiente e não é uma empresa que eu admiro. E eu já ouvi falar que é um lugar onde as pessoas gritam umas com as outras e não é um ambiente legal para trabalhar.

(Samantha, profissional de recursos humanos, 35 anos)

Na ocasião da entrevista, Ana, que trabalhava como professora de inglês em um curso livre, afirmou que aquele não era um emprego para a vida inteira. Samantha por sua vez disse estar cansada de trabalhar para empresas devido à instabilidade, e concluiu que a instabilidade provoca uma competitividade agressiva entre os funcionários de uma empresa, em que um almeja a vaga do outro. Este desencantamento com o mercado de trabalho formal leva as informantes a buscarem alternativas externas a ele: ainda que não tenham se arriscado a montar um negócio,

---

<sup>59</sup> N.A.: Adição minha.

ambas expressaram a vontade de empreender como uma possibilidade de conseguir independência e estabilidade financeira.

Florence Weber (2009), em uma pesquisa realizada em Montbard, França, analisou as formas que o trabalho paralelo, em simultaneidade com o trabalho formal/industrial, se expressou nesta localidade durante os anos 1980. Neste sentido, a autora realiza uma oposição entre atividade mercantil e não mercantil, destacando, nesta última, aquilo que chama de trabalho *a bricole*, caracterizado por pequenas atividades não especializadas, que evoca um sistema de trocas, favores e doações; assim como opõe trabalho assalariado ao independente, destacando, neste último, as atividades agrícola, comercial, e a construção em pequena escala (pp. 117, 118). Dentre as causas que levam à iniciativa independente do operário, a autora cita a tentativa do abandono do assalariamento (p. 139). O sonho de trabalhar para si, transmutando uma atividade paralela para atividade central que garante a independência salarial, se demonstra comum entre parte dos trabalhadores assalariados.

Entretanto, nos casos estudados nesta dissertação, a impossibilidade de dependência salarial se deu menos através da ação volitiva das partes, e mais como consequência do acaso ou de políticas de gestão/econômicas da siderúrgica. O trabalho paralelo, por conta própria e informal, quando o trabalhador precisa *se virar* para prover o sustento dos seus, fez parte do núcleo familiar tanto de Ana quanto de Samantha. Na família de Ana, seu pai fazia *bicos* de pedreiro, e sua mãe costurava *para fora*, mesmo quando seu pai ainda era funcionário da Companhia Siderúrgica Nacional; enquanto na família de Samantha realizava esforço conjunto – mãe, pai, ela mesma e sua irmã faziam parte do processo de produção caseiro de doces e salgados que eram vendidos de porta em porta e nas saídas de colégios. E também, tanto a família de Ana quanto a família de Samantha, viram este trabalho “informal” tornar-se a renda principal de seu núcleo familiar quando a renda estável do trabalho na siderúrgica já não existia mais, pela ocasião do desemprego (no caso do pai de Ana), ou de doença e óbito (no caso do pai de Samantha).

A viração não é algo novo para as famílias de trabalhadores urbanos brasileiras, mas sim um dispositivo acionado regularmente quando desemprego e tempos de crise fazem com que a renda familiar seja insuficiente para satisfazer as necessidades básicas para a sobrevivência do ser-humano. Carlos Freire da Silva (2011) entende a viração como mobilidade lateral entre uma série de atividades que são marcadas pela instabilidade e pela inconstância. “É um tipo de trabalho que depende do “fazer acontecer” a cada dia, mas está envolvido em processos mais

amplos de produção e circulação de riquezas e gera excedentes para quem controla os momentos estratégicos desses processos” (pp. 59, 60).

Através das informações concedidas pelas filhas de ex-operários – mais especificamente sobre o desencanto e a vontade que expressaram em “empreender” - compreendo aquilo que Machado da Silva (2002) buscou informar, ao perceber que “o papel mediador que o ‘quase-conceito’ de informalidade desempenhou está decididamente esgotado, e que ele foi – ou está sendo – substituído por outro, o par ‘empregabilidade/empreendedorismo’” que por sua vez aponta para as novas formas de exploração do sistema capitalista.

Entretanto, deve ser ressaltado que, ao contrário do investimento crítico que representou o desenvolvimento da noção de informalidade como elemento significativo da compreensão do mundo social durante sua longa vigência, o par “empregabilidade/empreendedorismo” adquire sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se preferir um termo mais agressivo, de “domesticação”) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco, e à insegurança, que pareciam em vias de eliminação durante “os trinta anos gloriosos”. (*idem*, p. 101)

Todavia, a definição do que significa empreender ou “ser” empreendedor varia tanto quanto as vias pelas quais se prolifera seu discurso. Segundo Hisrich e Peters (2002) o termo *entrepreneur*, empreendedor, deriva da língua francesa, cujo significado literal é “aquele que está entre” ou simplesmente “intermediário”; na Idade Média, o termo foi empregado para designar o participante e pessoa encarregada de projetos de produção em grande escala (como a pessoa encarregada de grandes obras arquitetônicas); no século XVII a palavra empreendedor passou a designar a pessoa que ingressa em uma relação contratual com o governo para a prestação de serviços ou fornecimento de produtos, cujos lucros ou prejuízos ficavam à seu encargo, surgindo então a noção de que o empreendedor é aquele que “opera com o risco”. Várias outras definições sobre o empreendedorismo foram desenvolvidas durante o século XX e XXI; contudo,

Em quase todas as definições de empreendedorismo, há um consenso de que estamos falando de uma espécie de comportamento que inclui: (1) tomar iniciativa; (2) organizar e reorganizar mecanismos sociais e econômicos a fim de transformar recursos e situações para proveito prático; (3) aceitar o risco ou fracasso (SHAPERO *apud* HISRICH e PETERS, 2002, p. 29).

Ainda que se busque uma determinação conceitual, não há um consenso formado sobre o que é o empreendedorismo. Múltiplos significados podem ser acessados, desde diferentes

concepções acadêmicas, elaborados pelos ramos da administração, economia e ciências sociais; até o significado que lhe é dado pelas pessoas de forma geral. Desta maneira, o conceito do empreendedorismo se torna totalizador, algo que se supõe saber, *a priori*, devido a ampla disseminação do tema na sociedade. Leite e Birman, ao refletirem sobre os sentidos que violência, segurança e empreendedorismo adquirem no Rio de Janeiro e em São Paulo, apontam para a necessidade de serem observadas as circunstâncias através das quais estes conceitos se preenchem de significado, evitando a tendência de totalização e de tomar a parte pelo todo.

Em outras palavras, consideramos que há um embaralhado que não cessa de se produzir quando, além de generalizar certas partes, remetendo-as para as categorias supostamente englobantes e autoexplicativas, como “violência”, “crime”, “tráfico e outras tantas, fazemos com que essas categorias transitem sem “pagar” qualquer “pedágio” entre Rio e São Paulo, entre momentos históricos distintos e contextos locais variados. O “todo” se amplia e permite que se viaje não somente entre Rio e São Paulo, mas entre situações distintas nas duas cidades e em outras mais. (*idem*, 2018, Texto Submetido à Publicação)

Desta forma contextos diferentes, histórias diferentes em locais diferentes completam os sentidos daquilo que se supõe como conceito totalizante. Em uma análise sobre o empreendedorismo, as autoras exemplificam sobre a forma como o “agenciamento” é observado de forma distinta nas duas maiores cidades brasileiras.

A dinâmica do empreendedorismo, em São Paulo, parece-nos, no mínimo, ser mais residual. O que, para nós, sobressai nas pesquisas é, de um lado, a criação e o fomento do que seriam cooperativas de produtores – apresentadas pelos agenciadores como alternativas de geração de emprego e renda, e destinadas sobretudo a mulheres – como parte de um processo em que capitais desterritorializados se conectam com uma população territorializada na periferia e, assim, reinventam, em tempos de pós-fordismo, as formas de sua precarização para ampliar seus lucros tanto na produção quanto na circulação das mercadorias assim produzidas em mercados lícitos e ilícitos. [...] No Rio, ao contrário, o empreendedorismo, forte como ideologia, débil em sua atualização, nos parece fortemente configurado como parte dos dispositivos de tutela, gestão dos conflitos urbanos, e muito menos vinculado aos agenciamentos efetivamente realizados por médios ou grandes capitais. (*ibid*)

Nestes termos, se faz necessário elucidar como o empreendedorismo é disseminado e percebido na cidade, quais são os agenciamentos que ocorrem, e o discurso defendido que proporciona a adesão ao empreendedorismo que cada vez mais toma nuances de política pública para a geração de emprego e renda. As próximas linhas são dedicadas a relatar como o empreendedorismo toma força na antiga cidade do aço, hoje intitulada pela prefeitura como “cidade empreendedora” ou “cidade boa para viver e investir”.

### 3.5 Volta Redonda, cidade empreendedora

As duas comemorações do aniversário de Volta Redonda, que tive a oportunidade de participar – a primeira em 2016, e a segunda em 2017 – ilustram bem os rumos que a antiga cidade fordista tomou nos 25 anos após a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. O desemprego tornado estrutural na década de 1990 marca a transição da cidade industrial para a cidade do setor de serviços. E o discurso insistente do empreendedorismo como solução para os desempregados urbanos, assim como a grande quantidade de projetos criados pela prefeitura para desenvolver um “empreendedorismo popular” revela que esta é a alternativa pensada para a garantia de trabalho e renda.

O discurso que busca o desenvolvimento de um suposto *ethos* empreendedor na sociedade não é uma coisa tão recente assim. Entretanto, a ampla publicidade dada à conversão da “cidade do aço” em “cidade empreendedora” é um fenômeno recente. O empreendedorismo começou a aparecer em um crescendo vertiginoso nas primeiras incursões que realizei esparsamente em Volta Redonda, mais especificamente, na comemoração de aniversário de 63 anos da emancipação da cidade. No ano de 2017, as comemorações do aniversário da cidade, ocorreram nos dias 14, 15, 16 e 17 de Julho. Os eventos celebratórios foram descentralizados e ocorreram simultaneamente em diferentes pontos da Vila Santa Cecília: na Praça Brasil, no Memorial Zumbi e na Biblioteca Municipal. Apresentações de bandas e os *food-trucks* novamente faziam presença no evento, entretanto, o comparecimento maciço dos pequenos empreendedores locais marcou este evento.

De fato, o microempreendedorismo deu o tom desta comemoração: no vão da biblioteca acontecia a “Feira das Mina Preta”, onde mulheres negras empreendedoras expuseram seus produtos; enquanto, na sala de conferências, às 9 horas da manhã do dia 16 de Julho, ocorreu a palestra “Mulheres Negras e Empreendedorismo” - ambos eventos com patrocínio do Governo do Estado, Aneel e Light, e em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e uma ONG. Cada integrante da mesa, composta por diferentes mulheres de Volta Redonda, Barra Mansa, São Paulo e Rio de Janeiro, apresentou sua trajetória profissional – sempre marcada por um momento de frustração e dúvida, e solucionada através do empreendedorismo – para uma plateia cheia, repleta de mulheres e homens. Uma das organizadoras abriu o evento destacando a importância do

empreendedorismo para confrontar o desemprego e as recentes mudanças legislativas que regulamentam o mundo do trabalho.

A segunda integrante da mesa a ter a palavra, uma *life coach*<sup>60</sup> paulistana, fez uma colocação que marcou todos os discursos seguintes: “o seu maior produto é você”, convidando os empreendedores a se verem como a sua própria marca, e trazer os valores da administração empresarial para a gestão pessoal. É possível perceber, nesta afirmação, como se propaga a influência dos valores empresariais na gestão da vida pessoal do indivíduo. Neste caso, a pessoa física e pessoa jurídica (na figura do microempreendedor individual) se fundem, de forma que a última prevalece sobre a primeira na gestão do indivíduo. Impossível não remeter à fala da ex-Primeira Ministra britânica Margareth Thatcher, que abre este capítulo: viver como uma empresa e se ver como um produto é uma mudança na alma que utiliza a economia como método.

Nas definições elaboradas pelo ramo da administração de empresas, prepondera a visão dos empreendedores pessoas dispostas a assumir riscos tanto econômicos – ao usar capital em uma empresa cuja perspectiva de retorno lucrativo é incerta – quanto psicológicos – pois devem arcar com o peso da responsabilidade de gerir um empreendimento e tomar decisões que podem levar ao sucesso ou ao fracasso total. Dessa forma, é possível perceber que a iniciativa empreendedora não é uma tarefa fácil, e não se pode presumir que qualquer pessoa esteja predisposta a correr os riscos que um empreendimento pode acarretar. Porém, nas discussões sobre o empreendedorismo na cidade, não há ênfase a este aspecto de sua definição. Nos últimos anos no Brasil, o empreendedorismo deixou de ser considerado como uma alternativa para profissionais independentes e inovadores, e se tornou um discurso de Estado em consonância com empresas, como uma forma de governo, que o repetem em uníssono como caminho para os problemas do desemprego e distribuição de renda, inclusão social e produtiva.

Em Volta Redonda, não é diferente: a cidade possui muitos projetos na área de empreendedorismo, entre eles, os programas “Volta Redonda Além do Aço” e “Volta Redonda Cidade Boa Para Viver e Investir”, levaram à vitória do prefeito Samuca Silva no Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. Segundo as estimativas da prefeitura, o projeto “Volta Redonda, Cidade Boa para Viver e Investir” traz em seu saldo mil e duzentos novos microempreendedores individuais (doravante, MEI), 255 artesãos, 60 ambulantes com alvará, 956 ambulantes

---

<sup>60</sup> O termo, derivado do inglês, significa literalmente “treinador de vida”. O *coaching* é um fenômeno em expansão, integrante do “mercado de aconselhamento”, onde pessoas – especializadas ou não – oferecem conselhos sobre os mais variados âmbitos da vida, desde conselhos profissionais, nutricionais a conselhos espirituais.

cadastrados em processo de análise para alvará, 15 produtores de alimentos orgânicos, 260 feirantes e 197 MEIs que utilizam os boxes dos Mercados Populares em diferentes bairros da cidade. Ainda, a prefeitura municipal de Volta Redonda informa que beneficiou através do projeto “Volta Redonda Além do Aço” cerca de 3 mil pequenos negócios, com um crescimento de 14,61% no número de MEIs formalizados em comparação com 2016, e um crescimento de 11,76% na emissão de alvarás para MEIs.<sup>61</sup>

No que exatamente consistem os projetos vencedores do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, não está bem claro. Entretanto, é possível perceber que inúmeros projetos e eventos na área de empreendedorismo se espalharam através da cidade, assim como outras cidades do interior do estado do Rio de Janeiro, nas quais diferentes esferas – federal, estadual, municipal e iniciativa privada – agem conjuntamente. Eles vão desde projetos como o Ensino Profissionalizante de Empreendedorismo nas escolas de tempo integral (MEC/SEEDUC), ao Banco de Fomento VR (município/SEBRAE/AgeRio) que oferece microcrédito para atender MEIs e profissionais liberais<sup>62</sup>; a eventos que tomam conta do calendário da cidade, como o “Mês do MEI”<sup>63</sup>, em outubro de 2017, que ofereceu vinte cursos sobre microempreendedorismo, em parceria com o SEBRAE, nas áreas de beleza e estética, alimentos, comércio e artesanato; ou como a capacitação de mulheres sobre empreendedorismo, promovida pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Idosos e Direitos Humanos (SMIDH) de Volta Redonda em parceria com o SEBRAE<sup>64</sup>.

Também foi possível averiguar a atuação da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) na área de empreendedorismo. Um dos projetos teve o edital publicado em novembro de 2017. O Afro Rua, idealizado pelo coordenador do Memorial Zumbi junto à Secretaria Municipal de Cultura, busca oferecer espaço para o microempreendedorismo das pessoas negras em situação de “vulnerabilidade social” no bairro Vila Brasília, na periferia de Volta Redonda. Segundo Sid

<sup>61</sup> Fonte: Diário do Vale (Disponível em: <http://diariodovale.com.br/economia/prefeitura-faz-balanco-de-acoes-pelo-empreendedorismo/>. Acesso em Julho 2018)

<sup>62</sup> Segundo o coordenador do Banco, Nelson Kruschewsky, foram registradas, somente em janeiro de 2018, 785 pessoas que procuraram o banco, das quais 400 eram microempreendedores individuais e 269 eram artesãos que foram em busca de cadastramento em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura. (Fonte: Diário do Vale. Disponível em: <http://diariodovale.com.br/economia/banco-de-fomento-atende-cerca-de-800-pessoas-que-buscam-novos-negocios/>. Acesso em Fevereiro de 2018)

<sup>63</sup> Fonte: Site da Prefeitura de Volta Redonda. (Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/9-noticia-destaque/3199-comeca-mes-do-mei-em-volta-redonda> . Acesso em Junho 2018)

<sup>64</sup> Fonte: Site da Prefeitura de Volta Redonda. (Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/8-noticia/4060-prefeitura-capacita-mulheres-sobre-empreendedorismo-em-volta-redonda>. Acesso em Junho de 2018.)

Soares, não existem dados sobre a porcentagem populacional negra de Volta Redonda, tampouco sobre os bairros individualmente<sup>65</sup>. Ele informou que buscou dados sobre a população da Vila Brasília através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro, e estima que vivam entre oito a nove mil pessoas negras neste local.

Vila Brasília está situada na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, não contemplada pelo planejamento urbano inicial realizado pela Companhia Siderúrgica Nacional. Trata-se de um dos bairros mais densamente povoados de Volta Redonda, que se subdivide em outros sete bairros não-oficiais: Casas Brancas, Fazendinha, Mariana Torres, Coqueiros, Nova Esperança, Vale Verde e Verde Vale, formando o que era conhecido como Complexo do Vila Brasília.<sup>66</sup> A Vila Brasília faz limites com o bairro Retiro, de comércio muito intenso, e entre estes dois bairros foram construídos, em gestões anteriores, uma série de quiosques que se encontram desocupados. O projeto Afro Rua, em seu edital, objetiva a ocupação destes quiosques por microempreendedores negros, que deverão submeter seus planos de negócios, em áreas como culinária, moda, beleza, audiovisual e produção cultural, a uma banca avaliadora que selecionará os concorrentes a serem contemplados com os quiosques. Em 2018, o SEBRAE realizou um treinamento para os inscritos além de uma capacitação sobre Microempreendedorismo Individual (MEI).

Questionei o coordenador do Memorial Zumbi sobre o porquê da Secretaria Municipal de Cultura estar desenvolvendo projetos na área do empreendedorismo, que me respondeu dizendo que a cultura movimenta a economia, gera emprego e renda e, por isso ela também poderia atuar através do incentivo ao empreendedorismo. Ainda assim, a congruência entre o empreendedorismo via SMC e outras esferas de poder público e privado é inegável. Empresas, governos federal, estadual e municipal, e diversas organizações apostam no desenvolvimento e na construção de um suposto *ethos* empreendedor nas classes populares.

O empreendedorismo sob o prisma da Cultura, por sua vez, tampouco é uma novidade trazida por Volta Redonda, ou se exclui dos circuitos do grande capital. Domingues e Albinati (2016), em estudo sobre o empreendedorismo cultural que ganhava espaço no projeto de transformação urbana da Zona Portuária na cidade do Rio de Janeiro, além de perceberem

---

<sup>65</sup> N.A.: Tampouco pude encontrar dados sobre a etnia da população volta-redondense nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>66</sup> Ao me contar sobre o projeto Afro Rua e sobre a região de Vila Brasília, Sid ressalta que não se deve mais referir a esta região como “Complexo”.



também ali a atuação intensa do Sebrae, notam que “nas estratégias urbano-culturais, a noção de empreendedorismo colabora na transformação espacial, numa generalização de um “urbanismo global” que vem se difundindo desde a década de 1990” de forma que os microempreendimentos mostram-se como a força que transforma os espaços “degradados” em lugares adequados a um novo ciclo de valorização que ajuda a compor um cenário propício à especulação imobiliária ou financeira (p. 455).

O uso do termo “vulnerabilidade social” para caracterizar as pessoas às quais se destina o projeto, presente no edital do projeto Afro Rua, tampouco difere do repertório comumente utilizado em outros projetos sociais, que atuam sobre regiões periféricas e favelas, como percebido e discutido por Rocha (2013), em seu estudo sobre o Morro do Pereirão, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora, este termo é utilizado por agências internacionais (como Banco Mundial e a ONU) para conceituar alternativamente a pobreza em que, conjugados os recursos materiais disponíveis e os acessos a oportunidades, o resultado negativo seria esta vulnerabilidade social. Em seu campo, a autora percebe uma variação deste termo, aparecendo como “risco social”, cuja abrangência de definição, mas recorrência no discurso de ONGs atuantes no local, foram lidas como um reflexo das ideias de favela enquanto problema, da suposta convivência de moradores com o tráfico, onde os projetos sociais precisariam disputar os jovens moradores com o tráfico, essencializando e enquadrando o próprio jovem morador de favelas ou periferias como “problema”.

No caso do Afro Rua, em Volta Redonda, é necessário que seja feito um acompanhamento do desenrolar do projeto nos próximos anos para que conclusões mais profundas sejam atingidas. Todavia, parece-me que o termo de “vulnerabilidade social” para designar aqueles que se pretendem atingir em um projeto social, se tornou praxe na justificativa destes projetos, tendo em vista a adoção do termo por agências internacionais, ONGs e tantas outras entidades de assistência social. Ainda, o seu foco no empreendedorismo (cultural/negro), por sua vez, dialoga com a própria questão da pobreza, ou melhor, “vulnerabilidade social”, sob o aspecto das oportunidades de inserção econômica/social. Neste sentido, a promessa que é feita pelo empreendedorismo nestes projetos se assemelha àquela da cidadania industrial, todavia a inclusão não se daria pelo assalariamento, mas em adaptar-se aos esquemas elaborados nestes novos tempos, em que as oportunidades são lidas estritamente como oportunidades empreendedoras.

### 3.6 O Sebrae e a governança dos municípios

Segundo Telles (2015), esta transformação dos “pobres” em empreendedores não é um fato específico das cidades brasileiras, mas algo “que atravessa – e é transversal, sob modulações variadas – diversas cidades do chamado Sul Global”. E este fenômeno pode demonstrar a forma como vêm ocorrendo a mundialização destes lugares, através de “programas e organizações sociais, conectadas em redes transnacionais, por onde circulam as fontes de financiamento, as ideias e projetos, os modelos de *best practices*, consultores e suas pautas de avaliação, categorias, indicadores, especialidades técnico-sociais, etc” (p. 28). Neste sentido, seguindo a trilha deixada pelos patrocinadores e apoiadores dos projetos e eventos de empreendedorismo ocorridos em Volta Redonda, percebemos a conjugação de agências estatais – nas esferas federal, estadual e municipal –, privadas e organizações não-governamentais. É interessante incluir, a contribuição de Ferguson e Gupta (2002), que propõem estender a discussão sobre governabilidade para os modos de governança - “ou seja, como instituições, formais ou não, contribuem para que a política industrial e as estratégias individuais e coletivas das empresas, dos centros de pesquisa, ensino e treinamento, converjam no sentido de obter (uma) desejada eficiência coletiva” (ROESE, 2003, p. 40), que estão sendo construídos e escala global.

Estes incluem não apenas estratégias de disciplina e regulamentação, exemplificado pela OMC e os programas de ajustes estruturais implementados pelo FMI, mas também alianças transnacionais forjadas por ativistas e organizações de base, e a proliferação de organizações voluntárias apoiadas por redes complexas de financiamento e pessoal. A terceirização das funções do Estado para ONGs e outras agências não-estatais ostensivas, nós argumentamos ser uma característica chave, não apenas da operação dos Estados nacionais, mas também de um sistema emergente de governamentalidade transnacional. (FERGUSON, GUPTA, 2002, p. 990)

Falar sobre isso, fazendo uso destes termos, significa que, em tempos de globalização e hegemonia capitalista, o “global” se tornou mais uma escala, que engloba estados-nação, da mesma forma que estados-nação englobam regiões, cidades e vilas. O rastro deixado pela disseminação do discurso empreendedor como solução para a pobreza no Sul Global, precisa ser seguido para elucidar os agenciamentos que passam a reger as relações construídas nas cidades. Sobre a “solução” do empreendedorismo, Telles analisa que:

Apresentadas como programas de erradicação da pobreza, a rigor são formas de intervenção que abrem vias para expansão dos mercados: das várias modulações do

chamado microcrédito ancorado em associações populares locais, passando pela promoção do que vem sendo chamado de “capitalismo criativo”, termo inefável que diz tudo e nada ao mesmo tempo, evocando a dita capacidade de intervenção e criatividade popular (entenda-se como quiser) de aproveitar ou inventar “oportunidades de mercado”, chegando aos serviços financeiros que se apresentam sob formulação altissonante (e tons edificantes) de democratização do crédito voltado à “base da pirâmide social”. Na prática, trata-se de um esforço no sentido de colocar todas as dimensões da vida social (e da existência) sob a égide do mercado, convertendo a troca mercantil em código ético e princípio de conduta (p. 29).

As “oportunidades empreendedoras” não passam despercebidas, e levam a uma ressignificação das ideias de informalidade e ilegalidade nas relações econômicas.

Neste contexto, os sistemas econômicos regionais não são apenas representados pelo “domínio puramente privado”, mas também por um “domínio coletivo de exterioridades” (RAMALHO, 2005, 491). Desta forma, a influência e atuação intensa do Sebrae nos projetos de empreendedorismo que acontecem em Volta Redonda, assim como em outros municípios, não passa despercebida. Segundo sua própria definição, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma entidade privada sem fins lucrativos que atua como um agente de capacitação e promoção do desenvolvimento. No início de 2017, o Sebrae/RJ lançou o Programa Cidades Empreendedoras<sup>67</sup> onde os prefeitos dos municípios de Angra dos Reis, Araruama, Duque de Caxias, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Três Rios e Volta Redonda, concorreram ao prêmio de “Prefeito Empreendedor”. O objetivo deste programa era conseguir a adesão de lideranças locais e gestão pública para criação e implantação de políticas públicas voltadas para micro e pequenas empresas em municípios com a lei geral municipal da micro e pequena empresa.

A participação do Sebrae na área do empreendedorismo enquanto política pública, faz parte da proposta de *inclusão produtiva*, elaborada pelo “Plano Brasil Sem Miséria” (de 2011) - que a apresenta como via para o aumento de capacidades e oportunidades de trabalho e renda nas famílias mais pobres ( LEITE e GOMES, 2017, p. 4):

Na linha do empreendedorismo, os objetivos são estimular a ampliação e o fortalecimento dos pequenos negócios e apoiar o microempreendedor individual (MEI), com prioridade para aqueles que são beneficiários do Bolsa Família. São desenvolvidas ações para trazer o MEI para a formalidade e prestar assistência técnica a esses empreendedores, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A inclusão produtiva urbana articula, ainda, com os bancos públicos

---

<sup>67</sup> Também percebemos a atuação do Programa Cidades Empreendedoras nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

iniciativas que visam a ampliar o microcrédito produtivo e orientado, com a redução da taxa de juros, aumento da oferta de linhas de crédito e ampliação do apoio técnico.

Segundo a consultora da área de políticas públicas do Sebrae, Fabrine Schwanz Dias, a lei complementar 123 de 2006, institui um tratamento diferenciado e simplificado favorecendo as micro e pequenas empresas, e transforma o poder público municipal em um agente cujo dever é “fomentar o fortalecimento e a competitividade dos pequenos negócios”<sup>68</sup>, e que deve agora, através das compras realizadas pelas prefeituras, dar preferência às micro e pequenas empresas locais. Também, o microempreendedor individual (MEI) passou a ser considerado como política pública para a formalização e inclusão social, com as alterações trazidas pela lei complementar 147 de 2014. Assim, as prefeituras também devem implementar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas a nível municipal e, neste sentido, o Sebrae também atua ativamente ao lado do Poder Municipal, oferecendo cursos e capacitações para prefeitos e administradores públicos; modelos de lei municipal prontos, com espaços para serem preenchidos com informações específicas de cada município<sup>69</sup>; e disponibiliza a compra de “pacotes” *Essencial*, *Premium* e *Ultimate* com “soluções” para a aplicação da lei geral nas ditas cidades empreendedoras. Também, o Sebrae oferece um aplicativo que pontua e elenca através em um *ranking* a implementação da Lei Geral nos estados e municípios brasileiros.<sup>70</sup>

Diante disso, a agência do Sebrae sobre a gestão das cidades adquire uma característica que permite vê-la nos termos de governança, e também enquanto fornecedora de mercadorias de governo. Sua consultoria, no caso dos “pacotes de soluções empreendedoras”, não acontece na análise das especificidades do município que o adquire, mas fixa as possíveis soluções a um pacote que promete a inserção do município no circuito de “cidades empreendedoras” adaptadas ao capitalismo desenvolvido, tal qual defendido por DeSoto: incentivadoras da iniciativa privada, fomentadoras da riqueza líquida produzida pela disponibilidade da propriedade privada trazida pela conversão ao sistema legal e, portanto, abertas para o recebimento de investimentos e apropriações do grande capital.

<sup>68</sup> Fonte: Site do Sebrae. (Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/a-lei-geral-das-mpe,07597640b34b6510VgnVCM1000004c00210aRCRD> . Acesso em julho/2018).

<sup>69</sup> Fonte: Site do Sebrae. (Disponível em: <http://sites.pr.sebrae.com.br/leigeral/wp-content/uploads/sites/35/2014/09/LEI-GERAL-MUNICIPAL-ATUALIZADAvers%C3%A3osimplificada2014-1c2014.pdf>. Acesso em julho/2018)

<sup>70</sup> Fonte: Site do Sebrae. (Disponível em: <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/VisualizarRankingEstados.do?acao=> . Acesso em julho 2018)

O grande número de projetos na área do empreendedorismo em Volta Redonda, que ocorrem em parceria de entidades públicas e privadas, faz perceber o quanto a convergência de suas políticas importa a um projeto de cidade que busca se afinar aos tempos atuais da economia capitalista. Educação empreendedora, cursos de planejamento de negócios, oferta de microcrédito, desburocratização para a legalização de um microempreendimento – não faltam incentivos ao microempreendimento. Esta convergência das políticas de incentivo ao empreendedor enfatiza que não existem outras vias sendo discutidas no sentido da inclusão social: a transformação em microempreendedor individual é a alternativa única que se reserva à massa de desempregados que não conseguem mais inserção no mercado de trabalho formal. Nestes termos, trata-se de um movimento que na contramão da ideia de inclusão salarial e expansão da cidadania industrial, que ocorreriam paulatinamente no regime anterior; funciona como um ultimato: ou “empreende”, ou nada. Contudo, as consequências da diminuição das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho formal, combinadas ao crescimento do incentivo ao microempreendedorismo, carecem de análise e discussão públicas, pois não se trata simplesmente da criação de oportunidades de aquisição de renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. Estamos diante da consolidação de uma mudança de grande magnitude no mundo do trabalho, que embaralha as noções de trabalhador/empresário, reorganiza e precariza ainda mais as relações de trabalho; desprotegendo as partes mais fracas daquilo que se concebia como relação trabalhista diante das intempéries do mercado.

### **3.7 Consequências perceptíveis no mundo do trabalho**

As mudanças na legislação trabalhista, a definição do microempreendedorismo individual como política pública para inclusão social somada à atuação do Sebrae tão próxima aos governos municipais do país são fatores que fornecem algumas pistas sobre quais rumos a governança neoliberal pretende que o mundo do trabalho tome. A princípio, a associação entre trabalho e empreendedorismo pode causar estranhamento, entretanto, a análise conjunta das políticas públicas em parceria com o Sebrae combinada às mudanças no mundo do trabalho demonstra que, ao mesmo tempo que, de um lado, são criadas instituições e instrumentos que facilitam a iniciativa empreendedora; do outro, são criados empecilhos aos acessos à via do trabalho formal e estável. Neste sentido, as informações trazidas por uma pequena empresária de Volta Redonda,

franquiada de uma rede de ensino profissionalizante e de línguas, foi esclarecedora – em uma conversa, ela informa ter encontrado a solução para os problemas financeiros que seu pequeno empreendimento vinha passando: demitiu seus funcionários e contratou apenas MEIs.

O artigo 3º. da Consolidação das Leis do Trabalho considera como “empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”. Estão contidos nos artigos 2º. e 3º. da CLT os princípios que caracterizam o vínculo empregatício para o ordenamento jurídico brasileiro. São eles: a) princípio da não eventualidade, que determina a continuidade da prestação de serviço; b) princípio da subordinação, significando a submissão às diretrizes do empregador; c) onerosidade, determinando a contraprestação pecuniária por parte do patrão; d) pessoalidade, que impede a substituição do empregado na prestação de serviços; e) alteridade, que impede o empregador de repassar aos empregados os riscos assumidos em seu empreendimento. A legislação trabalhista anterior à reforma de 2017, por sua vez, impedia a contratação de pessoa jurídica (PJ) para exercer a atividade fim de uma determinada empresa. Desta forma, a Justiça do Trabalho facilmente identificava o processo de “pejotização” - termo derivado da sigla dada à pessoa jurídica, “PJ” - como fraude praticada pelo empregador com o intuito de reduzir a onerosidade da contratação de trabalhadores, que tentava disfarçar o vínculo empregatício através da contratação da pessoa jurídica. Sendo assim, aplicando o princípio da “primazia da realidade”, na qual a realidade dos fatos impera sobre qualquer contrato formal, o vínculo empregatício era observado em favor do trabalhador.

Entretanto, a Reforma Trabalhista de 2017 afrouxa as regras que impediam “pejotização”, ao permitir que pessoas jurídicas e microempreendedores individuais possam ser contratados para a prestação das atividades fim das empresas. Ainda que persistam as regras que definem o vínculo empregatício e o princípio da primazia da realidade, a possibilidade de contratação de MEIs para exercerem a atividade fim na empresa contratante abre uma brecha que complica a averiguação do vínculo entre empregadores e trabalhadores. O MEI pode contratar até apenas um empregado, que deverá ser pago um salário mínimo ou o piso de sua categoria, sendo-lhe vedada a contratação de um número maior que este. Assim, contando apenas com sua força de trabalho e de no máximo uma outra pessoa, é perceptível a configuração da pessoalidade na prestação de serviço para a empresa. Ainda, a contratação de PJs e MEIs para o exercício da atividade fim de uma terceira empresa, leva à compreensão de que o exercício desta atividade se prolongará no

tempo, descartando a eventualidade que se suporia para a não configuração do vínculo empregatício.

Entretanto, o discurso do empreendedorismo como alternativa para obtenção de estabilidade de renda está em consonância com o pensamento de partes da população. A Fundação Perseu Abramo (FPA), através da pesquisa “*Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo*” indica a existência de um *liberalismo das classes populares* – o que suscita críticas devido à tendência de “essencialização das periferias, concebidas como cidade a parte” (LEITE e GOMES, 2017, p. 02). Tampouco busco aqui essencializar, ou tomar o caso das periferias paulistanas como igual ao caso estudado, entretanto, um de seus pontos está em consonância com o que pude observar em Volta Redonda: a valorização do “empreendedorismo (como “ser patrão” e/ou “produzir algo de forma autônoma”), ressignificando o trabalho informal” (p.03).

Neste sentido, as colocações feitas pelos informantes com quem estive em contato com Volta Redonda, por um lado, estão dispostas em consonância com esta valorização do empreendedorismo. Todavia, não posso concluir através das informações que coletadas, que estejamos diante de um liberalismo das classes populares. Enxergo que esta valorização do empreendedorismo está ligada à forma como as pessoas construíram suas biografias no mundo do trabalho no período pós-fordista (à partir da década de 1990), quando o próprio mercado de trabalho formal passou por transformações, que alteraram seus sentidos diante dos próprios trabalhadores. Desta forma, não se trata de uma adesão propriamente dita ao liberalismo, mas uma reação daqueles que precisam gerir as urgências do cotidiano fragmentado perante as oportunidades e opções que são postas diante deles.

A mudança no mundo do trabalho, que implodiu a cidade fordista de Volta Redonda nos anos 1990, não passou despercebida pelas “classes populares” da cidade – ao contrário, foram os trabalhadores da siderúrgica que a sentiram em primeira mão, através do desemprego e da reestruturação direta dos seus modos de vida. Sabe-se, por experiência direta ou de pessoas próximas, que os acessos tradicionais ao mercado formal de trabalho não estão dispostos da mesma forma, e que há uma necessidade de adaptação para o acesso ao trabalho e à renda. Assim, os projetos que focam na educação do microempreendedor individual tentam, de alguma forma, responder à necessidade de adequar os trabalhadores urbanos de Volta Redonda aos tempos em que o trabalho industrial na siderurgia já não é mais visto como uma possibilidade de aquisição

de renda e estabilidade. Estes projetos, por sua vez, são apropriados, da mesma forma que Leite e Gomes (2017) percebem nos projetos de empreendedorismo das favelas com UPP: “com certa desconfiança, mas também com a esperança de garantirem uma forma de sobrevivência” (p. 08).

Contudo, a forma pelas quais estes projetos estão sendo construídos não se distanciam muito da maneira como a Companhia Siderúrgica Nacional buscou introjetar a disciplina operária nos *arigós*<sup>71</sup>. Aliam-se diferentes esferas de poder; ressaltam os benefícios do caminho proposto para tentar conseguir a adesão da população; investem e direcionam a educação da juventude para o fim pretendido (criar operários, criar empreendedores) e; facilitam o caminho daqueles que aceitam aderir àquilo que é preconizado, ao mesmo tempo que dificultam a via do trabalho formal e estável, que já é tido, por estes agentes, como incapaz de absorver o contingente de trabalhadores vitimados pelo desemprego estrutural.

Porém, a disposição para correr riscos, assim como a capacidade de lidar com o desgastante peso emocional e psicológico que se desdobram dos riscos corridos no empreendimento – características presentes em uma definição clássica sobre o empreendedorismo – não são tratadas nos casos estudados em campo. Desta forma não se pode afirmar que este é o caso de todos os indivíduos que compõem a massa de trabalhadores desempregados no contexto CSN pós-privatização. A busca por alternativas de renda diferentes do trabalho formal e estável em decorrência da não-empregabilidade do trabalhador difere-se, neste sentido, da conceituação realizada pelos administradores americanos. Há, neste caso, o “empreendedorismo” iniciado por uma pessoa que precisa *se virar* para conseguir de alguma forma prover para si e sua família.

Como já citado, o pai de Ana fazia *bicos* como pedreiro entre seus turnos e construiu durante os finais de semana pequenos apartamentos para alugar no terreno de sua casa, enquanto a mãe de Ana executava serviços de costura para complementar a renda familiar. Todavia, eram os proventos adquirido primeiramente como funcionário da Companhia e, posteriormente, de sua aposentadoria, que lhes permitiu ter uma estabilidade maior.

Ainda, através das entrevistas com os filhos dos ex-operários da CSN, é possível constatar que o desejo de empreender está diretamente associado a uma *recusa* ao trabalho formal mal remunerado, que oferece baixas perspectivas de melhoria. Desta forma, o empreendedorismo que

---

<sup>71</sup> O Arigó é uma ave migratória, e nome pelo qual eram referidos os primeiros migrantes que chegaram a Volta Redonda, vindos em sua vasta maioria da Zona da Mata mineira.



surge entre as classes de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, ou que ocupam posições de baixa remuneração e pouca perspectiva de mobilidade ascendente, movidos pela *necessidade* ou *frustração* com as sendas disponíveis no mercado de trabalho formal, se aproxima mais de uma formalização da atividade “alternativa” para obtenção de renda, do que de um *liberalismo das classes populares*.

Contudo, se o empreendedorismo, como apreendido nesta dissertação, já não cabe em uma conceituação tradicional, tampouco o trabalho formal segue com sentido imutável após mais de duas décadas de regime de acumulação flexível. Em um de nossos encontros, Samantha (filha de ex-operário, psicóloga e profissional de recursos humanos) e eu conversamos sobre os riscos psicológicos que um empreendedor deve assumir em comparação com a estabilidade da qual supostamente gozaria em um emprego formal, oportunidade na qual ela afirmou sua opinião de forma contundente:

Na área de RH cada vez mais exigem das pessoas. Hoje você tem um mercado que querem que você faça pós, mestrado, cada hora uma coisa. Houve uma época que para você entrar no mercado, mestrado era a moda. Se a gente partir do princípio que o empreendedorismo acaba com o psicológico da pessoa e não traz estabilidade financeira, já tem tempo que o trabalho comum também, e exigem uma qualificação absurda. Hoje existem vagas que exigem formação avançada em inglês e espanhol para ganhar R\$2.500,00. Além disso você sofre uma pressão grande para produzir, dificilmente você entra e sai no horário proposto, a expectativa de banco de horas nunca acontece, porque você nunca pode tirar porque tudo é sempre urgente. O que eu vejo é que as empresas exigem pós, línguas e experiências para ganhar pouco. O que nós temos de dificuldade em fechar as vagas é o salário.

Quando questionada se teria vontade de empreender algum dia, Samantha diz que sim e informa que mesmo sua irmã, funcionária pública concursada da Vara de Trabalho, está empreendendo junto ao seu marido, devido às mudanças na legislação trabalhista e previdenciária, que não lhe ofereceria mais a perspectiva de se aposentar. Todavia, Samantha informa que não tentaria empreender na área de consultoria de Recursos Humanos, por não querer mais “repassar a exploração”, e fala novamente, com bastante ênfase, sobre a sua abominação pela área, exemplificando com um caso recente em que um grande banco, contratante da empresa para a qual trabalha, requisitou um banco de currículos de gestores negros, e solicitou de forma “não oficial” que estes possíveis candidatos fossem investigados em suas redes sociais e excluídos aqueles que demonstram apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela ainda revela que

em programas de inclusão destas empresas, pessoas negras e LGBTs são constantemente referidos pelos contratantes como negros e gays “de estimação”.

A perspectiva de Samantha é elucidativa sobre a realidade do mercado de trabalho formal, no qual uma suposta estabilidade já é extinta. Sua vontade de empreender, justificada sobre os riscos que necessita correr ante um empregador seriam melhor empregados correndo-os em favor próprio. Todavia a contraprestação salarial mensal, portanto estável, precisa ser considerada nesta presunção sobre o risco.

Nesta angulação, o exemplo trazido por David pode trazer maiores esclarecimentos. Ele que, desde a sua experiência de trabalho numa terceirizada da Companhia Siderúrgica Nacional, trabalha como músico, também é MEI. A necessidade de ter seu registro como microempreendedor individual se justifica por seus trabalhos maiores, em empresas e eventos, necessitarem da emissão de nota-fiscal. Além disso, construiu ao longo dos anos um estúdio de gravação nos fundos da casa de seu sócio, onde produzem álbuns para outros músicos. Entretanto, um fato ocorrido entre os anos de 2015 e 2016 podem explicar melhor a necessidade da estabilidade dos proventos recebidos mensalmente como contraprestação do trabalho. David dava aulas de violão para turmas de alunos em uma organização que oferece diversos cursos na periferia de Volta Redonda, entretanto, não recebeu seus pagamentos (de cerca de quinhentos reais na época) entre os meses de novembro de 2015 a março de 2016. Tive a oportunidade de conversar com David sobre o não pagamento pelo trabalho que prestava e, ainda que estivesse sendo aconselhado por amigos e pela namorada a deixar o trabalho, David relutou em abandonar sua única fonte de renda estável naquele momento, mesmo sendo ela abaixo de um salário mínimo. Persistiu trabalhando sem ser pago até que a dívida fosse quitada, e hoje continua a dar aulas nesta mesma organização.

O exemplo trazido acima demonstra o óbvio: a estabilidade de renda é uma necessidade primordial para o trabalhador, tanto para a sua solvência quanto para a aquisição de seus víveres. Se na Consolidação das Leis do Trabalho é vedado ao empregador a transferência dos riscos provenientes da sua atividade econômica aos empregados<sup>72</sup>, as pessoas jurídicas e microempreendedores individuais já não gozam da mesma proteção. Assim, a transformação dos trabalhadores urbanos desempregados em microempreendedores lhes retira a proteção concedida

---

<sup>72</sup> O artigo 2º. Da CLT traz em seu caput a definição de empregador como: “a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos de atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços”, de forma a impedir tacitamente a transferência destes riscos para seus empregados.

pela legislação trabalhista e, somando-se as reformas recentemente ocorridas nesta legislação, acabam por embaçar a elucidação dos casos concretos onde poderia ser aplicado o princípio da primazia da realidade para a comprovação do vínculo empregatício. Portanto, as reformas ocorridas na legislação trabalhistas combinadas ao investimento maciço em educação empreendedora, formalização e cadastramento de microempreendedores individuais, agem conjuntamente, como duas faces da mesma moeda, intensificando a aplicação dos ditames neoliberais, realizando a mudança na alma através da economia, desonerando empregadores dos custos de se manter um trabalhador com carteira assinada, ao mesmo tempo que intensifica a precarização das relações de trabalho. Este é o mundo do trabalho que vem se construindo neste primeiro quartel de século.

Assim, nesta nova realidade que começa a se delinear, algumas destas consequências começam a se mostrar, especialmente no setor de serviços. Nos novos tempos, a proliferação generalizada de MEIs oferecem a possibilidade de empresários contratarem os serviços de um microempreendedor individual, ao invés de fazer um contrato de trabalho por tempo indeterminado. Não seremos mais trabalhadores, seremos todos empresários, e como tais, não disporemos mais de uma rede de proteção que absorva os impactos negativos das oscilações do mercado, tornando-nos mais sujeitos à instabilidade de trabalho e renda.

## CONCLUSÃO

Durante a escrita desta dissertação busquei, primeiramente, reconstruir as especificidades do desenvolvimento da cidade para contextualizar as mudanças que pude observar. A curiosidade que Volta Redonda e Companhia Siderúrgica Nacional despertou em pesquisadores dos mais variados campos da ciência – geógrafos, urbanistas, cientistas sociais, e etc. – se demonstrou como um grande aliado nesta reconstrução, pois suas pesquisas, ainda que circunscritas à uma determinada temporalidade, revelaram não apenas as questões que eram colocadas sobre o mundo, mas como estas questões foram determinantes no desenrolar das mudanças que vieram a partir dos anos 1990.

Esta reconstrução revelou, como todo um sistema complexo – que envolve a disposição material da cidade, a centralidade geográfica da usina, o controle exclusivo da empresa sobre casas, equipamentos públicos, escolas, hospital, lazer – convergiu a apenas um ponto: a própria Companhia Siderúrgica Nacional. Absoluta sobre a gestão do espaço da cidade durante décadas, a empresa também geria seus habitantes, influenciando sobre aspectos da vida privada dos indivíduos – desde a instrução sobre como cuidar das casas – ao controle sobre a vida do operário para além dos muros da fábrica. Desta maneira, a combinação destes fatores mencionados mostra que o espaço da cidade operária foi projetado racionalmente para a formação de um operariado que estaria à disposição da Companhia Siderúrgica Nacional, que, por sua vez, poderia se apropriar de sua força de trabalho de forma cada vez mais eficiente. Neste sentido, a cidade operária de Volta Redonda foi concebida como uma verdadeira máquina de fazer operários.

Esta máquina disciplinar, no entanto, sofre algumas alterações. Desde meados dos anos 1960, a CSN veio transferindo os poderes de administração da cidade operária para a responsabilidade do governo municipal. A empresa também não possui mais uma polícia disciplinar a fazer rondas pela cidade e controlar, regular, interferir diretamente na vida de seus empregados nas horas de descanso. As residências administradas pela siderúrgica foram vendidas, e os projetos habitacionais para moradia operária, que durante várias décadas determinaram a expansão da malha urbana de Volta Redonda, cessaram de existir. Da mesma forma, o Hospital da CSN deixou de existir, e o atual hospital opera através de concessão em parceria com a Prefeitura de Volta Redonda; o prédio do Centro de Puericultura, assim como o edifício do Escritório Central – ambos na Vila Santa Cecília – estão completa ou parcialmente abandonados.

Ao mesmo tempo, a Companhia tem em sua posse uma considerável fatia do território do município de Volta Redonda. A Usina Presidente Vargas continua ocupando o centro geográfico da cidade, sempre onipresente, possível de ser vista (devido à sua dimensão), ouvida (devido a seus ruídos e sirenes, – através dos bairros residenciais), e é por todos sentida (através da poluição, do pó, e dos odores químicos que se espalham por toda cidade). Não apenas a Usina, mas praças, escolas, ruas, edifícios, parques, reservas florestais – uma vasta gama de estruturas derivadas da UPV que se encontram espalhadas pela cidade – continuam a marcar a vida dos habitantes no entorno da fábrica. Assim, a vida dos moradores da cidade, trabalhando na fábrica ou não, se desenrola possuindo sempre a referência da empresa como pano de fundo e sob seu olhar vigilante.

Neste sentido, o funcionamento do mecanismo de controle da cidade de Volta Redonda se assemelha ao panóptico de Bentham, o qual, segundo Foucault:

[...] tem seu princípio não tanto uma pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos. [...] Pouco importa, conseqüentemente, quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina [...]. Do mesmo modo que é indiferente o motivo que o anima [...]. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. (2014, p. 196)

Sendo assim, ainda que tenham sido extintos, ou tornados obsoletos, dispositivos, instituições e práticas da empresa, bem como a forma como foi equacionada a disposição material da cidade, – permitem que esta máquina disciplinar continue em funcionamento. Logo, nesta dissertação, foi-me imprescindível elucidar quais foram as forças que surgiram no período pós-privatização da CSN – para disputar a ressignificação e o controle da “torre de vigia” do panóptico da Cidade do Aço.

Todavia, ressalto que não se trata de produzir interpretações duais que vejam os dois momentos de Volta Redonda – antes e depois da privatização da CSN – como diametralmente opostos. Ainda que a separação temporal, de quase setenta anos de história (da fundação da Companhia Siderúrgica Nacional até os dias de hoje), possa dar a impressão de que polaridades distintas são configuradas, trata-se, na verdade, de um processo que oscila – em um crescendo que atinge o cume; em uma queda que atinge o sopé – em que a última é um efeito, uma reação e, ainda, uma continuidade da primeira; conectando, desta forma, os dois momentos que parecem

opostos. Tendo em mente o “processo” ocorrido nestas 7 décadas de existência e mudanças da Companhia Siderúrgica Nacional, percebo que o ponto de ruptura representado pela sua privatização, foi sendo ensaiado ao longo do tempo, desde a transmissão da gestão dos equipamentos públicos da cidade operária para a prefeitura de Volta Redonda e a venda das casas de trabalhadores, que a CSN até então administrava. Sendo assim, mesmo que a privatização tenha sido percebida como um golpe abrupto por parte das pessoas, trata-se de um processo que foi sendo construído aos poucos, desde meados da década de 1960.

Durante os tempos de Companhia Siderúrgica Nacional estatizada, em especial durante a década de 1980, era possível identificar pelo menos duas forças atuantes e em disputa na cidade: a primeira representada pelo Estado e pela própria CSN; a segunda, representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos, que aglutinava as demandas dos operários-citadinos no seu entorno. A atuação deste último se destacava fortemente, e mobilizava um número expressivo de pessoas, centralizando as experiências de reivindicação da população através da sua atuação. Não esperava encontrar algo semelhante, como de fato não encontrei em minha pesquisa de mestrado. O movimento sindical de Volta Redonda nos anos 1980, como se sabe, deve ser lido considerando que se tratava com uma empresa de cerca de 20 mil funcionários, em uma cidade com menos de 200 mil habitantes. Ou seja: eram milhares de famílias operárias com experiências de trabalho e de cidade muito próximas, o que garantia uma certa coesão do movimento sindical a partir de experiências comuns na fábrica e na cidade. Entretanto, a fragmentação das experiências de trabalho – em consequência tanto das demissões durante o processo de privatização, quanto das mutações que aconteceram no mundo do trabalho – fez cessar esta coesão, aprisionando cada indivíduo na “gestão das urgências do cotidiano”. Portanto, a fragmentação das experiências de trabalho também teve efeitos na fragmentação do movimento sindical e suas reivindicações trabalhistas e políticas. Encarando o desemprego e a necessidade de gerir as urgências do cotidiano, os trabalhadores de Volta Redonda foram desmobilizados, em um cenário que os mesmos descrevem como desolador, como fez a senhora Célia, na passagem que recupero aqui:

O quanto isso ainda hoje é doloroso, quando nós nos lembramos que chegava ali na frente da Caixa Econômica, tantos demitidos esperando aquele papelzinho que saía ali do Escritório Central, numa humilhação total de trabalhadores qualificados sem emprego, numa situação humilhante, não preterente de 1888, não.

Argumentei nesta dissertação que a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional produziu um embaralhamento que reconfigurou as formas como se estabeleciam as relações entre população/empresa, empresa/Estado, Estado/população. Devemos, porém, ter em mente que, ainda que a ação da Companhia Siderúrgica Nacional sobre a cidade de Volta Redonda tenha diminuído, ela continua sendo uma força vigorosa no cenário da cidade.

Foi-me possível, ao longo do processo de pesquisa, explorar o crescimento da atuação da Prefeitura Municipal de Volta Redonda nesta conjuntura – ora se opondo à CSN, ora fazendo da empresa sua aliada. Nas décadas anteriores, este desempenho da Prefeitura adquiria centralidade, em razão da peculiaridade da cidade-empresa, que recebia intervenções diretas da siderúrgica estatal em sua malha urbana; e também pelo fato da cidade, definida como área de segurança nacional, ter eleições indiretas durante o período ditatorial militar que se estendeu por três décadas. Contudo, ainda hoje, a relação entre a UPV e a Prefeitura possui pontos sensíveis, mesmo havendo um maior alinhamento entre estas partes no atual governo, em decorrência da grande concentração de terras da cidade nas mãos da CSN – cerca de 25% do território do município.

Saliento que quando me refiro à Prefeitura Municipal de Volta Redonda e à sua gestão, não estou pensando a forma de governo que ali se produz como operando sempre no mesmo diapasão a partir de suas estruturas/instituições, pois, como bem o sabemos, o Estado não é um ente monolítico. Procurei analisar, ao longo desta dissertação, como no interior do Estado, de seus aparelhos de administração e gestão, é possível encontrar posicionamentos distintos e em disputa. Foi a partir desta perspectiva que busquei analisar a atuação da Secretaria Municipal de Cultura, e também que pude constatar a transformação da ocupação do espaço de militância através do Memorial Zumbi.

A percepção corrente de que outrora um fértil cenário para o nascimento de movimentos sociais tenha se tornado um campo estéril; não faz jus ao que observei em meu campo. Se, de um lado o movimento sindical nunca mais voltou a alcançar a mesma mobilização do que por ocasião dos eventos conexos à greve de 1988, outros movimentos, ligados a questões identitárias e por direitos – como o movimento negro e LGBT – vêm fazendo crescer o seu espaço para a mobilização. Suas pautas diferem entre si, assim como se diferem das reivindicações feitas pelo movimento de trabalhadores, mas estas diferenças não excluem a capacidade de mobilização

entre os movimentos, como foi possível observar nas atividades acompanhadas no Memorial Zumbi.

Ao reunir no seu espaço diferentes coletivos – sociais e culturais –, estudantes, professores, microempreendedores, operários, entre tantos outros, negros ou não, promovendo a discussão e o debate de suas ideias; o Memorial Zumbi dos Palmares vem possibilitando a convergência das demandas e reivindicações dos diferentes movimentos, e criando um espaço de trocas no qual os cidadãos se debruçam sobre a própria cidade, preenchendo-a com significados que resultam da troca de experiências. Por esta razão, o Memorial Zumbi dos Palmares é um polo que também disputa a construção da narrativa sobre a cidade e seus moradores, e, concludo, com base em minha pesquisa, vem se consolidando como uma força na ressignificação da Cidade do Aço.

Ainda, foi possível notar a intesa atuação do SEBRAE na grande maioria dos projetos para o empreendedorismo em Volta Redonda. Este proceder deve ser lido nos termos de uma governança neoliberal que é transcendente aos limites territoriais da cidade, mas que age localmente, no intuito de propagar práticas e valores do empresariado que representa. O destaque da cidade no “Prêmio Prefeito Empreendedor” se deve justamente à adoção destas práticas e valores pela administração municipal. Deste modo, os projetos desenvolvidos em parceria com o SEBRAE, em especial aqueles que abordam uma “educação empreendedora”, se dedicam à construção de um suposto *ethos* empreendedor e à introjeção de seus valores na população de forma geral.

O empreendedorismo se apresentou fortemente durante minha pesquisa em Volta Redonda. Nesta angulação específica, percebo que seu papel na “Cidade do Aço” possui muitas facetas. Em primeiro lugar, entendo que o estímulo ao empreendedorismo e à regularização dos empreendimentos através do cadastramento de MEIs, está em concordância com a ideia de disponibilizar o “capital subutilizado” detidos pelas pessoas mais pobres, devido às suas irregularidades legais, ao investimento (e, possivelmente, absorção) do circuito do grande capital, assim como nas pesquisas realizadas sobre o empreendedorismo nas favelas cariocas com UPP (LEITE e GOMES, 2017; LEITE e BIRMAN, 2018), ou na região do Porto Maravilha (DOMINGUES e ALBINATI, 2016).

Contudo, o empreendedorismo em Volta Redonda se veste com outras características que lhes são próprias e referentes ao processo histórico em que a cidade se desenvolveu. Assemelha-



se ao que foi percebido em São Paulo, onde, para parte da população, o empreendedorismo retrata uma estratégia para a gestão da sobrevivência diante da erosão do fordismo (LEITE E BIRMAN). Mas ainda, enquanto discurso propagado pela prefeitura de Volta Redonda, através de suas várias secretarias e projetos empreendedores, trata de uma ressignificação da “Cidade do Aço”, passando a se chamar nestes discursos e projetos como “Cidade Empreendedora” ou “Cidade boa para viver e investir”. O “re-batismo” da Cidade do Aço é, por sua vez, significativo, pois demonstra um movimento – de iniciativa da administração municipal em parceria com o Sebrae – para a desvinculação da cidade de sua imagem monoindustrial. Desta forma, busca atrair investimentos e se inserir em um circuito de cidades, cuja administração mercadológica é mais amigável aos olhos destes investidores.

Devido ao seu caráter verticalizado, a valorização do empreendedorismo por setores da população não deve ser visto nos termos de um “liberalismo das classes populares”. O que pude averiguar, até agora, através das entrevistas e da observação na cidade, foi a apropriação destes instrumentos por este segmento da população para garantir a sobrevivência na adversidade. Em outras palavras, as pessoas trabalham com os instrumentos que lhes estão disponíveis. Se os acessos à via do trabalho assalariado formal estão cada vez mais fechadas à um punhado de trabalhadores, não deve causar surpresa o crescimento destas iniciativas que ressignificam o trabalho informal em empreendedorismo.

Em suma, durante o período que estive inserido no campo, as forças que pude identificar atuando na cidade – a Companhia Siderúrgica Nacional, a Prefeitura Municipal de Volta Redonda e o Sebrae – agem mais em parceria do que em disputa. As disputas, por sua vez, se demonstraram ocorrer no interior dessas próprias forças – mais especificamente, no caso do Memorial Zumbi dos Palmares que, estando dentro da própria Secretaria Municipal de Cultura, busca conceder espaço para a construção de outras narrativas sobre a cidade.

Durante a pesquisa em Volta Redonda, frequentei as casas de algumas famílias de ex-operários da CSN e estive em contato com seus filhos, que se inseriram e se estabeleceram no mercado de trabalho já no período pós-privatização da siderúrgica. Ana, David e Samantha, apesar de terem traçado caminhos bastante diferentes entre si, possuem, nas suas visões de mundo, muitos pontos convergentes, especialmente no que toca a Companhia Siderúrgica Nacional e o mundo do trabalho. Estes pontos estão completamente entrelaçados, e refletem uma rejeição mais sobre o trabalho mal remunerado e instável, que sobre o trabalho formal em si, mas

que, nos tempos atuais e segundo suas percepções, possuem todas essas características reunidas em uma coisa só.

Desta maneira, o seu entendimento sobre a empresa, assim como sobre o mundo do trabalho de uma forma geral, demonstram desencantamento. A falta de oportunidades, assim como a baixa remuneração e a falta de perspectivas de mobilidade ascendente, fizeram com que os filhos dos operários percebessem na alternativa empreendedora um respaldo para seus anseios de desenvolvimento, mesmo que somente um deles – David – tenha de fato se arriscado a começar seu próprio negócio. Ainda assim, David não transformou seu empreendimento em sua fonte de renda principal, continuando a trabalhar em seu emprego formal, mesmo este não pagando a contraprestação salarial com a regularidade que deveria: foi justamente a *perspectiva* de estabilidade de renda que o fez manter-se nesta ocupação. Porém, esta visão positiva sobre o empreendedorismo encontra-se em consonância com as forças que agem na ressignificação da cidade, de forma que os projetos que visam propiciar o empreendedorismo parecem responder aos anseios de um segmento da população.

Entretanto, a ausência de projetos que visem estabilidade de renda e que possam garantir a mínima sobrevivência da massa de pessoas, cada vez maior, que nem estudam, e nem trabalham, é preocupante. Nem todos os indivíduos, dentro da pluralidade que compõe uma sociedade, estão aptos ou predispostos a empreender; e nem todos que se arriscam em um empreendimento conseguem ver seus esforços recompensados. O que fazer diante deste cenário, é um questionamento que permanece sem resposta.

Este panorama se completa quando adicionamos a esta equação a recente reforma que foi feita na legislação trabalhista. Com a promessa de que a modernização e melhor adequação aos tempos presentes (de flexibilização e precarização do trabalho) ajudariam na criação de emprego e renda para a sociedade, as novas possibilidades trazidas pelo texto da legislação embaça as noções de trabalhador/empregado, afrouxando assim a proteção concedida aos subordinados em uma relação trabalhista. Ainda, a permissão de contratação de empresas terceirizadas para o exercício de atividades-fim nas empresas, dissolve ainda mais o sentido das relações de trabalho. O problema contido nisto é que, sem poder contar com a cobertura da legislação do trabalho, o microempreendedor ou pequeno empresário estão mais suscetíveis às oscilações do mercado e às crises financeiras, resultando, assim, na quebra dos pequenos empreendimentos dos antigos trabalhadores.

A noção de trabalho formal, assalariado e estável, foi transformada quase por completo, assim como a noção de trabalho informal. A expansão da cidadania industrial, que absorveria plenamente os trabalhadores marginalizados, não ocorreu; mas sim o seu contrário: foi o trabalho precário que realizou este movimento, formando uma espécie de equiparação “por baixo”.

Relembro, novamente, a fala realizada pela senhora Célia no Memorial Zumbi, que iguala as transformações provocadas em Volta Redonda a partir da privatização com a abolição da escravatura; quando, em ambos os momentos, não restaram referências de trabalho que não fosse aquilo que viveram – seja escravidão ou a siderúrgica. Neste sentido, o paradigma que marca a forma como as relações de trabalho se estabeleceram no Brasil, é o da escravidão. Assim, nestes tempos de transição turbulenta, não estamos tão distantes dos dias que seguiram ao 13 de maio de 1888. Em busca de referências de trabalho e aquisição de renda diferentes do assalariamento, caminhamos rumo à crescente precarização da vida dos trabalhadores, que nos aproxima ainda mais do paradigma escravocrata do século XIX, com a diferença de que, com os avanços tecnológicos, nossa mão de obra é menos necessária para a manutenção das cadeias produtivas; menos ainda é manter-nos em condições mínimas de sobrevivência.

Portanto, é urgente que se leve em consideração que as consequências de uma transformação desta magnitude podem acarretar em um retrocesso que sacrifica o segmento mais vulnerável economicamente da população. Isso não significa dizer que o formato anterior estivesse mais certo – a perspectiva de que a inclusão pela via do assalariamento aconteceria de forma natural se mostrou tão inexata quanto o pensamento de segmentos liberais, que defendem que a criação de riqueza deve ser o foco das políticas públicas, e assim a distribuição de renda aconteceria naturalmente. Deve-se, contudo, pensar em formas adaptadas à estas transformações, que se consolidam cada vez mais, que possam garantir segurança e estabilidade de renda para a manutenção de condições de vida minimamente dignas. Os tempos do emprego assalariado na forma da cidadania industrial não vão voltar – a revolução tecnológica, cada vez mais, faz dispensar a mão de obra humana no processo de produção. É necessário que se invista em discussões sobre o que é o trabalho e como ele vêm se resignificando nestas primeiras décadas do século XXI.

As conclusões traçadas nesta dissertação estão abertas à um aprofundamento que reservarei para o momento de doutoramento. Ainda é preciso acompanhar de perto os microempreendedores dos diversos projetos de Volta Redonda, para que este contato possa

revelar as questões contidas no desenrolar do cotidiano destas pessoas. Este acompanhamento se mostra necessário para que as conclusões apontadas aqui se solidifiquem com base nas relações construídas diretamente pelos microempreendedores com territórios, cadeias produtivas, agências de fomento, entre outros

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo e Campinas: Cortez – Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003

ATHAYDE, J. B. de. **Volta Redonda: através de 220 anos de história.** Coronel Fabriciano: Editora Rogério Bussinger, 1965.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. “Rio e São Paulo – categorias emaranhadas e relativização dos seus estudos sobre (as chamadas) periferias”. *Texto submetido à publicação*, 2018.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo – USP, Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2012.

DOMINGUES, João; ALBINATI, Mariana. “Espaço empreendedor e empreendedores da cultura: notas sobre a transformação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro”. *Políticas Culturais em Revista*, vol. 9, n. 2, pp – 437-458, UFBA. Salvador, 2016.

DUARTE, Luis Fernando Dias. “De bairros operários sobre cemitérios de escravos. Um estudo de construção social de identidade”. In: LOPES, José Sérgio Leite; et al. **Cultura e Identidade operária:** aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987. pp. 37-50.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização:** desfordizando a fábrica. Salvador e São Paulo: EDUFBA-Boitempo Editorial, 1999.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. “Spacializing States: toward an ethnography of neoliberal governmentality”. *American Ethnologist*, n. 29, p. 981-1002, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Racismo e Anti-Racismo no Brasil”. *Novos Estudos*, n. 43, Novembro 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Preconceito de cor e racismo no Brasil”. *Revista de Antropologia*, v. 47, n. 1. São Paulo: USP, 2004.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism.** Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

ROCHA, Lia de Mattos. “ONG TV Morrinho: ‘como na vida real’”. **Uma Favela “diferente das outras?”**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, pp. 153-211, 2013.

KOJÈVE, Alexandre. Introdução à Leitura de Hegel. Ed. Contraponto, São Paulo (Introdução, pp. 11-31), 2002.

LEITE, Márcia Pereira; GOMES, Ramón. “Territórios de Pobreza, Empreendedorismo e Inclusão Produtiva”. *XV Encontro Nacional da ABET*, GT 03 – Trabalho, desigualdade e pobreza. Rio de Janeiro, 2017.

LOPES, José Sérgio Leite; et al.. “Processos sociais de construção da poluição: percepções, apropriações e traduções” - *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 227-239, 2004.

FELTRAN, Gabriel. “Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana”, *Revista de Antropologia*, vol. 53, n. 2, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2014

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. “Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)”. *Caderno CRH*, n. 37, pp. 81-109. Salvador, 2002.

MAGALHÃES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Marilsa de Sá. “Volta Redonda pós-privatização da Cia. Siderúrgica Nacional: a crise de uma cidade monoindustrial em busca de uma nova identidade econômica”. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, vol. 11, n. 2, p.359-378, 2015.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos Brasileiros** – Rio de Janeiro: FSB Comunicações, 1995.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política** – São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. “O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção.” *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V. 5, N. 1, 2003

PEREIRA, José Carlos Matos. "Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia Brasileira". Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, 2012a.

PEREIRA, Sérgio Martins. **Sindicalismo e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional** – São Luís: EDUFMA:FAPEMA, 2012.

PIQUET, Rosélia. “Volta Redonda: um exemplo clássico de cidade-empresa”. In: \_\_\_\_\_. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

RODRIGUES, Daniel Soares Rumbelsperger. “A configuração da informalidade nas margens do Estado: um estudo sobre a trajetória de comerciantes em favelas “pacificadas”. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2018.

SANTANA, Marco Aurélio; MOLLONA, Massimiliano. “Trabalho e Ação Coletiva: Memória, Espaço e Identidades Sociais na Cidade do Aço”. *Horizontes Antropológicos*, ano 19, n. 39, pp. 125-148. Porto Alegre, 2013

SEYFERTH, Giralda. “Aspectos de proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários”. In: LOPES, José Sérgio Leite; et al. **Cultura e Identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987. pp. 103-120.

SILVEIRA LEITE, Elaine da; MELO, Natália Maximo. “Uma nova noção de Empresário: A naturalização do “empreendedor””. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, n. 31, pp. 35-47. Curitiba, 2008.

RAMALHO, José Ricardo. “Novas Conjunturas Industriais e Participação Local em Estratégias de Desenvolvimento”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 48, n. 3, pp. 491-524. Rio de Janeiro, 2005.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward and Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, vol. 71, n. 2, 2005.

TELLES, Vera da Silva e CABANES, Robert.(org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2016.

TELLES, Vera da Silva. (2006). “Mutações do trabalho e experiência urbana”, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 18, n. 1.

THIAGO, Cristiane Muniz; PEREIRA, Sérgio Martis. **Jacaré é bravo mas não é de aço: Experiências operárias em Volta Redonda e na Zona Norte do Rio de Janeiro**. Campinas-SP: História Social, No. 14/15, pp. 325-343, 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/141/134>

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Volta Redonda: Entre o aço e as armas**. Petrópolis: Vozes, 1990.